



# CÂMARA MUNICIPAL DA LAPA ESTADO DO PARANÁ

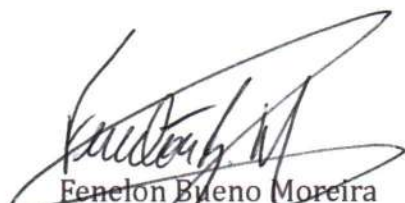
## REQUERIMENTO

Os vereadores que o presente subscrevem, usando de suas prerrogativas legais e regimentais, disposta na Lei Orgânica do Município da Lapa e pelo Regimento Interno desta Casa de Leis, vem respeitosamente perante a Presidência desta Casa de Leis

## REQUERER

Que seja instaurado uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar os fatos narrados pelo Prefeito Diego Timbirussu Ribas na Sessão Plenária de 18/06/2024, referente ao Lapaprevi, conforme relatório entregue através do ofício nº 304/2024 -GAB e protocolo nº 1162/2024.

Poder Legislativo Municipal, em 01 de julho de 2024.

  
Fencelon Bueno Moreira  
Vereador

  
Arthur Bastian Vidal  
Vereador

  
Marco Antônio Bortoletto  
Vereador

Câmara Municipal da Lapa - PR



PROTOCOLO GERAL 1270/2024  
Data: 01/07/2024 - Horário: 20:01  
Administrativo

Ao jurídico para providências.  
02/07/2024





# CÂMARA

## MUNICIPAL DA LAPA - PR

### DEPARTAMENTO JURÍDICO

#### PARECER

Oficinal e Executivo  
e Lapa Previ Autorizar  
a Dispon. Dados Bombr-  
rios Site/Internet.  
03/07/2024  
*[Handwritten signature]*  
O F.º 02  
*[Handwritten initials]*

Ref. Requerimento para criação de Comissão Parlamentar de Inquérito (Protocolo nº 1270/2024)

### 1. PREÂMBULO

Trata-se de solicitação do Presidente desta Casa de Leis a respeito do requerimento para criação de Comissão Parlamentar de Inquérito, protocolada nesta Casa de Leis em data de 01/07/2024, pelos Vereadores Marco Antônio Bortoletto, Fenelon Bueno Moreira e Arthur Bastian Vida, cujo objeto é investigar os fatos narrados pelo Prefeito em Plenário desta Casa de Leis em data de 18/06/2024, relativo ao Relatório Final da Comissão Multissetorial (Decreto nº 27.425/2023), a qual concluiu que, em tese, o Município estaria desde o ano de 2013 deixando de realizar a integralização da folha líquida de benefícios, conforme previsto no artigo 89 da Lei Municipal nº 2183/2008, o que, segundo o relatório apresentada gerou um déficit de R\$ 14.096.078,34 (quatorze milhões, noventa e seis mil, setenta e oito reais e trinta e quatro centavos) até o ano de 2020.

### 2 - CARÁTER OPINATIVO DESTA MANIFESTAÇÃO

Inicialmente, cumpre esclarecer que todo o exposto trata-se de um parecer opinativo técnico-jurídico, o qual, segundo o renomado doutrinador HELY LOPES MEIRELLES, em sua incontestável obra Direito Administrativo Brasileiro, Editora Malheiros, ensina:

“Pareceres administrativos são manifestações de órgãos técnicos sobre assuntos submetidos à sua consideração. O parecer tem caráter meramente opinativo, não vinculando a Administração ou os particulares à sua motivação ou conclusões, salvo se aprovado por ato subsequente. Já então, o que subsiste como ato administrativo, não é o parecer, mas sim o ato de sua aprovação, que poderá revestir a modalidade normativa, ordinária, negocial, ou punitiva.” (Hely Lopes Meirelles, Direito Administrativo Brasileiro, 26ª ed., Malheiros, p. 185).

Cumpre registrar, preliminarmente, que a análise aqui empreendida se circunscreve aos aspectos legais envolvidos no procedimento em exame, não cabendo a esta unidade jurídica adentrar os aspectos técnicos e econômicos, nem o juízo de oportunidade e conveniência, uma vez que estes fogem à sua alçada de conhecimento. Os limites traçados decorrem da aplicação do princípio da deferência técnico – administrativa. Por analogia, tem-se que o disposto no Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União – AGU, descreve que: “A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos





*conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento."*

### 3. ANÁLISE DO TEMA – RELATÓRIO FINAL

Desde já informa-se que o relatório final elaborado pela Comissão Multissetorial (Decreto nº 27.425/2023) já estava sendo objeto de análise por este departamento e que, dentre outros, seria emitida manifestação opinativa no sentido de que eventual procedimento investigativo por parte desta Casa somente poderia ocorrer mediante regular constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), visto que, no âmbito deste Poder somente os Vereadores possuem competência legal para tal objetivo.

Contudo, considerando que em data de 01/07/2024 houve o protocolo nº 1270/2024, requerendo a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, adiante será explanado as questões pontuais sobre este tema, porém, desde já opina-se pela necessidade de que os documentos recebidos através do ofício nº 304/2024 -GAB (protocolo nº 1162/2024) sejam submetido ao devido tratamento, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados, visto que neles constam alguns nomes com os respectivos números de Registro Geral, especialmente no volume de nº 01 dos documentos anexados ao citado relatório.

Sobre este tema, a Lei nº 13.709/2018 diz que:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o **tratamento de dados pessoais**, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, **com o objetivo de proteger os direitos fundamentais** de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

Parágrafo único. As normas gerais contidas nesta Lei são de interesse nacional e **devem ser observadas pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.**

(...)

Art. 3º Esta Lei aplica-se a qualquer operação de tratamento realizada por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, independentemente do meio, do país de sua sede ou do país onde estejam localizados os dados, desde que:

(...)

**Art. 5º Para os fins desta Lei, considera-se:**

I - dado pessoal: informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável;

(...)

X - tratamento: toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração;

(...)

Art. 6º As atividades de tratamento de dados pessoais deverão observar a boa-fé e os seguintes princípios:





I - finalidade: realização do tratamento para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades;

II - adequação: compatibilidade do tratamento com as finalidades informadas ao titular, de acordo com o contexto do tratamento;

III - necessidade: limitação do tratamento ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento de dados;

(...)

Art. 46. Os agentes de tratamento devem adotar medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), Lei nº13.709/2018, diz respeito à proteção de dados pessoais, aplicável tanto ao setor privado quanto ao setor público. Ela estabelece diretrizes para o tratamento de dados pessoais por entidades públicas e privadas, visando assegurar a privacidade e a proteção das informações dos cidadãos.

De acordo com a LGPD, os dados protegidos englobam qualquer dado que, por si só ou em conjunto com outros dados, possa identificar um indivíduo, como nome, CPF, RG, endereço, e-mail, entre outros.

Portanto, órgãos públicos, ao receberem documentos que contenham dados pessoais, devem observar princípios **como finalidade**, adequação, necessidade, livre acesso e transparência, segurança, prevenção, não discriminação, responsabilização e prestação de contas, conforme previsto no artigo 6º da LGPD.

Em suma, a LGPD estabelece um conjunto de normas essenciais para a proteção dos dados pessoais no Brasil, atribuindo aos órgãos públicos a responsabilidade de garantir a segurança e a privacidade das informações dos cidadãos, com base em princípios de transparência, segurança e respeito aos direitos dos titulares

Contudo, relativo ao tema, temos que as Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) desempenham um papel crucial na fiscalização e no controle das atividades no âmbito do poder legislativo, investigando questões de relevância pública. Para assegurar que essas investigações sejam conduzidas de forma a preservar o interesse público, a administração pública deve adotar medidas que conciliem o princípio da publicidade com as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

O princípio da publicidade é um pilar fundamental das Comissão Parlamentares de Inquérito, garantindo transparência no processo investigativo. A divulgação ampla dos atos e resultados das investigações promove a confiança da sociedade nas instituições democráticas e permite o escrutínio público das atividades parlamentares.





# CÂMARA

## MUNICIPAL DA LAPA - PR

DEPARTAMENTO JURÍDICO

01 F. 11 05  
mg  
Lapa - Paraná

Por outro lado, a LGPD estabelece diretrizes rigorosas para o tratamento de dados pessoais, visando proteger a privacidade dos indivíduos. Essas normas impõem restrições específicas quanto à coleta, armazenamento, e compartilhamento de informações pessoais, assegurando que sejam utilizadas de maneira lícita e com consentimento dos titulares dos dados.

Portanto, verifica-se um potencial conflito entre o direito à publicidade das investigações parlamentares e o direito à proteção de dados pessoais dos envolvidos e, para mitigar esta situação sugere-se que esta Casa adote as seguintes diretrizes:

- **Anonimização e Pseudonimização:** Quando possível, dados pessoais devem ser anonimizados ou pseudonimizados antes de sua divulgação pública.
- **Limitação da Divulgação de Dados Sensíveis:** Informações sensíveis ou que possam causar danos desproporcionais aos indivíduos devem ser divulgadas apenas na medida necessária para o cumprimento dos objetivos investigativos. Essa prática evita exposições desnecessárias e preserva a dignidade dos envolvidos.
- **Consentimento e Notificação:** Sempre que viável, os titulares dos dados devem ser informados sobre o uso de suas informações pessoais em contextos de CPIs, garantindo-lhes a oportunidade de consentir ou contestar o tratamento de seus dados.
- **Segurança e Proteção de Dados:** Medidas robustas de segurança da informação devem ser implementadas para proteger os dados coletados durante as investigações, mitigando riscos de vazamentos ou acessos não autorizados.

Em síntese, considerando que a administração pública deve agir de maneira cautelosa e diligente para garantir que as investigações realizadas por CPIs respeitem tanto o princípio da publicidade quanto as diretrizes da LGPD, deve ser adotado práticas que assegurem a transparência sem comprometer a privacidade dos indivíduos envolvidos.

Para tanto, sugere-se que, exceto para os Vereadores desta Casa, sejam tornados anônimos os dados pessoais que constam nos documentos que compõem o relatório final da Comissão Multisetorial.

Neste sentido, a Doutrina nos ensina que:

Com o surgimento da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) em 2018, houve muitas dúvidas em relação a como ela se adequaria com a transparência ativa e, principalmente, com a Lei nº 12.527 — Lei de Acesso à Informação (LAI). A principal preocupação que eventualmente pode surgir é que a LGPD pudesse ser utilizada como escusa para o exercício da transparência ativa.

(...)

Tanto a proteção de dados pessoais como a transparência ativa consistem em direitos fundamentais na Constituição. A transparência ativa é uma ferramenta essencial para garantir o direito fundamental de acesso à informação que envolva a gestão pública, conforme estabelecido nos incisos XIV e XXXIII do





# CÂMARA

## MUNICIPAL DA LAPA - PR

### DEPARTAMENTO JURÍDICO

01/11/2023  
F. 119/06  
M

artigo 5º da Constituição. Da mesma forma, a proteção de dados pessoais foi reconhecida como um direito fundamental a partir da Emenda Constitucional nº 115, que a incluiu no mesmo artigo 5º (inciso LXXIX). Não há hierarquia entre direitos fundamentais, mas sim uma harmonização entre eles, sempre que possível [2], inclusive em casos de conflito aparente.

(...)

Quanto ao CPF, todavia, também podemos interpretar pela não necessidade de divulgação do número integral dos envolvidos em atos administrativos, haja vista ser um dado que, por ser único em relação ao indivíduo, acaba sendo um dado pessoal de maior criticidade no seu tratamento

(...)

Por essa razão é que o mascaramento do CPF em documentos e bancos de dados pode ser uma solução para preservar a privacidade do titular, mas ainda assim permitir o exercício da transparência ativa. O mascaramento de CPF é um processo que consiste em ocultar parte dos dígitos de um número de CPF, sendo uma técnica amplamente utilizada em documentos, formulários online e em situações em que é necessário exibir apenas uma parte do CPF, mantendo os demais dígitos ocultos.

(...)

Em um contrato administrativo, portanto, somente a informação de identificação do representante legal, com o seu nome completo e o seu CPF mascarado (ou o número de matrícula do servidor envolvido), já seriam suficientes para o cumprimento da transparência ativa, preservando-se privacidade e intimidade dos envolvidos, bem como protegendo-os de potenciais fraudes que podem ser realizadas com o uso de seus dados pessoais.

(...)

Por isso, o encarregado pelo tratamento de dados pessoais deve orientar as áreas relativas à transparência ativa nos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta (quando não for responsável por ambas as funções) para ficarem atentas na disponibilização de documentos em que o excesso de dados pessoais pode expor os titulares a risco, e sugerir medidas técnicas e administrativas aptas, dentro da realidade do órgão ou entidade. Com isso, busca-se evitar violações à privacidade dos agentes públicos e privados envolvidos em atos administrativos com o setor público — que, pelo conceito do artigo 5º, V, da LGPD, também são titulares de dados pessoais e devem gozar da proteção estabelecida na referida lei em relação aos seus dados pessoais. (<https://www.conjur.com.br/2023-jul-23/publico-pragmatico-lgpd-transparencia-ativa-ambito-lei-12527/>)

Por fim, desde já manifesta-se no sentido de que a Lei Geral de Proteção de dados **não protege os dados de pessoas jurídicas**, bem como os dados bancários e financeiros, como número de contas e transações realizadas, também **não são considerados dados sensíveis**, porém, no opinativo deste servidor, isto não significa que os mesmos não merecem proteção por parte deste Poder Legislativo.

Desta forma, para garantir que a publicidade dos documentos que compõem o relatório final da Comissão Multissetorial não venham a causar danos ao Município ou ao Lapaprevi, desde já sugere-se que, antes de tornar público os documentos recebidos, que sejam ambas as entidades oficiadas para manifestarem sua concordância quanto à divulgação das informações objetos de estudo.





Por fim, considerando que houve um requerimento para constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, também antes da divulgação das informações recebidas por este Poder, deverão os Vereadores que irão compor a Comissão informarem se desejam ou não, que alguns documentos sejam considerados, por ora, de acesso restrito, para fins de resguardar suas investigações.

#### 4. ANÁLISE DO TEMA – CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

De início, informa-se que uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) é um instrumento utilizado pelo Poder Legislativo para **investigar** situações específicas que exigem esclarecimentos mais detalhados, para então, posterior comunicado às autoridades competentes e/ou responsabilização própria pelo Legislativo local, a depender da conduta apurada e, por meio de denúncia formal e constituição de uma comissão processante, conforme prevê o Decreto-Lei 201/67.

Geralmente, as CPIs são criadas com base em uma exigência de parlamentares e têm o objetivo de investigar fatos relevantes para a sociedade, podendo convocar pessoas, solicitar documentos e realizar diligências para obter informações realizadas à investigação. O resultado da CPI pode culminar em relatórios e recomendações para que as autoridades competentes tomem medidas cabíveis, quando cabível.

De acordo com a doutrina, as comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros requisitos previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pelo Poder Legislativo mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores. (CF/88, ART 58, § 3º).

De acordo com a doutrina "(...)é notório que as comissões **não têm a prerrogativa de atribuir alguma sanção**, mas somente, a faculdade de oferecer ou não o relatório ao MP para oferecimento de Denúncia. Nesse enfoque, FERNANDES (2014, p. 793) afirma que as CPI's e CPMI's gozam dos mesmos poderes que usufruem os juízes na fase de instrução processual, logo, aquelas estão expostas aos mesmos limites principiológicos que estes". (<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/cpi-definicao-legitimados-limitacoes-poderes-finalidade-e-principais-cpi-s-do-brasil/159460426>)

Sobre o tema, nossa Lei Orgânica diz que:

Art. 22 - Compete à Câmara Municipal, privativamente, entre outras, as seguintes atribuições:

(...)

XVI - criar comissões especiais de inquéritos sobre **fato determinado que se inclua na competência da Câmara Municipal**, sempre que o requerer pelo menos um terço dos membros da Câmara;

(...)





# CÂMARA

## MUNICIPAL DA LAPA - PR

### DEPARTAMENTO JURÍDICO

10  
F. 1008  
10

Art. 38 - As Comissões Especiais de Inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos no Regimento Interno, **serão criadas pela Câmara mediante requerimento de um terço de seus membros**, para apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público para que este promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

No que se refere a tramitação de requerimentos de constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito, o Regimento interno desta Casa determina que:

**Art. 37** - São atribuições do Presidente:

IX - quanto às Comissões:

a) **homologar a nomeação de membros de Comissão Parlamentar de Inquérito e de Representação, previamente indicados pelas bancadas.**

(...)

Art. 68 - As Comissões Temporárias, que se extinguem com o término da Legislatura ou logo que tenham alcançado o seu objetivo, **serão compostas por 03 (três) membros** e são:

I - Especiais;

**II - Parlamentar de Inquérito;**

III - de Representação;

IV - Processantes.

§ 1º - Na composição das Comissões previstas nos incisos I e III, deste artigo, adotar-se-á o critério da proporcionalidade partidária.

§ 2º - **Nas demais Comissões previstas neste artigo, adotar-se-á a forma de sorteio entre os Vereadores desimpedidos.**

(...)

Art. 70 - As Comissões Parlamentares de Inquérito, **criadas mediante requerimento de um terço dos Vereadores, independentemente de parecer e deliberação do Plenário**, destinam-se à apuração de fato determinado e por prazo certo.

§ 1º - Constituída a Comissão Parlamentar de Inquérito, cabe-lhe requisitar à Mesa Executiva, os servidores do quadro do Poder Legislativo necessários aos trabalhos ou a designação de técnicos e peritos que possam cooperar no desempenho das suas atribuições.

§ 2º - Em sua primeira reunião, a Comissão elegerá o seu Presidente e seu Relator Geral e, se necessário, vários relatores parciais.

§ 3º - Até 10 (dez) dias úteis de sua instalação, a Comissão submeterá à decisão do Plenário do Poder Legislativo, solicitação do prazo necessário à ultimização de seus trabalhos, cabendo essa decisão à Mesa Executiva, "ad referendum" do Plenário, durante o recesso legislativo.

§ 4º - No exercício de suas atribuições, a Comissão poderá determinar as diligências que reputar necessárias, ouvir acusados, inquirir testemunhas, solicitar informações e requisitar documentos.

§ 5º - Não se constituirá Comissão Parlamentar de Inquérito enquanto 06 (seis) outras Comissões de caráter temporário estiverem em funcionamento.

§ 6º - O acesso a documentos será franqueado por cópia e dependerá de requerimento escrito deferido pelo Presidente da comissão. Os casos de indeferimento serão decididos pela maioria absoluta dos membros da comissão.

Art. 71 - A Comissão Parlamentar de Inquérito dirigirá suas conclusões em forma de relatório que, conforme o caso, alternativa ou comunicativamente, conterà





sugestões, recomendações à autoridade administrativa competente, terminará pela apresentação de projeto, ou concluirá pelo encaminhamento ao Ministério Público, para que este promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

## 5 – IMPEDIMENTOS

Importante elucidar que na constituição dos membros que irão compor a Comissão Parlamentar de Inquérito, entende esta assessoria que não poderão participar os subscritores do requerimento de criação da CPI, os quais estão impedidos e, futuramente, caso conclua-se pela apresentação de representação, igualmente estarão impedidos de participar da referida comissão, bem como de votar, visto que, nosso Regimento Interno determina que:

Art. 179 - Ficará impedido de votar e de integrar Comissão Processante, o Vereador denunciante.

Neste sentido, o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná já decidiu, senão vejamos:

APELAÇÃO CÍVEL. MANDADO DE SEGURANÇA. COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO. COMISSÃO PARLAMENTAR PROCESSANTE. DISTINÇÃO. DENÚNCIA DE VEREADORES QUE IMPLICOU NA INSTAURAÇÃO DE CPI. DENÚNCIA OFERECIDA POR CIDADÃO/ELEITOR QUE ENSEJOU A INSTAURAÇÃO DE COMISSÃO PROCESSANTE. MESMOS FATOS. **IMPEDIMENTO DE VEREADORES. QUEBRA DE IMPARCIALIDADE CONFIGURADA.** DEMAIS TESES PREJUDICADAS. SENTENÇA REFORMADA. SEGURANÇA CONCEDIDA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

(...)

Com efeito, ao se admitir que vereadores que requereram a instauração da CPI votassem no procedimento de recebimento da denúncia oferecida por eleitor, que implicou na instauração da Comissão Processante e que versa sobre o mesmo fato apurado na CPI, implica em comprometimento da imparcialidade (neutralidade/isenção de julgamento), bem como do devido processo legal. Além disso, a Comissão Processante também é composta pelos vereadores Elton Silvério Viana de Lima (Relator) e Rodrigo Gregório dos Santos (Membro), que estão entre os vereadores que requereram a instauração da CPI para apuração do mesmo fato. O artigo 5º, inciso I, do Decreto-Lei nº 201/67, dispõe que "(...) Se o denunciante for Vereador, ficará impedido de votar sobre a denúncia e de integrar a Comissão processante (...)". Referido dispositivo não deve ser interpretado de forma literal, mas sim finalística, no sentido de assegurar o devido processo legal, com um julgamento regido pelos princípios da imparcialidade e impessoalidade, devendo tal norma ser interpretada à luz da ordem constitucional vigente. Caso contrário, seria possível que, ao invés de apresentarem denúncia na qualidade de vereadores, estes se valessem de terceira pessoa, com a finalidade de descaracterizar o impedimento no processo político-administrativo e, por meio dessa denúncia "indireta" dar-se-ia ares de legalidade à tramitação, inclusive com a participação, a rigor, de vereadores impedidos (verdade real). A respeito de





# CÂMARA

## MUNICIPAL DA LAPA - PR

DEPARTAMENTO JURÍDICO

2-  
F.º 10  
mg  
19/09/2022

impedimento/suspeição, dispõe o artigo 18 da Lei Federal nº 9.784/99 (que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal): "Art. 18. É impedido de atuar em processo administrativo o servidor ou autoridade que: I - tenha interesse direto ou indireto na matéria; II - tenha participado ou venha a participar como perito, testemunha ou representante, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau; III - esteja litigando judicial ou administrativamente com o interessado ou respectivo cônjuge ou companheiro". Enfatiza-se que, nos termos da Súmula nº 633 do Superior Tribunal de Justiça, a **Lei nº 9.784/99 pode ser aplicada, de forma subsidiária, aos Estados e Municípios**. Dessa forma, em uma interpretação sistemática do ordenamento jurídico, entendo que a participação dos vereadores apelados no procedimento em questão configura inobservância a regra de impedimento, em ofensa aos Princípio da Impessoalidade e Imparcialidade. Na hipótese em tela, como se observa, ainda que a Comissão Processante tenha decorrido formalmente de pedido de eleitor (denunciante) e não da apuração decorrente da CPI, instaurada a pedido dos vereadores impetrados/apelados, os fatos são os mesmos, **o que revela impedimento dos referidos vereadores em votar sobre o recebimento da denúncia e de integrar a Comissão Processante, sob pena de comprometer a imparcialidade/isenção de julgamento. Desse modo, o impedimento na participação decorre da supremacia da Constituição Federal e dos princípios constitucionais da Administração, especialmente a impessoalidade e a moralidade administrativa** (artigo 37, caput, CF) (TJPR - 5ª Câmara Cível - 0005671-91.2021.8.16.0116 - Matinhos - Rel.: DESEMBARGADOR LUIZ MATEUS DE LIMA - J. 19.09.2022) (grifou-se)

EMENTA: REMESSA NECESSÁRIA - MANDADO DE SEGURANÇA - INFRAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA - PRESENÇA DO MESMO VEREADOR NA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI) E NA COMISSÃO PROCESSANTE - AUSÊNCIA DE IMPARCIALIDADE, ISENÇÃO E NEUTRALIDADE - OFENSA AO PRINCÍPIO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL - DIREITO LÍQUIDO E CERTO CONFIGURADO. Revela-se ilegal e abusivo que o mesmo Vereador que participou da Comissão Parlamentar de Inquérito figure como membro da Comissão Processante, cujo relatório final pode resultar na pena de cassação do mandato eletivo do impetrante (Vereador), prejudicando a isenção e a imparcialidade do julgamento, com consequente violação ao princípio do devido processo legal. (TJMG - Remessa Necessária-Cv 1.0355.17.001301-3/001, Relator(a): Des.(a) Edilson Olímpio Fernandes, 6ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 15/12/2020, publicação da súmula em 22/01/2021)

EMENTA: ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL - CHEFE DO EXECUTIVO - INFRAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA - PRESENÇA DO MESMO VEREADOR NA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI) E NA COMISSÃO PROCESSANTE - AUSÊNCIA DE IMPARCIALIDADE, ISENÇÃO E NEUTRALIDADE - OFENSA DO PRINCÍPIO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL - DIREITO LÍQUIDO E CERTO CONFIGURADO - SEGURANÇA CONCEDIDA. Revela-se ilegal e abusivo que o mesmo Vereador que participou da Comissão Parlamentar de Inquérito figure como membro da Comissão Processante, cujo relatório final pode resultar na pena de cassação do mandato eletivo do





# CÂMARA MUNICIPAL DA LAPA - PR

## DEPARTAMENTO JURÍDICO

impetrante (Prefeito), prejudicando a isenção e a imparcialidade do julgamento, com conseqüente violação ao princípio do devido processo legal. (TJMG - Mandado de Segurança 1.0000.12.065042-9/000, Relator(a): Des.(a) Edilson Olímpio Fernandes, 6ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 06/11/2012, publicação da súmula em 19/11/2012)

A Lei nº 9.784/99 aplicada de forma subsidiária aos Municípios, sobre as causas de impedimento, determina que:

Art. 18. É impedido de atuar em processo administrativo o servidor ou autoridade que:

I - tenha interesse direto ou indireto na matéria;

II - tenha participado ou venha a participar como perito, testemunha ou representante, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau;

III - **esteja litigando** judicial ou **administrativamente** com o interessado ou respectivo cônjuge ou companheiro.

Art. 19. A autoridade ou servidor que incorrer em impedimento deve comunicar o fato à autoridade competente, abstendo-se de atuar.

Parágrafo único. A omissão do dever de comunicar o impedimento constitui falta grave, para efeitos disciplinares.

O objeto tutelado pelo impedimento ou suspeição e a eventual ofensa ao princípio da imparcialidade no processo administrativo, que ocorre quando há parcialidade por parte dos responsáveis por conduzir o procedimento administrativo. As condutas que violem esse princípio pode comprometer a legitimidade e a eficácia dos atos administrativos praticados, podendo gerar questionamentos e contestações por parte dos interessados.

Narra-se o acima, tendo em vista que encontra-se na jurisprudência posicionamentos discordantes em casos semelhantes, sendo que o Judiciário possui entendimento pacificado apenas com relação à vedação à participação de denunciantes na Comissão Processante, e não na Comissão destinada a investigação, senão vejamos:

RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL – MANDADO DE SEGURANÇA – COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO – COMPOSIÇÃO – AUTONOMEAÇÃO DA PRESIDENTE A CÂMARA MUNICIPAL COMO MEMBRO – IMPOSSIBILIDADE – INCOMPATIBILIDADE COM AS DEMAIS FUNÇÕES DESTA AUTORIDADE – **NOMEAÇÃO DE VEREADORES QUE PROTOCOLARAM O PEDIDO DE INSTALAÇÃO DA CPI – IMPEDIMENTO POR INTERESSE PESSOAL CONFIGURADO – CONTROLE DE LEGALIDADE PELO JUDICIÁRIO – POSSIBILIDADE – SENTENÇA RATIFICADA – RECURSO DESPROVIDO.** 1. É incabível e configura causa de nulidade a autoneomeação da Presidente da Câmara Municipal como membro integrante da Comissão Parlamentar de Inquérito, seja pela incompatibilidade desta medida com as demais funções desta autoridade, seja porque esse ato revela nítida demonstração de interesse pessoal, já que a mesma pessoa foi, também, autora do requerimento para *instalação* da CPI. 2. **A fim de se garantir a lisura, transparência e imparcialidade das investigações, devem ser considerados impedidos de integrar a Comissão Parlamentar de Inquérito**





# CÂMARA MUNICIPAL DA LAPA - PR

DEPARTAMENTO JURÍDICO

12  
C.F.N.  
ma  
F.D.P.

os Vereadores autores do requerimento para a sua instalação na Câmara Municipal. 3. "A ocorrência de desvios jurídicos-constitucionais nos quais incida uma Comissão Parlamentar de Inquérito justifica, plenamente, o exercício, pelo Judiciário, da atividade de controle jurisdicional sobre eventuais abusos legislativos (RTJ 173/805-810, 806), sem que isso caracterize situação de ilegítima interferência na esfera orgânica de outro Poder da República". (STF – MS 24849, Rel.: Min. CELSO DE MELLO, Tribunal Pleno, julgado em 22/06/2005, DJ 29-09-2006 PP-00035 EMENT VOL- 02249-08 PP-01323) (N.U 0001456-86.2011.8.11.0108, , MARIA APARECIDA RIBEIRO, PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO, Julgado em 23/02/2016, Publicado no DJE 01/03/2016)

EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA. MUNICÍPIO DE ITAVERAVA. COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO MUNICIPAL. **NOMEAÇÃO DOS AUTORES DO REQUERIMENTO COMO MEMBROS DA CPI. INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO. NOTIFICAÇÃO DO PREFEITO. VALIDADE. LIMITAÇÕES CONSTITUCIONAIS. FATOS DETERMINADOS. INOBSERVÂNCIA. NULIDADE.**

- Os vereadores que requerem a instauração de CPI podem ser nomeados membros da Comissão, inexistindo impedimento, uma vez que os trabalhos a serem exercidos são de conteúdo investigatório e não de acusação, nem julgamento.
- Presume-se válida a notificação do Prefeito realizada através de ofício protocolado junto à Prefeitura, sobretudo quando demonstrado que alcançou o seu fim, tendo o destinatário efetivo conhecimento da instauração da CPI.
- Os fatos a serem investigados pela Comissão Parlamentar de Inquérito devem ser determinados, com a identificação, tanto quanto possível, de sua ocorrência no tempo e espaço, especificação da quantidade, e pertinência com as atribuições do Legislativo.
- Sentença confirmada no reexame necessário. (TJMG - Ap Cível/Reex Necessário 1.0183.11.009423-6/002, Relator(a): Des.(a) Heloisa Combat , 4ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 27/09/2012, publicação da súmula em 02/10/2012)

Desta forma, por se tratar de caráter preparatório, seu objetivo é possibilitar a emissão de juízo de valor sobre o cabimento ou não da instauração do processo acusatório, conforme determina a legislação federal, porém, se os subscritores da presente participarem como membros da CPI, esta assessoria entende que o juízo de valor já está formado, maculando o procedimento inicial, mesmo que seja apenas investigatório, opinando-se, portanto, pela ocorrência de impedimento.

## 5 – CONCLUSÃO

Pelo exposto, considerando que o requerimento para constituição Comissão Parlamentar de Inquérito contou com a subscrição de um terço dos Vereadores, deve ser deferido o requerimento, observando-se a leitura do mesmo em Plenário, para, após, receber as indicações dos Vereadores desimpedidos que poderão compor a Comissão responsável, mediante sorteio.

Ainda, antes de tornar público os documentos que acompanham o Relatório Final da Comissão Multissetorial, opina-se pela necessidade da preservação de dados pessoais, conforme item 3 desta manifestação, bem como seja oficiado o Município e o





# CÂMARA MUNICIPAL DA LAPA - PR

DEPARTAMENTO JURÍDICO

2. 12  
C. F. N.º 13  
m  
LAPA - PR

Lapaprevi, solicitando que estes se manifestem com relação ao contido na parte final de tal item.

Por fim, considerando que houve um requerimento para constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, também antes da divulgação das informações recebidas por este Poder, deverão os Vereadores que irão compor a Comissão informarem se desejam ou não, que alguns documentos sejam considerados, por ora, de acesso restrito, para fins de resguardar suas investigações.

Lapa, 01 de julho de 2024.

Jonathan Dittich Junior  
OAB/PR 37.437

Câmara Municipal da Lapa - PR



PROTOCOLO GERAL 1292/2024  
Data: 03/07/2024 - Horário: 09:45  
Administrativo





# CÂMARA

## MUNICIPAL DA LAPA - PR

01  
F. No 14  
m  
Lapa, 04 de julho de 2024

Lapa, 04 de julho de 2024.

Ofício nº. 349/2024/PRESI/SEC

Assunto: Solicita Autorização para divulgação de dados

Prezado Senhor,

Considerando o recebimento nesta Casa do Requerimento para a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, referente ao Relatório apresentado pelo Executivo Municipal, protocolo nº 1162/2024, acerca da falta de repasses ao Lapaprevi no período de abril de 2013 a dezembro de 2020, solicito autorização para a divulgação dos dados bancários constantes no relatório, conforme sugerido no Parecer Jurídico:

*"Por fim, desde já manifesta-se no sentido de que a Lei Geral de Proteção de dados não protege os dados de pessoas jurídicas, bem como os dados bancários e financeiros, como número de contas e transações realizadas, também não são considerados dados sensíveis, porém, no opinativo deste servidor, isto não significa que os mesmos não merecem proteção por parte deste Poder Legislativo.*

*Desta forma, para garantir que a publicidade dos documentos que compõem o relatório final da Comissão Multissetorial não venham a causar danos ao Município ou ao Lapaprevi, desde já sugere-se que, antes de tornar público os documentos recebidos, que sejam ambas as entidades oficiadas para manifestarem sua concordância quanto à divulgação das informações objetos de estudo."*

Informo ainda que, em atendimento à LGPD, os dados pessoais citados no arquivo serão protegidos.

Atenciosamente.

PREFEITURA MUNICIPAL  
PROTOCOLADO Nº 19344/2024  
RECEBIDO EM 05/07 24  
HORAS 13:43h  
ASSINATURA: 

MARIO JORGE PADILHA SANTOS  
Presidente

Ao Exmo. Senhor  
**DIEGO RIBAS**  
DD. Prefeito Municipal da Lapa  
Lapa – PR

Câmara Municipal da Lapa - PR

  
PROTOCOLO GERAL 1303/2024  
Data: 05/07/2024 - Horário: 13:17  
Administrativo





COMPROVANTE DE ABERTURA

Processo: Nº 19344/2024 Cód. Verificador: 3H5F320Y

Requerente: 117935 - CAMARA MUNICIPAL DA LAPA  
Cidade: Lapa Estado: PR  
Assunto: OFÍCIO CÂMARA MUNICIPAL DA LAPA  
Subassunto: OFICIO CÂMARA MUNICIPAL DA LAPA  
Data de Abertura: 05/07/2024 13:43  
Previsão: 04/08/2024

Observação

Ofício nº349/2024/PRESI/SEC de 04 de julho de 2024, solicita autorização para divulgação de dados.



Assinado digitalmente por:  
**MARIA INES TEIXEIRA**  
05/07/2024 13:44:22

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-  
Brasil.

CAMARA MUNICIPAL DA LAPA

Requerente

MARIA INES TEIXEIRA

Funcionário(a)

Recebido

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 05/07/2024 13:44:03.00 -03  
PARA CONFIRMAÇÃO DO SEU CONTINÚO, ACESSAR: https://www.lapa.pr.gov.br/portal/assinatura







# CÂMARA

## MUNICIPAL DA LAPA - PR

05/07/2024  
F. 110/162  
mg

Lapa, 04 de julho de 2024.

Ofício nº. 350/2024/PRESI/SEC

Assunto: Solicita Autorização para divulgação de dados

Prezado Senhor,

Considerando o recebimento nesta Casa do Requerimento para a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, referente ao Relatório apresentado pelo Executivo Municipal, protocolo nº 1162/2024, acerca da falta de repasses ao Lapaprevi no período de abril de 2013 a dezembro de 2020, solicito autorização para a divulgação dos dados bancários constantes no relatório, conforme sugerido no Parecer Jurídico:

*"Por fim, desde já manifesta-se no sentido de que a Lei Geral de Proteção de dados não protege os dados de pessoas jurídicas, bem como os dados bancários e financeiros, como número de contas e transações realizadas, também não são considerados dados sensíveis, porém, no opinativo deste servidor, isto não significa que os mesmos não merecem proteção por parte deste Poder Legislativo.*

*Desta forma, para garantir que a publicidade dos documentos que compõem o relatório final da Comissão Multissetorial não venham a causar danos ao Município ou ao Lapaprevi, desde já sugere-se que, antes de tornar público os documentos recebidos, que sejam ambas as entidades oficiadas para manifestarem sua concordância quanto à divulgação das informações objetos de estudo."*

Informo ainda que, em atendimento à LGPD, os dados pessoais citados no arquivo serão protegidos.

Atenciosamente.

*Recebi em 05/07/2024*  
*Altaír Euko*  
ALTAIR EUKO  
Diretor presidente - LAPAPREVI  
RG nº 6.144.023-2/PR  
CPF nº 017.436.019-30

MARIO JORGE PADILHA SANTOS  
Presidente

Ao Exmo. Senhor

**ALTAIR EUKO**

DD. Diretor Presidente LAPAPREVI

Lapa – PR

Câmara Municipal da Lapa - PR



PROTOCOLO GERAL 1305/2024  
Data: 05/07/2024 - Horário: 13:18  
Administrativo



OFÍCIO N° 122/2024

Lapa - PR, 29 de Julho de 2024.

Exmo. Senhor Presidente,

Tendo em vista o recebimento do Ofício nº 350/2024/PRESI/SEC derivado do protocolo nº 1162/2024, onde nos comunica que o Relatório da Comissão Multissetorial contendo dados bancários do Instituto LAPAPREVI, será divulgado aos membros da CPI e por ventura podem se tornar públicos.

Em análise pela Diretoria Executiva, não foi encontrado óbice na divulgação dos dados bancários e financeiros do Instituto LAPAPREVI aos membros da Comissão Parlamentar de Inquérito, tendo em vista que são dados bancários não confidenciais e não comprometem o nosso sistema de segurança, desde que respeitados os parâmetros previstos na Lei nº 13709/2018.

Sendo o que se apresenta para o momento, me é grata oportunidade para apresentar nossas cordiais saudações.

  
Altair Euko  
Diretor Presidente  
Instituto LAPAPREVI

Câmara Municipal da Lapa - PR

**PROTOCOLO GERAL 1452/2024**  
Data: 31/07/2024 - Horário: 13:43  
Administrativo

*Recebi, do Sr. Altair Euko, do Instituto LAPAPREVI*  
*31/07/2024*  
*[Signature]*

Ao Exmo. Presidente da Câmara Municipal  
Mario Jorge Padilha Santos  
Lapa - PR





## ATO Nº 57/2024

Constitui Comissão Parlamentar de Inquérito nº 02/2024.

O Presidente da Câmara Municipal da Lapa, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando:

- Recebimento do Protocolo nº 1270/2024, que solicita a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito,

### RESOLVE

**Art. 1º** - Fica constituída a Comissão Parlamentar Inquérito nº 02/2024 nos termos regimentais desta Casa de Leis, com a finalidade única de averiguar os fatos narrados no Requerimento protocolado nesta Casa sob nº 1270/2024.

**Art. 2º** - Os Vereadores componentes da referida CPI serão os seguintes:

- Osvaldo Benedito Camargo - Presidente
- Gustavo Ribas Daou - Relator
- Brenda Ferrari da Silva - Membro

**Art. 3º** - A presente Comissão terá o prazo máximo de 120 (Cento e vinte) dias para apresentação do Relatório Final

**Art. 4º** - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Poder Legislativo Municipal em 31 de julho de 2024.

  
**MARIO JORGE PADILHA SANTOS**  
PRESIDENTE

  
**BRENDA FERRARI DA SILVA**  
1ª SECRETÁRIA



**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAPA**

**CÂMARA MUNICIPAL DA LAPA**  
**ATO Nº 57/2024**

Constitui Comissão Parlamentar de Inquérito nº  
02/2024.

O Presidente da Câmara Municipal da Lapa, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando:

- Recebimento do Protocolo nº 1270/2024, que solicita a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito,  
**RESOLVE**

Art. 1º - Fica constituída a Comissão Parlamentar Inquérito nº02/2024 nos termos regimentais desta Casa de Leis, com a finalidade única de averiguar os fatos narrados no Requerimento protocolado nesta Casa sob nº 1270/2024.

Art. 2º - Os Vereadores componentes da referida CPI serão os seguintes:

- Osvaldo Benedito Camargo - Presidente
- Gustavo Ribas Daou - Relator
- Brenda Ferrari da Silva - Membra

Art. 3º - A presente Comissão terá o prazo máximo de 120 (Cento e vinte) dias para apresentação do Relatório Final

Art. 4º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Poder Legislativo Municipal em 31 de julho de 2024.

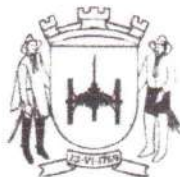
**MARIO JORGE PADILHA SANTOS**  
Presidente

**BRENDA FERRARI DA SILVA**  
1ª Secretária

**Publicado por:**  
Robson da Silveira Maurer  
**Código Identificador:4DCCE81B**

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 01/08/2024. Edição 3079  
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:  
<https://www.diariomunicipal.com.br/amp/>





# CÂMARA

MUNICIPAL DA LAPA - PR



Lapa, 01 de agosto de 2024.

Ofício nº. 393/2024/PRESI/SEC

Assunto: Divulgação de documentos

Senhores vereadores,

Venho através do presente, consultar aos senhores Vereadores, membros da Comissão Parlamentar de Inquérito nº 02/2024, constituída pelo Ato nº57/2024, se desejam ou não que alguns documentos sejam considerados, por ora, de acesso restrito, para fins de resguardar suas investigações.

Informo ainda que, em atendimento à LGPD, os dados pessoais citados no arquivo serão protegidos em possíveis divulgações.

Atenciosamente.

  
MARIO JORGE PADILHA SANTOS

Presidente

Câmara Municipal da Lapa - PR



PROTOCOLO GERAL 1462/2024  
Data: 01/08/2024 - Horário: 15:39  
Administrativo

  
Aos Exmos. Senhores Vereadores

**Oswaldo Benedito Camargo, Gustavo Ribas Daou e Brenda Ferrari da Silva**

**Comissão Parlamentar de Inquérito nº02/2024**

Lapa – PR





# CÂMARA

## MUNICIPAL DA LAPA - PR

### DEPARTAMENTO JURÍDICO

21

#### MANIFESTAÇÃO

Ref. Ofício nº 122/2024 – Lapaprevi.

Tendo em vista a resposta do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos da Lapa – LAPAPREVI, ao ofício nº 350/2024/PRESI/SEC, desta Casa, bem como o parecer emitido quando do recebimento do Relatório da Comissão Multissetorial, solicita-se que seja encaminhado novo ofício ao Instituto, solicitando os bons préstimos do mesmo para manifestar-se com relação à concordância, ou não, da divulgação de dados bancários e financeiros ao público em geral, assim como ocorre em toda matéria legislativa que tramita neste Poder.

Lapa, 02 de agosto de 2024.

Jonathan Dittrich Junior  
OAB/PR 37.437

A secretaria para providências.

06/08/2024

Câmara Municipal da Lapa - PR



PROTOCOLO GERAL 1465/2024  
Data: 02/08/2024 - Horário: 16:16  
Administrativo



OFÍCIO N° 122/2024

Lapa - PR, 29 de Julho de 2024.

Exmo. Senhor Presidente,

Tendo em vista o recebimento do Ofício nº 350/2024/PRESI/SEC derivado do protocolo nº 1162/2024, onde nos comunica que o Relatório da Comissão Multissetorial contendo dados bancários do Instituto LAPAPREVI, será divulgado aos membros da CPI e por ventura podem se tornar públicos.

Em análise pela Diretoria Executiva, não foi encontrado óbice na divulgação dos dados bancários e financeiros do Instituto LAPAPREVI aos membros da Comissão Parlamentar de Inquérito, tendo em vista que são dados bancários não confidenciais e não comprometem o nosso sistema de segurança, desde que respeitados os parâmetros previstos na Lei nº 13709/2018.

Sendo o que se apresenta para o momento, me é grata oportunidade para apresentar nossas cordiais saudações.




Altair Euko  
Diretor Presidente  
Instituto LAPAPREVI

Câmara Municipal da Lapa - PR

PROTOCOLO GERAL 1452/2024  
Data: 31/07/2024 - Horário: 13:43  
Administrativo

*Recebo, da Câmara dos Vereadores*  
*31/07/2024*



Ao Exmo. Presidente da Câmara Municipal  
Mario Jorge Padilha Santos  
Lapa - PR



Lapa, 06 de agosto de 2024.

Ofício nº 395/2024/SEC/PRESI

Assunto: Solicita autorização para divulgação de dados

Prezado Senhor:

Considerando o recebimento nesta Casa de Leis do ofício nº 122/2024 do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos da Lapa, reiteramos o Ofício nº 350/2024/PRESI/SEC desta egrégia Câmara Municipal, acerca da divulgação de dados bancários e financeiros do Instituto LAPAPREVI não somente aos membros da Comissão Parlamentar de Inquérito, mas também ao público em geral, para que este Instituto de Previdência se manifeste com relação à concordância em tal divulgação, assim como ocorre em toda matéria legislativa que tramita neste Poder Legislativo.

Cabe ressaltar novamente que, em atendimento à LGPD, os dados pessoais citados no arquivo serão devidamente protegidos.

Sendo o que tinha para o momento, renovo protestos de estima e consideração.

Atenciosamente

  
**MÁRIO JORGE PADILHA SANTOS**  
Vereador Presidente

Câmara Municipal da Lapa - PR



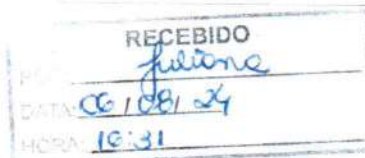
**PROTOCOLO GERAL 1478/2024**  
Data: 06/08/2024 - Horário: 16:04  
Administrativo

Ao Exmo. Senhor

**ALTAIR EUKO**

DD. Diretor Presidente Instituto LAPAPREVI

Lapa - PR





OFÍCIO N° 132/2024

Lapa - PR, 12 de agosto de 2024.

Exmo. Senhor Presidente,

Tendo em vista o recebimento do Ofício nº 395/2024/PRESI/SEC que reitera o Ofício nº 350/2024/SEC/PRESI derivado do protocolo nº 1162/2024, onde nos comunica que o Relatório da Comissão Multissetorial, contendo dados bancários do Instituto LAPAPREVI, será divulgado aos membros da CPI e para o público em geral.

Em análise pela Diretoria Executiva, não foi encontrado óbice na divulgação dos dados bancários e financeiros do Instituto LAPAPREVI também ao público em geral, tendo em vista que são dados bancários não confidenciais e não comprometem o nosso sistema de segurança, desde que respeitados os parâmetros previstos na Lei nº 13.709/2018.

Sendo o que se apresenta para o momento, me é grata oportunidade para apresentar nossas cordiais saudações.



Altair Euko  
Diretor Presidente  
Instituto LAPAPREVI

Câmara Municipal da Lapa - PR



PROTOCOLO GERAL 1531/2024  
Data: 14/08/2024 - Horário: 09:27  
Administrativo

*Viência dos Veneditores.**15/08/2024*

Ao Exmo. Presidente da Câmara Municipal  
Mario Jorge Padilha Santos  
Lapa - PR

## RELATÓRIO PRELIMINAR

### I) DESCRITIVO DOCUMENTAL

A presente Comissão Parlamentar de Inquérito nº02/2024, foi constituída pelo Ato nº57/2024 pelo Presidente da Câmara Municipal da Lapa, considerando:

*"Recebimento do Protocolo nº1270/2024, que solicita a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito,*

*RESOLVE*

*Art. 1º – Fica constituída a Comissão Parlamentar de Inquérito nº02/2024 nos termos regimentais desta Casa de Leis, com finalidade única de averiguar os fatos narrados no Requerimento protocolado nesta Casa sob nº1270/2024.*

*Art. 2º – Os Vereadores componentes da referida CPI serão os seguintes:*

*Osvaldo Benedito Camargo – Presidente*

*Gustavo Ribas Daou – Relator*

*Brenda Ferrari da Silva – Membro"*

O Requerimento que motivou a constituição da CPI nº02/2024 foi subscrito pelos Vereadores Arthur Bastian Vidal, Fenelon Bueno Moreira e Marco Antônio Bortoletto com o seguinte conteúdo:

*"Que seja instaurado uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar os fatos narrados pelo Prefeito Diego Timbirussu Ribas na Sessão Plenária de 18/06/2024, referente ao Lapaprevi, conforme relatório entregue através do ofício nº304/2024 – GAB e protocolo nº1162/2024."*

*Do Jurídico por q provi.  
DENADS*

*18/09/2024*

Câmara Municipal da Lapa - PR



PROTOCOLO GERAL 1711/2024  
Data: 17/09/2024 - Horário: 14:37  
Administrativo





# CÂMARA

## MUNICIPAL DA LAPA - PR

### COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO Nº02/2024

26

Diante do conteúdo solicitado no Requerimento Inicial importante se faz transcrever as palavras do Sr. Prefeito Municipal Diego Timbirussu Ribas proferidas na Sessão Plenária de 18/06 do corrente ano, conforme Ata Eletrônica da 18ª Sessão Ordinária da 4ª Sessão Legislativa da 18ª Legislatura:

***"Com a palavra o Prefeito Municipal Diego Ribas cumprimentou a todos, dizendo que (...) inclusive hoje, os requerimentos e ofícios que trouxe trata do Servidor Público, e é preocupante e alarmante o rombo que descobriram na Previdência, está trazendo aqui para os senhores e não tem dúvidas que todos os senhores aqui são a favor também do Servidor Público, porque o Servidor Público contribui para a Previdência pra se aposentar. E hoje traz para o conhecimento do Presidente Mário e para o Vereador Marco Bortoletto, que fez um pedido referente aos anos anteriores a 2021, ou seja, os pagamentos antes de 2021, desde 2013 a 2020, não foram repassados a Previdência 14 milhões que o Servidor pagou pra Prefeitura pra se aposentar, isso é preocupante e alarmante, por isso vem aqui pedir encarecidamente aos senhores que diante desse fato que está deixando à disposição do Presidente, do Vereador Marco Bortoletto e também vai se estender aos senhores, para que tomem providência, e nesse caso tem que ter um estudo e que seja instaurada uma CPI, e se por pouca coisa contra este Prefeito já instauraram uma CPI, quer ver agora se não vão abrir uma CPI num rombo de 14 milhões, isso um valor sem contar os juros que vai chegar a vinte milhões ou passar de vinte milhões. Precisam se unir porque a Prefeitura já está pagando hoje pra Previdência setecentos mil por mês, portanto, setecentos mil sai da Prefeitura e setecentos mil sai desse Fundo aonde era para estar aportado esses 14 milhões, ou seja, quem até 2004 entrou na Prefeitura, tem gente que já se aposentou, uma média de seiscentas pessoas, e tem mais de duzentas pessoas aí que vão se aposentar, o futuro é incerto e a Prefeitura não vai aguentar pagar esse rombo, por isso precisam se unir, porque isso vem de 2013, da gestão da senhora Leila e da gestão do senhor Furiati que não foi pago. Está trazendo isso aqui e pedindo providência, pois já***





enviaram ao Tribunal de Contas, ao Ministério Público e aos Sindicatos que são responsáveis, porque nessa leva tem todo tipo de funcionário, tem professor, motorista, auxiliar, que já estão aposentados e alguns que vão se aposentar, então já deu ciência também a Controladoria e ao Lapaprevi. Tudo se iniciou com o pedido do Vereador Marco Bortoleto, em que ele queria saber e entender, pois ano passado teve um parcelamento por problemas financeiros que o Brasil inteiro passou e na Lapa não foi diferente, atrasaram, mas estão pagando também, ou seja, o único Prefeito que pagou até agora foi este, e desde 2021 entraram e estão pagando, tiveram dificuldades, parcelaram e estão pagando, mas é preocupante esse rombo de 14 milhões que, sinceramente, não se sabe como vai ser o futuro. Hoje já estive com o Presidente Roy, e ele vai solicitar também um estudo para ver, porque existe dois Fundos, e como que vai ser feito, pois tem um Fundo saudável e esse Fundo que era pra ser aportado e está crítico, e o Município está aportando, hoje setecentos mil sai da Prefeitura e outros setecentos sai desse Fundo que receberia esse 14 milhões. Por isso vem aqui solicitar a providência a todos os Vereadores, pois sabe o quanto batalham pelo Servidor Público junto ao Executivo, várias coisas boas fizeram ao Servidor Público, só não faz o que não pode mesmo, mas hoje é lamentável estar repassando a Previdência setecentos mil reais por mês, talvez se esse dinheiro tivesse entrado, hoje estariam pagando um valor menor e bem abaixo, enfim, mas agora isso cabe uma investigação e uma avaliação dos senhores Vereadores, e como são vários documentos, está mandando através de um CD, para tomarem conhecimento e pede encarecidamente para que rapidamente façam o que tem que ser feito nesta Casa de Leis, porque sempre está lá escutando do Servidor, todo mundo aqui fala do Servidor, então agora é hora de todo mundo, inclusive, assinar uma CPI, sabe que o mínimo é três pessoas, talvez esteja no Regimento, mas acredita que tem que ter um apoio maciço para ajudarem a Previdência, os Servidores e a Prefeitura, porque se for atualizar, vai passar de 20 milhões, imaginem a Prefeitura ter que aportar daqui a pouco 3 milhões por mês, não vai aguentar, não vai dar certo. Agradece o requerimento feito pelo





# CÂMARA

## MUNICIPAL DA LAPA - PR

### COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO Nº02/2024

28

Vereador Marco Bortoletto, e está à disposição, pois terão que aprofundar mais esse tema e estudar juntos isso para que possam agora ajudar aqueles Servidores que estão aposentados que são quase setecentos, e ajudar esses que vão também se aposentar, que são em torno de duzentos e poucos funcionários públicos, ou seja, é lastimável e lamentável se deparar com um rombo na Previdência aqui no Lapaprevi da Lapa. Por fim, está a disposição para aprofundar esse tema e seria importante se reunirem e também trazer o senhor Altair, inclusive a Comissão da qual o Vereador Arthur também participou e assinou junto o relatório, informando todas essas circunstâncias, ou seja, teve uma Comissão que avaliou, não é o Prefeito que fez, quando chegou o requerimento de pronto mandou instaurar essa Comissão que foi através da Controladoria, de Procuradores, de Contadores renomados da Prefeitura, de Funcionários Públicos e junto com o Vereador Arthur que participou desse relatório que entregaram semana passada e está trazendo em mãos aqui e clamar aos senhores Vereadores e a Vereadora Brenda, que hoje não se faz presente, para que tomem rapidamente as providências e se unirem em benefício da Previdência e dos Servidores Públicos Municipais. **Livre a palavra para discussão fez uso da mesma o Vereador Marco Antônio Bortoletto** dizendo que essa solicitação partiu a partir do momento de uma solicitação do Vereador Osvaldo Benedito Camargo, através do Ofício 548, solicitando cópia dos comprovantes do repasse ao Lapaprevi, e na semana seguinte protocolou no protocolo oficial da Prefeitura o requerimento através do ofício 012, solicitando as mesmas informações e que pudesse ser apresentado os referidos documentos pelo prazo de pelo menos os últimos cinco anos. Recebeu na sequência o ofício do Diretor-Presidente Altair Euko (Roy), solicitando um prazo maior aonde este Vereador entendeu que havia alguma situação que não poderia ser explicada naquele momento. Este Vereador também fica surpreso com a apresentação do Prefeito desse documento nos valores dessa natureza, de quase vinte milhões de reais e deixa aqui a assinatura já de pronto para dar início a essa CPI, e se algum dos Vereadores estiverem de acordo já poderão assinar esta noite ainda. **Com a palavra o**





CÂMARA  
MUNICIPAL DA LAPA - PR

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO Nº02/2024

5  
FIN 29  
L  
L. D. D. D.

**Vereador Arthur Bastia Vidal** disse que podem contar com a assinatura deste Vereador na criação da CPI. **Com a palavra o Vereador Gustavo Daou** disse que ficou sabendo de última hora desses assuntos, mas algumas coisas chamaram atenção, e pra uma decisão dessas gostaria de alguns esclarecimentos, é claro que tudo de questão lógica e bem prática. Foi dito que há um rombo do valor, sem atualização, de 14 milhões, desde 2013, e como o Prefeito mencionou, existem dois Fundos, um dos funcionários anteriores a 2004 ou 2005 que é o que está com problemas hoje, e o segundo é o que está saudável e tem hoje o rendimento. E o que preocupa é, se houve um rombo de 14 milhões, como que houve aprovação dessas contas, isso deixou este Vereador preocupado, porque como que funciona, sendo bem literal, esse recolhimento para o Fundo, é descontado o percentual, cada época é um percentual diferente que dá um valor diferente, e como que isso foi deixado de ser repassado no contracheque de todos os Servidores, acredita que todo mundo verifica ali quanto que recebeu, se tem algum desconto, assim como tem os ganhos também, por isso é importante esclarecer esse fato porque senão terão até mesmo uma situação do Tribunal de Contas pecando em cima disso, e não estão falando de um período curto, é um período extenso e isso tem que ser bem explicado e bem didático, para que quem está acompanhando entenda a situação, porque não vê como não ter sido repassado isso, não está aqui defendendo a, b ou c, mas é um período muito longo de dez anos, vê isso como um problema muito sério, sendo que tem a direção do Lapaprevi que deveria estar cobrando disso a época, tem o próprio Conselho onde Servidores fazem parte, inclusive Servidores desta Casa de Leis fazem parte, este Vereador enquanto Presidente fez indicação para que trabalhassem nesse sentido. Que bom que foi verificado, isso precisa ser esclarecido, tem que fazer esse levante, se houve ou não essa apresentação e como que esse furo passou, porque 14 milhões sem correção não é um burquinho, e aqui ninguém está pra brincar com a vida do próximo. Por fim, para ter um respaldo, pois não tomou conhecimento do documento e não sabe se isso está presente ou não, mas como foi apresentado agora sem a cópia, é importante dispor isso





# CÂMARA

## MUNICIPAL DA LAPA - PR

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO Nº02/2024

30  
Lapa, Paraná

para que possam de fato verificar, porque não é simplesmente levantar o fato, particularmente este Vereador já falou isso outras vezes aqui, é preciso de um indício de prova, e gostaria disso por uma questão de segurança. **Em resposta, o Prefeito Diego Ribas**, disse que é importante isso, não podem brincar, e depois da análise dos Vereadores nessa questão da CPI, tem que trazer aqui o Prefeito e o Presidente da época pra explicar por que não pagaram, como que este Prefeito e o senhor Roy, em 2021, pagaram, e por que não pagaram lá atrás, então essa pergunta tem que ser direcionada ao Prefeito e quem foi na época o Presidente do Lapaprevi, mas tem que ser um negócio sério, que seja uma CPI, que venham aqui e façam esclarecimentos, porque vir aqui na Tribuna só falar para o povo é enganar desses tantos anos que já passaram desses 14 milhões, então, acredita que isso não é cabível, por isso é importante salutar e tomar todas as providências, mas que seja de fato instaurado um procedimento, colhido e verificado o porquê disso, e tem certeza que se fosse este Prefeito, já estavam pedindo hoje a cassação. Portanto, não dá para prolongar isso, não é brincadeira mesmo, é um negócio seríssimo, e não é uma Comissão que foi o Prefeito que fez, não teve qualquer intervenção na Comissão, é uma Comissão de Servidores de carreira muito bem preparados que estão há muito tempo na Prefeitura e chegaram a essa conclusão. **Com a palavra o Vereador Osvaldo Benedito Camargo** sugeriu que seja feito um convite para que compareçam neste Plenário os Diretores, os Conselheiros e o ex-prefeito Paulo Furiati. **Com a palavra o Vereador Marco Antônio Bortoletto** disse que com certeza isso será encaminhado ao Departamento Jurídico, a Comissão competente e aos demais Vereadores desta Casa de Leis para análise e assim elucidar essa matéria e consequentemente tomarem as atitudes necessárias na decorrer do período, mas acredita que aqui não cabe convidar hoje ou amanhã, primeiro precisam verificar o que acontece e o que está colocado na resposta e assim que o Jurídico dê um Parecer às Comissões, será encaminhado o restante. **Com a palavra o Vereador Arthur Bastian Vidal** lembrou que o Regimento é claro, tendo três assinaturas pode abrir a qualquer momento. **Com a palavra o**





**CÂMARA**  
MUNICIPAL DA LAPA - PR

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO Nº02/2024**

0134  
L  
LAPA - PR

**Vereador Gustavo Daou** disse que vai pedir o que o Vereador Arthur já pediu outras vezes, se houver um pedido independente de abertura de CPI ou não, não vê por que ser negado ao Vereador, não está dizendo que vai suprir a CPI, mas se ele quiser convidar por que não pode, senão vão tolher a função do Vereador. **Com a palavra o Vereador Fenelon Bueno Moreira** disse que diante dos documentos oficiais trazidos pelo Prefeito nesta Casa de Leis e assim como o Vereador Gustavo, este Vereador também ainda não analisou, mas acredita na veracidade dos mesmos, haja vista que foram feitos e elaborados por pessoas apolíticas que são, na verdade funcionários do Executivo, pessoas de alta capacidade e até porque para esclarecer as dúvidas aqui levantadas e ventiladas pelo Vereador Gustavo, quer também fazer parte da CPI pra já abrir e investigar esses fatos, se não houver nenhum indício de eventuais irregularidades, obviamente irão dar um Parecer favorável **aos ex-prefeitos, contudo, podem** ter certeza que vão verificar com a maior seriedade na CPI, inclusive com lupa essa situação, este Vereador mesmo verificou e se for necessário amanhecer dia e noite pra verificar esses documentos assim o fará. **Com a palavra o Vereador Vilmar Fávaro Purga** disse que sempre toma posição aqui em favor do funcionalismo público, mas o que causa estranheza nesse momento é de que se passou três anos e meio e agora que foi descoberto o furo, e precisa saber por que se passaram três anos e meio e no ano eleitoral está chegando esse furo aqui dentro da Câmara Municipal de 14 milhões de reais dos ex-prefeitos que antecederam o Prefeito Diego, essa é uma pergunta deste Vereador, e a posição deste Vereador nesse momento é de que, o Prefeito acabou de chegar aqui na Câmara, as seis e meia da tarde, trouxe e entregou em mãos do Presidente Mário essa documentação, porém não foi nem distribuído ainda aos Vereadores e como é que este Vereador que é totalmente independente de Prefeitos vai assim dizer que vai assinar uma CPI, pode até assinar porque está aqui para defender o funcionário, e o Prefeito Diego sabe que este Vereador não tem cargo pra segurar lá no Executivo, aliás não tem com o Prefeito Diego e nunca teve com o Furiati nem com a Leila, portanto está livre aqui sempre para defender o que





**CÂMARA**  
MUNICIPAL DA LAPA - PR

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO Nº02/2024**

8  
F1132  
L  
Câmara Municipal da Lapa - PR

é correto, e não pode dizer que assina uma CPI aqui sem ter a documentação em mãos, quer ter essa documentação para estudar e claro, se for preciso assinar para virem aqui dar esclarecimento podem ter certeza que também vai estar fazendo isso, mas aqui desafia a todos se este Vereador tem algum cargo lá que o impeça de assinar qualquer documento aqui dentro, este Vereador não tem, esse é o desafio que faz aqui ao Prefeito e aos senhores, porque não tem nem um problema em representar aqui o funcionário público como sempre fez durante esses mandatos que aqui está, portanto causa estranheza de passar três anos e meio e só agora verem o furo de 14 milhões, e se o Prefeito que está lá não viu, tem que chegar aqui a documentação para os Vereadores saberem como está chegando agora, então, com todo respeito aos Prefeitos que antecederam e ao Prefeito Diego, pode dizer que este Vereador vai fazer a análise dessa documentação e não vai assinar nenhum documento sem ler, que nem muitos estão fazendo, não sabe se já leram ou não, ou se já fizeram uma reunião entre os Vereadores da base, pois se fizeram a reunião com os Vereadores da base, assinem a CPI com três assinaturas, já está pronta para ser feita a CPI, e este Vereador quer ter o prazer de ser sorteado para participar da fiscalização disso. **Com a palavra o Vereador Arthur Bastian Vidal** disse deixar claro e como bem o Prefeito explicou antes, este Vereador participou da Comissão, por isso que assinou, a justificativa de assinatura no momento da abertura da CPI foi por isso, participou de mais de dez reuniões, portanto sabe de tudo o que se passa nessa Comissão. **Com a palavra o Vereador Vilmar Fávaro Purga** parabenizou o Vereador Arthur pela participação lá no Poder Executivo, não sabe em que hora e onde faziam a reunião, mas lamenta de não ter trazido antes pra Câmara. **Com a palavra o Prefeito Diego Ribas** disse que descobriram isso daí porque ano passado atrasaram, acabou que o Vereador Osvaldo pediu informações, foram verificar e não tinha pagamento e aí o Vereador Marco Bortoletto estava participando e como é o líder do Prefeito ele fez o requerimento, e a Comissão está trabalhando desde o ano passado em cima disso, é muito documento, são caixas de documento que está lá na Prefeitura, então não foi do dia pra noite





# CÂMARA

## MUNICIPAL DA LAPA - PR

### COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO Nº02/2024

6' 11' 33" 2  
Lapa, 02/02/2024

que foi feito isso, já está desde o ano passado, e isso se deu por conta daquele parcelamento que pediram aqui, porque estavam pagando, teve o problema financeiro no ano passado e pediram o parcelamento, tudo nasceu daquilo, a Prefeitura também não sabia disso, e se tivessem descoberto lá em 2021, acham que não iriam fazer isso, é óbvio que iriam. **Com a palavra o Vereador Vilmar Fávaro Purga** disse que se levaram tanto tempo para analisar essa documentação como é que querem que os Vereadores analisem em questão de minutos. **Em resposta, o Prefeito Diego Ribas** disse que não pediu pra que façam hoje a CPI, o que estão pedindo é providências, enquanto Prefeito e como cidadão, na percepção que tem, acha que esta Casa tem que abrir uma CPI para investigar, mas não precisa ser hoje, e este Prefeito e a Comissão estão a disposição, os Vereadores que analisem o tempo que for, mas que seja algo que dê uma resposta aos Servidores que estão aí pagando cem por cento e que não vão ter um retorno no futuro. **Continuando, o Vereador Vilmar Fávaro Purga** disse que agora entendeu, e não precisa ser agora essa CPI, pode até chamar e conversar, porque tem calhamaços de documento pra estudar, e podem ter a certeza, este Vereador fala por si só dentro da Câmara e não pertence a nenhum grupo político, pertence ao Partido PODEMOS e está aqui para representar o povo, não está aqui para representar o Prefeito ou ex-prefeito, está aqui pra fazer aquilo que é correto como Vereador, é por isso que foi eleito e podem ter a certeza que se participar dessa CPI e tiver erro, vão pagar pelo erro que cometeram, mas tenham também o direito de defesa. **Em resposta, o Prefeito Diego Ribas** disse que concorda com o Vereador Purga, sempre o respeitou e os demais Vereadores, mas acredita ser uma situação tão importante, em que todos os Vereadores têm que agir rápido, e não adianta vir aqui só falar, e pra se defender tem que ser um negócio formal, algo formalizado que esteja dentro do Regimento, porque vir aqui falar pra todo mundo e enganar o povo não dá. **Continuando, o Vereador Vilmar Fávaro Purga** acha correto e concorda, e já tem Vereador da base pronto já pra assinar, já tem três assinaturas, então vai ser montada a CPI, e este Vereador gostaria de ser um fiscalizador dessa CPI, porque aqui não tem o rabo preso





# CÂMARA

## MUNICIPAL DA LAPA - PR

### COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO Nº02/2024



com Prefeito e nem com ex-prefeito, tomarão as decisões que serão corretas.

**Com a palavra o Vereador Marco Antônio Bortoletto**, disse que também não tem rabo preso com Prefeito nenhum e sim com a população da Lapa, se hoje estão aqui falando pra assinar essa CPI é porque tem indícios e está constando nesse relatório, não interessa se tem cargo ou não, se são a favor ou não ao Prefeito, o que interessa é o que está dito no relatório e que vai ser comprovado, pede desculpas ao Vereador Purga, mas a questão de cargo ou não cargo não está em discussão nesse momento, e a assinatura da CPI vai ser feita por quem tiver que fazer no momento apropriado, tanto que falou ao senhor Presidente que encaminhe ao Jurídico e as Comissões competentes para que possam assinar, agora não entende por que o Vereador Purga questiona se tem cargo ou não, e este Vereador tem acompanhado o Prefeito Diego desde o início e vai seguir até o final, independente se a CPI vai ser aprovada ou não. **Com a palavra o Vereador Vilmar Fávaro Purga** disse que quando fala que não tem cargo é porque não tem, e se a carapuça serviu para algum dos senhores Vereadores, vistam, e este Vereador, particularmente, diz que os senhores foram privilegiados porque tiveram antes dos demais Vereadores essa comunicação dentro da Prefeitura, entendam que estão recebendo agora e o Presidente Mário vai repassar. **Em resposta, o Prefeito Diego Ribas** disse que não teve nenhum privilégio, o único privilegiado que participou foi o Vereador Arthur que participou dessa Comissão. **Continuando, o Vereador Vilmar Fávaro Purga** disse que o Vereador Marco Bortoletto acabou de falar que participou. **Em resposta, o Vereador Marco Bortoletto** disse que fez o requerimento dia 17 de agosto de 2023 e não tem carapuça pra vestir, talvez o Vereador Purga deveria retornar há três anos atrás e não falar o que está falando a este Vereador hoje. **Com um aparte, o Vereador Arthur Bastian Vidal** disse que o Vereador Marco Bortoletto é o denunciante da CPI, como que vai ser privilegiado. **Com a palavra o Vereador Osvaldo Benedito Camargo** disse que comunga com o que o Vereador Purga falou, que deveria ter protocolado hoje e na próxima Sessão o Prefeito e os senhores Secretários comparecessem aqui, mas que os Vereadores tivessem tomado conhecimento



*de causa, do que está sendo discutido, protocola-se hoje, vem o Prefeito com toda a educação, e este Vereador sempre recebeu bem o Prefeito, seus Diretores e Secretários, e então teriam um embasamento do que está chegando nesta Casa de Leis. Ninguém mais querendo fazer uso da palavra, encerrou-se a Sessão. (grifo nosso)*

Por meio do expediente o Ofício nº304/2024 – GAB, assinado pelo Sr. Prefeito Municipal datado de 17/06 e protocolado nesta Casa de Leis sob nº1162/2024 no dia posterior da Sessão Plenária acima descrita foi encaminhado **Relatório do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais no período de 2013 a dezembro de 2020.**

Passada a transcrição cronológica documental alusiva cumpre destacar que conforme o solicitado no Requerimento inicial da abertura da CPI, subscrito pelos Vereadores pleiteantes a análise dos trabalhos desta CPI deverá ocorrer pelo conteúdo de **02 (dois) FATOS DISTINTOS**,

a) Denúncia narrada pelo Sr. Prefeito na Sessão Plenária de 18 de junho do corrente ano;

b) A documentação do Relatório do LAPREVI acostada sob o protocolo nº1162/2024.

## **II) DAS MEDIDAS LEGAIS DE SANEAMENTO**

O Instituto de Previdência dos Servidores Públicos da Lapa – LAPAPREVI trata-se de autarquia e de início, destaque-se que desde a Emenda Constitucional nº20/1998, é requisito constitucional dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) a observância de critérios que preservem seu equilíbrio financeiro e atuarial.

Esta base permanece mesmo diante das modificações resultantes da reforma realizada pela Emenda nº103/2019.



A Orientação Normativa SPS/MPS nº02/2009 constitui importante marco regulamentar na organização dos regimes próprios, inclusive em seu artigo 22, estabelece que o equilíbrio financeiro e atuarial se dará: *“em conformidade com a avaliação atuarial inicial e as reavaliações realizadas em cada exercício financeiro para a organização e revisão do plano de custeio e de benefícios”*. Sendo que, o parágrafo único do dispositivo faz referência às normas definidas na Portaria MPS nº403/2008, posteriormente revogada pela Portaria MF nº464/2018.

Assim é necessário sobretudo ter-se clara a distinção entre os dois tipos de *déficit* que podem ocorrer nos Regimes de Previdência. O *déficit* financeiro que ocorre quando *“as receitas auferidas pelo RPPS são insuficientes para cobrir inativos e pensionistas em cada exercício financeiro”*.

E o *déficit* atuarial que ocorre quando *“o valor presente (VP), entre a totalidade dos ativos avaliados a valor de mercado, vinculados ao RPPS, acrescidos do fluxo das receitas estimadas é menor que o montante das obrigações projetadas, apuradas atuarialmente.”*

Em caso de uma possível situação de *déficit* atuarial, o ente previdenciário deverá tomar uma das duas medidas estabelecidas no artigo 53 da referida Portaria nº464/2018.

A primeira é a instituição, após o Relatório de Avaliação Atuarial, identificar as principais causas do *déficit* atuarial por meio de balanço de ganhos e perdas atuariais apresentar possibilidades para seu equacionamento e propor o plano a ser implementado por lei, com contribuição suplementar, na forma de alíquotas ou aportes mensais com valores preestabelecidos, para em, no prazo máximo de 35 anos, acumular os recursos necessários à cobertura desse resultado, conforme preconiza os artigos 54 e 55.

A segunda é a segregação em massa de segurados, previamente aprovada pela entidade fiscalizadora no âmbito da União (art.20, §4º), em que parcela dos benefícios seria custeado por um plano financeiro de repartição simples, e outra, por um regime de capitalização, conforme artigo 56 da Portaria 464/2018.

Importante ainda frisar, que adiante o Art.58, IV da Portaria nº464/2018 traz a vedação expressa de transferência de recurso entre fundos:



“(…)

*IV – fica vedada transferência de beneficiários, recursos ou obrigações entre os fundos, não se admitindo, também a previsão da destinação de contribuições de um grupo para o financiamento dos benefícios do outro, ressalvada a revisão da segregação d que trata o art. 60;”*

Ainda finalmente, de modo complementar às medidas citadas anteriormente é possível o:

- a) aporte de bens, direitos e ativos;
- b) aperfeiçoamento e adequação legal do RPPS e dos processos relativos à concessão, manutenção e pagamento dos benefícios; e
- c) a adoção de ações que visem à melhoria na gestão integrada dos ativos e passivos do RPPS.

Nesta análise normativa sobre o assunto é salutar a verificação da Portaria Ministério da Previdência Social nº746/2011, que definiu os requisitos para a contabilização orçamentária dos recursos correspondentes aos referidos aportes, tendo estabelecido em seu artigo 1º, §1º que:

“Art.1º (...)

§1º. Os Aportes para cobertura de Déficit Atuarial do RPPS ficarão sob a responsabilidade da Unidade Gestora, devendo:

- I – ser controlados separadamente dos demais recursos de forma a evidenciar a vinculação para qual foram instituídos; e*
- II – permanecer devidamente aplicados em conformidade com as normas vigentes, no mínimo, por 05 (cinco) anos.”*

De acordo com o critério normativo é de suma importância observar que o plano previdenciário se destina à capitalização de recursos para o pagamento de benefícios futuros, pois do contrário conformariam mera cobertura de insuficiência financeira, sem objetivo de acúmulo.



Desta forma a Portaria previu a necessidade de controle segregado dos recursos pertinentes aos aportes, bem como sua aplicação pelo período mínimo de 5 anos.

O equilíbrio atuarial deve ser entendido como a garantia de equivalência, a valor presente, entre a totalidade dos ativos vinculados ao RPPS, acrescidos do fluxo das receitas estimadas comparadas com as obrigações projetadas, apuradas atuarialmente.

A Lei nº9.717/1998 determina a necessidade de realização de avaliação atuarial para organização e para a revisão do plano de custeio e das obrigações com os benefícios previdenciários.

Nas situações em que houve a segregação das massas do RPPS, a parte financeira, via de regra deficitária, necessita dos aportes financeiros do tesouro do ente, repassados por meio de interferência financeira ou por alguma forma de aporte.

Os recursos aportados no regime de previdência somente poderão ser considerados recursos próprios do RPPS quando houver a instituição formal de algumas das formas de equilíbrio citadas na Portaria MPS nº403, de 10 de dezembro de 2008.

Desta forma se não houver a instituição legal de um plano de amortização conforme as regras estabelecidas na citada portaria, qualquer aporte de recursos no RPPS será considerado aporte para cobertura de déficit financeiro ou constituição de reserva para essa mesma finalidade em outro exercício.

**Nesse caso, as despesas custeadas com esses aportes não poderão ser deduzidas para o cálculo da despesa total com pessoal.**

Assim, a utilização antecipada de recursos acumulados e oriundos de aportes para cobertura de déficit atuarial caracteriza irregularidade, haja vista que contaria a sistemática normativa dos regimes próprios e compromete o equilíbrio atuarial do sistema, sujeitando inclusive o responsável à apuração de responsabilidades pelo Ministério da Previdência, Poder Judiciário, Tribunal de Contas, dentre os órgãos de fiscalização e controle.

Por sua vez, a Portaria MPS nº746/2011, com o objetivo de excluir os "aportes para cobertura de déficit atuarial do RPPS" do cômputo do índice total de despesas com pessoal (Art. 19, §1º, VI, "c" da LRF), estabeleceu que tais recursos sejam constituídos como despesa orçamentária vinculada legalmente ao plano de amortização estabelecido



pelo ente e sejam utilizados exclusivamente para o pagamento de benefícios dos segurados vinculados ao plano previdenciário.

Acerca do tema constantes do Manual de Demonstrativos Fiscais da Secretaria do Tesouro Nacional, e demais julgados citado no **Acórdão nº1483/20 – Tribunal Pleno do Tribunal de Contas do PR:**

*“Consoante o disposto no Art. 40 da Constituição Federal, a Lei 9.717, de 27 de novembro de 1998, que trata das regras gerais para a organização e o funcionamento dos RPPS, estabelece que os entes federativos devem garantir tanto o equilíbrio financeiro quanto o atuarial dos respectivos regimes próprios. A avaliação financeira do RPPS leva em consideração as receitas e as despesas apuradas no exercício financeiro, podendo haver superávit ou déficit financeiro, ou seja, quando as receitas auferidas não são suficientes para o pagamento das despesas com inativos e pensionistas em cada exercício, o tesouro do ente deverá arcar com o valor necessário para que o RPPS alcance o equilíbrio financeiro.”*

(...)

*“Para os RPPS que ainda não tenham promovido o equilíbrio financeiro e atuarial e apresentem déficits financeiros em todos os exercícios, as despesas custeadas com os recursos repassados pelo tesouro do ente para fazer face ao déficit do exercício (déficit financeiro) ou repassados para constituição de reserva financeira não podem ser deduzidas para o cálculo da despesa com pessoal líquida. Essas despesas constituem a parcela da despesa com inativos de responsabilidade do ente federado, e, portanto, devem fazer parte do cômputo da despesa total com pessoal. Ressalta-se que **os recursos aportados no regime de previdência somente poderão ser considerados recursos próprios do RPPS quando houver a instituição formal de algumas das formas de equilíbrio estabelecidas na Portaria MPS nº 403.***

*Se não houver a instituição legal de um plano de amortização conforme as regras estabelecidas na citada portaria, qualquer aporte de recursos no RPPS será considerado aporte para cobertura de déficit financeiro ou constituição de*



*reserva para essa mesma finalidade em outro exercício. Nesse caso, as despesas custeadas com esses aportes não poderão ser deduzidas para o cálculo da despesa total com pessoal. (Grifamos e destacamos)”*

*(...)*

*“A este respeito, transcreva-se a análise da unidade técnica acerca da forma regular de contabilização dos aportes periódicos para a cobertura do déficit.*

*Verbis:*

*Os aportes periódicos para a cobertura do déficit devem ser implementados com repasses em prazos definidos, além das prestações previdenciárias devidas pelo ente. Neste caso, por não se tratar de valores resultantes da quota patronal, não deverão ser contabilizados para fins de limite com despesa de pessoal. No que diz respeito à contabilidade, “o ente deverá registrar uma despesa intraorçamentária (natureza de despesa:3.3.91.97) e o RPPS uma receita intraorçamentária (natureza de receita:7940.00.00 ou 7990.01.1.1)”.*

*Sugere o Conselheiro-Substituto Vasco C. A Jambo, do TCE-GO, que, uma vez que os aportes periódicos são registrados sob a rubrica de Outras Despesas Correntes – grupo 3, “isso pode gerar um incentivo para que os entes realizem os aportes, pois os recursos impactarão as despesas de pessoal (grupo 1), segundo os critérios da Lei de Responsabilidade Fiscal, somente quando os benefícios previdenciários forem pagos, por serem pagamento de inativos com recursos vinculados”*

*Nesta esteira, Portaria Conjunta STN/SOF nº2/2010 instituiu o elemento de despesa 97 – Aporte para Cobertura do Déficit Atuarial do RPPS, e o Ministério da Previdência baixou a Portaria nº746/2011 impondo balizas de gestão dos recursos aplicados sob esta categoria. O referido diploma exige a aplicação por, no mínimo, cinco anos no fundo previdenciário, a fim de constituir reserva e rendimentos.”*

No Relatório apresentado pelo **LAPAPREVI**, em data de 03/06/2024, pela Comissão Multissetorial, instituída pelo Decreto Municipal nº27425, de 07 de dezembro de 2023, composta pelos membros Ana Claudia Tuchanski de Paula, Francisco Simão



Ferreira Prestes, Sumaia Maria Dawagi dos Santos, Arthur Bastian Vidal e Sabrina de Fátima de Oliveira Ferreira, com a finalidade de verificação de repasses de aporte financeiro pelo Município ao Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município da Lapa/Pr foi mencionado que:

“Em reunião realizada no dia 06/02/2024, nos termos da Ata nº01/2024, foi deliberado que os membros Sabrina e Sumaia, que exercem o cargo de Contadoras do Município, elaborariam planilha com base nos documentos apresentados pelo Instituto e pelo Município, para confrontar o recolhimento das **contribuições mensais do Executivo e Legislativo com a despesa mensal da folha de pagamento do Fundo Financeiro**, do exercício de 2020 e dos anos anteriores, já que em 2021 iniciou-se oficialmente os recolhimentos pelo Município dos débitos do mencionado Fundo, para verificar quando surgiu a necessidade de aporte.

No dia 22/05/2024, nos termos da Ata nº02/2024 (fls.2689), foram apresentadas as planilhas. (grifo nosso)

Ainda no Relatório acostado expressamente menciona:

“Conforme planilha de fls.2591, abaixo transcrita, onde consta o resumo dos valores anuais referentes ao **déficit financeiro no Fundo Previdenciário Financeiro, o início do desequilíbrio ocorreu em abril de 2013.**”

Elenca ainda **Déficit total de R\$28.192.156,67 e Déficit (50%) no valor de R\$14.096.078,34** (grifo nosso)

O Relatório da Comissão Multissetorial, menciona ainda que com base nos documentos apresentados pela Secretaria Municipal da Fazenda e pelo Instituto LAPAPREVI, os **recolhimentos dos aportes** relativos ao Fundo Financeiro, somente foram efetivados a partir do exercício de 2021, não havendo portanto, comprovação de recolhimentos anteriores de 2013 a 2020.



### III) DAS PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS

Nos casos onde haja a necessidade de cobertura da insuficiência financeira a qual é completamente diversa do déficit atuarial/financeiro a previsão legal está consubstanciada especificamente, no §1º do art. 2º da Lei Federal nº9.717/1998, com redação alterada pela Lei nº10.887/2004, in verbis:

“A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios são responsáveis pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras do respectivo regime próprio, decorrentes do pagamento de benefícios previdenciário.”

É de conhecimento jurídico que a Lei nº9717/1998 foi editada para estabelecer normas gerais de organização e funcionamento dos regimes próprios, que, por sua vez, tem previsão constitucional, na medida em que compete a União, concorrentemente com o Estado, legislar sobre normas gerais de previdência social, nos termos do Art. 24, XII, §1º da Constituição Federal.

De outra parte, a Emenda Constitucional nº103/2019 conferiu ao citado diploma legal, status de lei complementar conforme dispõe o art. 9º até que entre em vigor Lei Complementar que discipline o §22 do Art. 40 da Constituição Federal, aplicam-se aos regimes próprios de previdência social o disposto na Lei nº9717/1998.

No mesmo sentido a Portaria nº403/2008 do Ministério da Fazenda citada anteriormente e remarque-se ainda, que o art. 40, caput, da Constituição Federal, estabelece com o princípio, a ser observado pelos regimes próprios, o do equilíbrio financeiro e atuarial do regime.

Não obstante o princípio já tenha sido conceituado nas portarias referenciadas, em consonância com o disposto no art. 9º da Lei 9717/1998, na sua redação a EC 103/2019, trouxe a definição ao estabelecer que:

“O equilíbrio financeiro e atuarial do regime próprio de previdência social deverá ser comprovado por meio de garantia de equivalência, a valor presente, entre o fluxo das receitas estimadas e das despesas projetadas, apuradas atuarialmente, que juntamente com os bens, direitos e ativos vinculados,



comparados as obrigações assumidas, evidenciam a solvência e a liquidez do plano de benefícios.”

Assim sendo na constatação da insuficiência financeira do regime, o Instituto deveria com a anuência do Conselho Multissetorial, oficiar o Executivo para que procedesse com a regularização da insuficiência financeira, na forma prevista na Lei nº9717/1998, comprovando-a com a planilha acostada a presente, e lembrando que o descumprimento da norma federal pode ensejar a não prorrogação do CRP – Certificado de Regularidade Previdenciária, com as consequências de que trata o artigo 167, XIII da Constituição Federal, na redação dada pela EC nº103/2019.

Frise-se que o Relatório apresentado não trata de INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA e sim de DÉFICIT FINANCEIRO.

Desta forma pertinente evidenciar que pela legislação existem regras que não foram evidenciadas na apresentação geral e final do Relatório estabelecidas na **PROVISÃO MATEMÁTICA PREVIDENCIÁRIA**.

A Norma Brasileira de Contabilidade (NBC TSP) 15 – Benefícios a Empregados, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), quanto ao conteúdo específico de RPPS, destaca a necessidade de reconhecimento do passivo atuarial e sua evidenciação no Balanço Patrimonial, em atendimento ao regime de competência.

Conforme disposto no Manual de Contabilidade 9ª edição, entende-se por provisão matemática previdenciária a diferença a maior entre os valores provisionados para fazer face à totalidade dos compromissos futuros do plano para com seus beneficiários e dependentes e as contribuições correspondentes, ou seja, a provisão matemática previdenciária, também conhecida como PASSIVO ATUARIAL, representa o valor presente do total dos recursos necessários ao pagamento dos compromissos dos planos de benefícios, calculados atuarialmente, em determinada data.

Sendo necessário, portanto que a Unidade Gestora do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) – LAPAPREVI realizar a evidenciação no relatório destes valores, por meio de suas notas de lançamento.

Com a necessidade de se manter saudável, as ações de gestão do RPPS devem ser balizadas pelo equilíbrio do plano de benefícios, tanto em seu aspecto de



equilíbrio financeiro, a cada exercício financeiro, quanto de equilíbrio atuarial, este a longo prazo, conceitos estes descritos na Portaria/MTP nº1.467/2022, de 2 de junho de 2022.

Na análise documental acostada é impossível a verificação detalhada e diferenciada para apuração dos valores conforme determina toda a vasta legislação federal.

Para tanto, devem ser assegurados recursos suficientes para pagamento dos benefícios atuais e futuros.

“ANEXO VI

(...)

XVII – equilíbrio atuarial: garantia de equivalência, a valor presente, entre o fluxo das receitas estimadas e das obrigações projetadas, ambas estimadas e projetadas atuarialmente, até a extinção da massa de segurados a que se refere; expressão utilizada para denotar a igualdade entre o total dos recursos garantidores do plano de benefícios do RPPS, acrescido das contribuições futuras e direitos, e o total de compromissos atuais e futuros do regime;

XVIII – equilíbrio financeiro: garantia de equivalência entre as receitas auferidas e as obrigações do RPPS em cada exercício financeiro;”

O Relatório apresentado em nada específica vez que contem valores gerais apenas de Déficit Total e Deficit 50% os quais não se relacionam ao conceito de Insuficiência Financeira pré-requisito para a realização de aportes conforme já evidenciado pela robusta legislação citada.

Contudo, na prática, pode-se observar a ocorrência de déficits previdenciários no RPPS. Estes correspondem a insuficiências que podem ser projetadas ou imediatas para o pagamento de benefícios previdenciários, decorrentes de desequilíbrios atuariais ou financeiros, respectivamente.

Assim, precisamos diferenciar os déficits previdenciários como gênero do tema, tendo como espécies: atuarial e financeiro.

O RPPS pode apresentar déficits correspondentes às insuficiências imediatas (déficit financeiro) ou projetadas (déficit atuarial) para o pagamento de benefícios previdenciários.

Consideram-se **deficits atuariais** quando representam valores necessários ao equilíbrio financeiro futuro do regime, projetadas para exercícios futuros e analisadas a valor presente e **deficits financeiros** quando correspondem a insuficiências financeiras presentes para o pagamento dos benefícios previdenciários de cada mês, ou seja, que impactam o exercício atual.

Para ilustrar o que determina a legislação sobre o assunto apresentamos o gráfico abaixo:

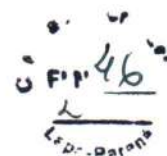


Pela legislação anualmente deve ser realizada a Avaliação Atuarial, necessária para a quantificação das obrigações previdenciárias, consiste em um estudo técnico desenvolvido pelo atuário, devendo considerar três bases distintas (Base Atuarial, Base Legal e Base Cadastral), com a finalidade de estabelecer, de forma suficiente e adequada, os recursos necessários para a garantia dos pagamentos dos benefícios previstos pelo plano.

Dentre outros dados, é nela que são evidenciados os confrontos entre as Receitas e Despesas Previdenciárias, levando-se em conta, ainda, os ativos existentes, necessários a suportar os possíveis déficits.

Importante ainda destacar a necessidade de elaboração de **Relatório**





**Gerencial de Gestão Atuarial – RGGA**, com o intuito de garantir uma maior transparência, credibilidade, organização e acesso às informações com vistas ao acompanhamento mensal da evolução do passivo previdenciário existente, assim como, dos ativos financeiros.

Consideram-se déficits atuariais quando representam valores necessários ao equilíbrio financeiro futuro do regime, projetadas para exercícios futuros e analisadas a valor presente, deste modo a amortização para equacionamento do déficit anual ocorrerá por meio de aportes provenientes dos Poderes e Órgãos.

No caso dos aportes periódicos para cobertura de déficit atuarial, os Poderes e Órgãos deverão registrar uma despesa intraorçamentária e o RPPS uma receita intraorçamentária, em obediência ao Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP 9ª edição e a IPC 14 – Procedimentos Contábeis Relativos aos RPPS.

Havendo o reconhecimento dos valores apontados por Avaliação Atuarial anual estes devem ser formalmente apresentados:

RECONHECIMENTO DO DÉFICIT ATUARIAL	
<i>Poderes e Órgãos</i>	<i>RPPS</i>
Incorporação/Desincorporação do déficit atuarial	Incorporação/Desincorporação do direito a receber



INCORPORAÇÃO DO APORTE PERIÓDICO	
<i>Poderes e Órgãos</i>	<i>RPPS</i>
Incorporação do aporte periódico	Incorporação do crédito a receber



EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO APORTE PERIÓDICO
--

<i>Poderes e Órgãos</i>	<i>RPPS</i>
Empenho, Liquidação, Pagamento e Apropriação	Registro do recebimento da receita de aportes periódicos

Isto posto, faz-se necessário preliminarmente e primordialmente que a Presidência desta Casa de Leis realize a Contratação de Auditoria Direta Presencial para análise contábil junto ao RPPS com o fim de esclarecer os seguintes procedimentos:

- 1) Auditoria in loco;
- 2) Verificação de ativos e passivos;
- 3) Verificação da obediência às NBC (Normas Brasileiras de Contabilidade);
- 4) Checagem da legalidade das despesas contraídas, verificando a obediência à Legislação Federal Previdenciária e LRF e checagem de adequação da legislação municipal para atendimento da norma que se sobrepõe;
- 5) Levantamento do grau de endividamento;
- 6) Análise de receitas e despesas, recebimentos, juros e correção monetária, prescrição de créditos, compensação previdenciária, empréstimos, etc;
- 7) Emissão de relatórios detalhando os fatos apurados nos levantamentos desde a data da denúncia e checagens realizadas nos balancetes de gestão anualmente;
- 8) Análise da aprovação das contas pelo Tribunal de Contas e órgão auditor do Ministério da Previdência;



9) Análise geral do fluxo financeiro contábil e análise de todas as receitas e despesas constantes dos balancetes contábeis analíticos de cada exercício referido na denúncia e os seus detalhamentos;

10) Resumos das folhas de pagamento dos servidores ativos, aposentados e pensionistas vinculados ao RPPS, identificando a base de cálculo das contribuições;

11) Demonstrativo de composição atual da base de cálculo das contribuições dos servidores ativos (tabela de incidências e não incidências extraídas do sistema de folha de pagamento;

12) Em relação aos aposentados e pensionistas vinculados ao RPPS, para período a partir de 2014:

a) Leis que concederam o reajustamento geral de que trata o art. 40, §8º, CF, aos benefícios dos aposentados e pensionistas que não tem paridade;

b) Relação com os reajustes aplicados aos benefícios com e sem paridade, com suas respectivas competências iniciais;

c) Análise das folhas de pagamento (analítica) dos aposentados e pensionistas separada pela regra de concessão do benefício de pensão ou aposentadoria (paridade ou sem paridade);

13) Em relação aos parcelamentos de débitos com o RPPS:

a) Leis autorizadoras dos parcelamentos;

b) Termos de confissão de dívida e parcelamento;

c) Planilhas demonstrativas dos valores incluídos no parcelamento;

d) Comprovantes de recolhimento das parcelas;

14) Análise de extratos bancários detalhados das contas do RPPS, inclusive de aplicações financeiras e de títulos públicos, com a posição em 31 de dezembro de cada exercício, bem como a posição na competência do bimestre anterior ao início da auditoria;

15) Demonstrações contábeis da unidade gestora do RPPS, no encerramento de cada exercício: Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Balancetes Analíticos de Receita e da Despesa (apenas de dezembro de cada ano) e Conciliações Bancárias (apenas dezembro de cada ano), assim como a posição na última competência do bimestre anterior ao início da auditoria;

16) Razão Contábil Analítico de todas as despesas do RPPS (aposentadorias, pensões, auxílio-doença, salário maternidade, salário-família, outros benefícios e demais contas relacionadas às despesas administrativas);

17) Razão Contábil Analítico de todas as receitas do RPPS, com lançamentos separados por contas contábeis: contribuições previdenciárias (segurados e patronais), parcelamentos, aportes, rendimentos de aplicações, etc;

18) Comprovantes de recolhimentos (guias, comprovantes de depósito/transferências bancárias) das contribuições previdenciárias ao RPPS;

19) Política de Investimentos dos recursos do RPPS e cópia da ata de aprovação pelo Conselho Deliberativo/Administrativo;

20) Avaliações Atuariais referentes até o exercício de início da auditoria;

21) Documentos Oficiais da Diretoria Executiva em conjunto com o Conselho Deliberativo/Administrativo do LAPAPREVI tomando as providências necessárias junto ao Poder Executivo Municipal para a regularização desde a data da denúncia em análise;

22) Relatório Final com base na denúncia apresentada e os valores respectivos e diferenciados de Déficit Atuarial, Aportes Periódicos, Alíquota Suplementar e Déficit Financeiro, e/ou Insuficiência Financeira e respectivos Aportes Financeiros se assim houverem.





# CÂMARA

## MUNICIPAL DA LAPA - PR

### COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO Nº02/2024



Após a tomada de providências ora requerida pela presente Comissão Parlamentar de Inquérito que o prazo seja suspenso e novamente esta Relatoria certificada do cumprimento para análise final.

Lapa, 09 de setembro de 2024.



**GUSTAVO DAOU**

*Vereador Relator*



**OSVALDO BENEDITO CAMARGO**

*Vereador Presidente*

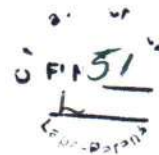


**BRENDA FERRARI DA SILVA**

*Vereadora Membro*



**Presidência da República**  
**Casa Civil**  
**Subchefia para Assuntos Jurídicos**



**EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 103, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019**

Vigência

Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º A Constituição Federal passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 22. ....

.....

XXI - normas gerais de organização, efetivos, material bélico, garantias, convocação, mobilização, inatividades e pensões das polícias militares e dos corpos de bombeiros militares;

....." (NR)

"Art. 37. ....

.....

§ 13. O servidor público titular de cargo efetivo poderá ser readaptado para exercício de cargo cujas atribuições e responsabilidades sejam compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, enquanto permanecer nesta condição, desde que possua a habilitação e o nível de escolaridade exigidos para o cargo de destino, mantida a remuneração do cargo de origem.

§ 14. A aposentadoria concedida com a utilização de tempo de contribuição decorrente de cargo, emprego ou função pública, inclusive do Regime Geral de Previdência Social, acarretará o rompimento do vínculo que gerou o referido tempo de contribuição.

§ 15. É vedada a complementação de aposentadorias de servidores públicos e de pensões por morte a seus dependentes que não seja decorrente do disposto nos §§ 14 a 16 do art. 40 ou que não seja prevista em lei que extinga regime próprio de previdência social." (NR)

"Art. 38. ....

.....

V - na hipótese de ser segurado de regime próprio de previdência social, permanecerá filiado a esse regime, no ente federativo de origem." (NR)

"Art. 39. ....

.....

§ 9º É vedada a incorporação de vantagens de caráter temporário ou vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo." (NR)

"Art. 40. O regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos terá caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente federativo, de servidores ativos, de aposentados e de pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.

§ 1º O servidor abrangido por regime próprio de previdência social será aposentado:



I - por incapacidade permanente para o trabalho, no cargo em que estiver investido, quando insuscetível de readaptação, hipótese em que será obrigatória a realização de avaliações periódicas para verificação da continuidade das condições que ensejaram a concessão da aposentadoria, na forma de lei do respectivo ente federativo;

.....  
III - no âmbito da União, aos 62 (sessenta e dois) anos de idade, se mulher, e aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e, no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na idade mínima estabelecida mediante emenda às respectivas Constituições e Leis Orgânicas, observados o tempo de contribuição e os demais requisitos estabelecidos em lei complementar do respectivo ente federativo.

§ 2º Os proventos de aposentadoria não poderão ser inferiores ao valor mínimo a que se refere o § 2º do art. 201 ou superiores ao limite máximo estabelecido para o Regime Geral de Previdência Social, observado o disposto nos §§ 14 a 16.

§ 3º As regras para cálculo de proventos de aposentadoria serão disciplinadas em lei do respectivo ente federativo.

§ 4º É vedada a adoção de requisitos ou critérios diferenciados para concessão de benefícios em regime próprio de previdência social, ressalvado o disposto nos §§ 4º-A, 4º-B, 4º-C e 5º.

§ 4º-A. Poderão ser estabelecidos por lei complementar do respectivo ente federativo idade e tempo de contribuição diferenciados para aposentadoria de servidores com deficiência, previamente submetidos a avaliação biopsicossocial realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar.

§ 4º-B. Poderão ser estabelecidos por lei complementar do respectivo ente federativo idade e tempo de contribuição diferenciados para aposentadoria de ocupantes do cargo de agente penitenciário, de agente socioeducativo ou de policial dos órgãos de que tratam o inciso IV do **caput** do art. 51, o inciso XIII do **caput** do art. 52 e os incisos I a IV do **caput** do art. 144.

§ 4º-C. Poderão ser estabelecidos por lei complementar do respectivo ente federativo idade e tempo de contribuição diferenciados para aposentadoria de servidores cujas atividades sejam exercidas com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou associação desses agentes, vedada a caracterização por categoria profissional ou ocupação.

§ 5º Os ocupantes do cargo de professor terão idade mínima reduzida em 5 (cinco) anos em relação às idades decorrentes da aplicação do disposto no inciso III do § 1º, desde que comprovem tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio fixado em lei complementar do respectivo ente federativo.

§ 6º Ressalvadas as aposentadorias decorrentes dos cargos acumuláveis na forma desta Constituição, é vedada a percepção de mais de uma aposentadoria à conta de regime próprio de previdência social, aplicando-se outras vedações, regras e condições para a acumulação de benefícios previdenciários estabelecidas no Regime Geral de Previdência Social.

§ 7º Observado o disposto no § 2º do art. 201, quando se tratar da única fonte de renda formal auferida pelo dependente, o benefício de pensão por morte será concedido nos termos de lei do respectivo ente federativo, a qual tratará de forma diferenciada a hipótese de morte dos servidores de que trata o § 4º-B decorrente de agressão sofrida no exercício ou em razão da função.

.....  
§ 9º O tempo de contribuição federal, estadual, distrital ou municipal será contado para fins de aposentadoria, observado o disposto nos §§ 9º e 9º-A do art. 201, e o tempo de serviço correspondente será contado para fins de disponibilidade.

.....  
§ 12. Além do disposto neste artigo, serão observados, em regime próprio de previdência social, no que couber, os requisitos e critérios fixados para o Regime Geral de Previdência





Social.

§ 13. Aplica-se ao agente público ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, de outro cargo temporário, inclusive mandato eletivo, ou de emprego público, o Regime Geral de Previdência Social.

§ 14. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, por lei de iniciativa do respectivo Poder Executivo, regime de previdência complementar para servidores públicos ocupantes de cargo efetivo, observado o limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social para o valor das aposentadorias e das pensões em regime próprio de previdência social, ressalvado o disposto no § 16.

§ 15. O regime de previdência complementar de que trata o § 14 oferecerá plano de benefícios somente na modalidade contribuição definida, observará o disposto no art. 202 e será efetivado por intermédio de entidade fechada de previdência complementar ou de entidade aberta de previdência complementar.

§ 19. Observados critérios a serem estabelecidos em lei do respectivo ente federativo, o servidor titular de cargo efetivo que tenha completado as exigências para a aposentadoria voluntária e que opte por permanecer em atividade poderá fazer jus a um abono de permanência equivalente, no máximo, ao valor da sua contribuição previdenciária, até completar a idade para aposentadoria compulsória.

§ 20. É vedada a existência de mais de um regime próprio de previdência social e de mais de um órgão ou entidade gestora desse regime em cada ente federativo, abrangidos todos os poderes, órgãos e entidades autárquicas e fundacionais, que serão responsáveis pelo seu financiamento, observados os critérios, os parâmetros e a natureza jurídica definidos na lei complementar de que trata o § 22.

§ 21. (Revogado).

§ 22. Vedada a instituição de novos regimes próprios de previdência social, lei complementar federal estabelecerá, para os que já existam, normas gerais de organização, de funcionamento e de responsabilidade em sua gestão, dispondo, entre outros aspectos, sobre:

I - requisitos para sua extinção e consequente migração para o Regime Geral de Previdência Social;

II - modelo de arrecadação, de aplicação e de utilização dos recursos;

III - fiscalização pela União e controle externo e social;

IV - definição de equilíbrio financeiro e atuarial;

V - condições para instituição do fundo com finalidade previdenciária de que trata o art. 249 e para vinculação a ele dos recursos provenientes de contribuições e dos bens, direitos e ativos de qualquer natureza;

VI - mecanismos de equacionamento do **deficit** atuarial;

VII - estruturação do órgão ou entidade gestora do regime, observados os princípios relacionados com governança, controle interno e transparência;

VIII - condições e hipóteses para responsabilização daqueles que desempenhem atribuições relacionadas, direta ou indiretamente, com a gestão do regime;

IX - condições para adesão a consórcio público;

X - parâmetros para apuração da base de cálculo e definição de alíquota de contribuições ordinárias e extraordinárias." (NR)

"Art. 93. ....



54  
L.F. nº 54  
L.F. nº 54

VIII - o ato de remoção ou de disponibilidade do magistrado, por interesse público, fundar-se-á em decisão por voto da maioria absoluta do respectivo tribunal ou do Conselho Nacional de Justiça, assegurada ampla defesa;

....." (NR)

"Art. 103-B. ....

.....

§ 4º .....

.....

III - receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, inclusive contra seus serviços auxiliares, serventias e órgãos prestadores de serviços notariais e de registro que atuem por delegação do poder público ou oficializados, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional dos tribunais, podendo avocar processos disciplinares em curso, determinar a remoção ou a disponibilidade e aplicar outras sanções administrativas, assegurada ampla defesa;

....." (NR)

"Art. 109. ....

.....

§ 3º Lei poderá autorizar que as causas de competência da Justiça Federal em que forem parte instituição de previdência social e segurado possam ser processadas e julgadas na justiça estadual quando a comarca do domicílio do segurado não for sede de vara federal.

....." (NR)

"Art. 130-A. ....

.....

§ 2º .....

.....

III - receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Ministério Público da União ou dos Estados, inclusive contra seus serviços auxiliares, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional da instituição, podendo avocar processos disciplinares em curso, determinar a remoção ou a disponibilidade e aplicar outras sanções administrativas, assegurada ampla defesa;

....." (NR)

"Art. 149. ....

§ 1º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, por meio de lei, contribuições para custeio de regime próprio de previdência social, cobradas dos servidores ativos, dos aposentados e dos pensionistas, que poderão ter alíquotas progressivas de acordo com o valor da base de contribuição ou dos proventos de aposentadoria e de pensões. (Vigência)

§ 1º-A. Quando houver **deficit** atuarial, a contribuição ordinária dos aposentados e pensionistas poderá incidir sobre o valor dos proventos de aposentadoria e de pensões que supere o salário-mínimo. (Vigência)

§ 1º-B. Demonstrada a insuficiência da medida prevista no § 1º-A para equacionar o **deficit** atuarial, é facultada a instituição de contribuição extraordinária, no âmbito da União, dos servidores públicos ativos, dos aposentados e dos pensionistas. (Vigência)

§ 1º-C. A contribuição extraordinária de que trata o § 1º-B deverá ser instituída simultaneamente com outras medidas para equacionamento do **deficit** e vigorará por período determinado, contado da data de sua instituição. (Vigência)



" (NR)

"Art. 167. ....



Handwritten signature and stamp, possibly indicating a date or official mark.

XII - na forma estabelecida na lei complementar de que trata o § 22 do art. 40, a utilização de recursos de regime próprio de previdência social, incluídos os valores integrantes dos fundos previstos no art. 249, para a realização de despesas distintas do pagamento dos benefícios previdenciários do respectivo fundo vinculado àquele regime e das despesas necessárias à sua organização e ao seu funcionamento;

XIII - a transferência voluntária de recursos, a concessão de avais, as garantias e as subvenções pela União e a concessão de empréstimos e de financiamentos por instituições financeiras federais aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios na hipótese de descumprimento das regras gerais de organização e de funcionamento de regime próprio de previdência social.

" (NR)

"Art. 194. ....

Parágrafo único. ....

VI - diversidade da base de financiamento, identificando-se, em rubricas contábeis específicas para cada área, as receitas e as despesas vinculadas a ações de saúde, previdência e assistência social, preservado o caráter contributivo da previdência social;

" (NR)

"Art. 195. ....

II - do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, podendo ser adotadas alíquotas progressivas de acordo com o valor do salário de contribuição, não incidindo contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo Regime Geral de Previdência Social;

§ 9º As contribuições sociais previstas no inciso I do **caput** deste artigo poderão ter alíquotas diferenciadas em razão da atividade econômica, da utilização intensiva de mão de obra, do porte da empresa ou da condição estrutural do mercado de trabalho, sendo também autorizada a adoção de bases de cálculo diferenciadas apenas no caso das alíneas "b" e "c" do inciso I do **caput**.

§ 11. São vedados a moratória e o parcelamento em prazo superior a 60 (sessenta) meses e, na forma de lei complementar, a remissão e a anistia das contribuições sociais de que tratam a alínea "a" do inciso I e o inciso II do **caput**.

§ 13. (Revogado).

§ 14. O segurado somente terá reconhecida como tempo de contribuição ao Regime Geral de Previdência Social a competência cuja contribuição seja igual ou superior à contribuição mínima mensal exigida para sua categoria, assegurado o agrupamento de contribuições." (NR)

"Art. 201. A previdência social será organizada sob a forma do Regime Geral de Previdência Social, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, na forma da lei, a:



I - cobertura dos eventos de incapacidade temporária ou permanente para o trabalho e idade avançada;

F156

.....  
§ 1º É vedada a adoção de requisitos ou critérios diferenciados para concessão de benefícios, ressalvada, nos termos de lei complementar, a possibilidade de previsão de idade e tempo de contribuição distintos da regra geral para concessão de aposentadoria exclusivamente em favor dos segurados:

I - com deficiência, previamente submetidos a avaliação biopsicossocial realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar;

II - cujas atividades sejam exercidas com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou associação desses agentes, vedada a caracterização por categoria profissional ou ocupação.

.....  
§ 7º .....

I - 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e 62 (sessenta e dois) anos de idade, se mulher, observado tempo mínimo de contribuição;

II - 60 (sessenta) anos de idade, se homem, e 55 (cinquenta e cinco) anos de idade, se mulher, para os trabalhadores rurais e para os que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, nestes incluídos o produtor rural, o garimpeiro e o pescador artesanal.

§ 8º O requisito de idade a que se refere o inciso I do § 7º será reduzido em 5 (cinco) anos, para o professor que comprove tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio fixado em lei complementar.

§ 9º Para fins de aposentadoria, será assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes próprios de previdência social, e destes entre si, observada a compensação financeira, de acordo com os critérios estabelecidos em lei.

§ 9º-A. O tempo de serviço militar exercido nas atividades de que tratam os arts. 42, 142 e 143 e o tempo de contribuição ao Regime Geral de Previdência Social ou a regime próprio de previdência social terão contagem recíproca para fins de inativação militar ou aposentadoria, e a compensação financeira será devida entre as receitas de contribuição referentes aos militares e as receitas de contribuição aos demais regimes.

§ 10. Lei complementar poderá disciplinar a cobertura de benefícios não programados, inclusive os decorrentes de acidente do trabalho, a ser atendida concorrentemente pelo Regime Geral de Previdência Social e pelo setor privado.

.....  
§ 12. Lei instituirá sistema especial de inclusão previdenciária, com alíquotas diferenciadas, para atender aos trabalhadores de baixa renda, inclusive os que se encontram em situação de informalidade, e àqueles sem renda própria que se dediquem exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, desde que pertencentes a famílias de baixa renda.

§ 13. A aposentadoria concedida ao segurado de que trata o § 12 terá valor de 1 (um) salário-mínimo.

§ 14. É vedada a contagem de tempo de contribuição fictício para efeito de concessão dos benefícios previdenciários e de contagem recíproca.

§ 15. Lei complementar estabelecerá vedações, regras e condições para a acumulação de benefícios previdenciários.

§ 16. Os empregados dos consórcios públicos, das empresas públicas, das sociedades de economia mista e das suas subsidiárias serão aposentados compulsoriamente, observado o cumprimento do tempo mínimo de contribuição, ao atingir a idade máxima de que trata o inciso II do § 1º do art. 40, na forma estabelecida em lei." (NR)





"Art. 202. ....

§ 4º Lei complementar disciplinará a relação entre a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, inclusive suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente, enquanto patrocinadores de planos de benefícios previdenciários, e as entidades de previdência complementar.

§ 5º A lei complementar de que trata o § 4º aplicar-se-á, no que couber, às empresas privadas permissionárias ou concessionárias de prestação de serviços públicos, quando patrocinadoras de planos de benefícios em entidades de previdência complementar.

§ 6º Lei complementar estabelecerá os requisitos para a designação dos membros das diretorias das entidades fechadas de previdência complementar instituídas pelos patrocinadores de que trata o § 4º e disciplinará a inserção dos participantes nos colegiados e instâncias de decisão em que seus interesses sejam objeto de discussão e deliberação." (NR)

"Art. 239. A arrecadação decorrente das contribuições para o Programa de Integração Social, criado pela Lei Complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970, e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, criado pela Lei Complementar nº 8, de 3 de dezembro de 1970, passa, a partir da promulgação desta Constituição, a financiar, nos termos que a lei dispuser, o programa do seguro-desemprego, outras ações da previdência social e o abono de que trata o § 3º deste artigo.

§ 1º Dos recursos mencionados no **caput**, no mínimo 28% (vinte e oito por cento) serão destinados para o financiamento de programas de desenvolvimento econômico, por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, com critérios de remuneração que preservem o seu valor.

§ 5º Os programas de desenvolvimento econômico financiados na forma do § 1º e seus resultados serão anualmente avaliados e divulgados em meio de comunicação social eletrônico e apresentados em reunião da comissão mista permanente de que trata o § 1º do art. 166." (NR)

Art. 2º O art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 76. ....

§ 4º A desvinculação de que trata o **caput** não se aplica às receitas das contribuições sociais destinadas ao custeio da seguridade social." (NR)

Art. 3º A concessão de aposentadoria ao servidor público federal vinculado a regime próprio de previdência social e ao segurado do Regime Geral de Previdência Social e de pensão por morte aos respectivos dependentes será assegurada, a qualquer tempo, desde que tenham sido cumpridos os requisitos para obtenção desses benefícios até a data de entrada em vigor desta Emenda Constitucional, observados os critérios da legislação vigente na data em que foram atendidos os requisitos para a concessão da aposentadoria ou da pensão por morte.

§ 1º Os proventos de aposentadoria devidos ao servidor público a que se refere o **caput** e as pensões por morte devidas aos seus dependentes serão calculados e reajustados de acordo com a legislação em vigor à época em que foram atendidos os requisitos nela estabelecidos para a concessão desses benefícios.

§ 2º Os proventos de aposentadoria devidos ao segurado a que se refere o **caput** e as pensões por morte devidas aos seus dependentes serão apurados de acordo com a legislação em vigor à época em que foram atendidos os requisitos nela estabelecidos para a concessão desses benefícios.

§ 3º Até que entre em vigor lei federal de que trata o § 19 do art. 40 da Constituição Federal, o servidor de que trata o **caput** que tenha cumprido os requisitos para aposentadoria voluntária com base no disposto na alínea "a" do inciso III do § 1º do art. 40 da Constituição Federal, na redação vigente até a data de entrada em vigor desta Emenda Constitucional, no art. 2º, no § 1º do art. 3º ou no art. 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, ou no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, que optar por permanecer em atividade fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária, até completar a idade para aposentadoria compulsória.



Art. 4º O servidor público federal que tenha ingressado no serviço público em cargo efetivo até a data de entrada em vigor desta Emenda Constitucional poderá aposentar-se voluntariamente quando preencher, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I - 56 (cinquenta e seis) anos de idade, se mulher, e 61 (sessenta e um) anos de idade, se homem, observado o disposto no § 1º;

II - 30 (trinta) anos de contribuição, se mulher, e 35 (trinta e cinco) anos de contribuição, se homem;

III - 20 (vinte) anos de efetivo exercício no serviço público;

IV - 5 (cinco) anos no cargo efetivo em que se der a aposentadoria; e

V - somatório da idade e do tempo de contribuição, incluídas as frações, equivalente a 86 (oitenta e seis) pontos, se mulher, e 96 (noventa e seis) pontos, se homem, observado o disposto nos §§ 2º e 3º.

§ 1º A partir de 1º de janeiro de 2022, a idade mínima a que se refere o inciso I do **caput** será de 57 (cinquenta e sete) anos de idade, se mulher, e 62 (sessenta e dois) anos de idade, se homem.

§ 2º A partir de 1º de janeiro de 2020, a pontuação a que se refere o inciso V do **caput** será acrescida a cada ano de 1 (um) ponto, até atingir o limite de 100 (cem) pontos, se mulher, e de 105 (cento e cinco) pontos, se homem.

§ 3º A idade e o tempo de contribuição serão apurados em dias para o cálculo do somatório de pontos a que se referem o inciso V do **caput** e o § 2º.

§ 4º Para o titular do cargo de professor que comprovar exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio, os requisitos de idade e de tempo de contribuição de que tratam os incisos I e II do **caput** serão:

I - 51 (cinquenta e um) anos de idade, se mulher, e 56 (cinquenta e seis) anos de idade, se homem;

II - 25 (vinte e cinco) anos de contribuição, se mulher, e 30 (trinta) anos de contribuição, se homem; e

III - 52 (cinquenta e dois) anos de idade, se mulher, e 57 (cinquenta e sete) anos de idade, se homem, a partir de 1º de janeiro de 2022.

§ 5º O somatório da idade e do tempo de contribuição de que trata o inciso V do **caput** para as pessoas a que se refere o § 4º, incluídas as frações, será de 81 (oitenta e um) pontos, se mulher, e 91 (noventa e um) pontos, se homem, aos quais serão acrescidos, a partir de 1º de janeiro de 2020, 1 (um) ponto a cada ano, até atingir o limite de 92 (noventa e dois) pontos, se mulher, e de 100 (cem) pontos, se homem.

§ 6º Os proventos das aposentadorias concedidas nos termos do disposto neste artigo corresponderão:

I - à totalidade da remuneração do servidor público no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, observado o disposto no § 8º, para o servidor público que tenha ingressado no serviço público em cargo efetivo até 31 de dezembro de 2003 e que não tenha feito a opção de que trata o § 16 do art. 40 da Constituição Federal, desde que tenha, no mínimo, 62 (sessenta e dois) anos de idade, se mulher, e 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, ou, para os titulares do cargo de professor de que trata o § 4º, 57 (cinquenta e sete) anos de idade, se mulher, e 60 (sessenta) anos de idade, se homem;

II - ao valor apurado na forma da lei, para o servidor público não contemplado no inciso I.

§ 7º Os proventos das aposentadorias concedidas nos termos do disposto neste artigo não serão inferiores ao valor a que se refere o [§ 2º do art. 201 da Constituição Federal](#) e serão reajustados:

I - de acordo com o disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, se cumpridos os requisitos previstos no inciso I do § 6º; ou II - nos termos estabelecidos para o Regime Geral de Previdência Social, na hipótese prevista no inciso II do § 6º.

§ 8º Considera-se remuneração do servidor público no cargo efetivo, para fins de cálculo dos proventos de aposentadoria com fundamento no disposto no inciso I do § 6º ou no inciso I do § 2º do art. 20, o valor constituído pelo subsídio, pelo vencimento e pelas vantagens pecuniárias permanentes do cargo, estabelecidos em lei, acrescidos dos adicionais de caráter individual e das vantagens pessoais permanentes, observados os seguintes critérios:

I - se o cargo estiver sujeito a variações na carga horária, o valor das rubricas que refletem essa variação integrará o cálculo do valor da remuneração do servidor público no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria, considerando-se a média aritmética simples dessa carga horária proporcional ao número de anos completos de recebimento e contribuição, contínuos ou intercalados, em relação ao tempo total exigido para a aposentadoria;



II - se as vantagens pecuniárias permanentes forem variáveis por estarem vinculadas a indicadores de desempenho, produtividade ou situação similar, o valor dessas vantagens integrará o cálculo da remuneração do servidor público no cargo efetivo mediante a aplicação, sobre o valor atual de referência das vantagens pecuniárias permanentes variáveis, da média aritmética simples do indicador, proporcional ao número de anos completos de recebimento e de respectiva contribuição, contínuos ou intercalados, em relação ao tempo total exigido para aposentadoria ou, se inferior, ao tempo total de percepção da vantagem.

§ 9º Aplicam-se às aposentadorias dos servidores dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios as normas constitucionais e infraconstitucionais anteriores à data de entrada em vigor desta Emenda Constitucional, enquanto não promovidas alterações na legislação interna relacionada ao respectivo regime próprio de previdência social.

§ 10. Estende-se o disposto no § 9º às normas sobre aposentadoria de servidores públicos incompatíveis com a redação atribuída por esta Emenda Constitucional aos §§ 4º, 4º-A, 4º-B e 4º-C do art. 40 da Constituição Federal.

Art. 5º O policial civil do órgão a que se refere o inciso XIV do caput do art. 21 da Constituição Federal, o policial dos órgãos a que se referem o inciso IV do caput do art. 51, o inciso XIII do caput do art. 52 e os incisos I a III do caput do art. 144 da Constituição Federal e o ocupante de cargo de agente federal penitenciário ou socioeducativo que tenham ingressado na respectiva carreira até a data de entrada em vigor desta Emenda Constitucional poderão aposentar-se, na forma da Lei Complementar nº 51, de 20 de dezembro de 1985, observada a idade mínima de 55 (cinquenta e cinco) anos para ambos os sexos ou o disposto no § 3º.

§ 1º Serão considerados tempo de exercício em cargo de natureza estritamente policial, para os fins do inciso II do art. 1º da Lei Complementar nº 51, de 20 de dezembro de 1985, o tempo de atividade militar nas Forças Armadas, nas polícias militares e nos corpos de bombeiros militares e o tempo de atividade como agente penitenciário ou socioeducativo.

§ 2º Aplicam-se às aposentadorias dos servidores dos Estados de que trata o § 4º-B do art. 40 da Constituição Federal as normas constitucionais e infraconstitucionais anteriores à data de entrada em vigor desta Emenda Constitucional, enquanto não promovidas alterações na legislação interna relacionada ao respectivo regime próprio de previdência social.

§ 3º Os servidores de que trata o **caput** poderão aposentar-se aos 52 (cinquenta e dois) anos de idade, se mulher, e aos 53 (cinquenta e três) anos de idade, se homem, desde que cumprido período adicional de contribuição correspondente ao tempo que, na data de entrada em vigor desta Emenda Constitucional, faltaria para atingir o tempo de contribuição previsto na Lei Complementar nº 51, de 20 de dezembro de 1985.

Art. 6º O disposto no § 14 do art. 37 da Constituição Federal não se aplica a aposentadorias concedidas pelo Regime Geral de Previdência Social até a data de entrada em vigor desta Emenda Constitucional.

Art. 7º O disposto no § 15 do art. 37 da Constituição Federal não se aplica a complementações de aposentadorias e pensões concedidas até a data de entrada em vigor desta Emenda Constitucional.

Art. 8º Até que entre em vigor lei federal de que trata o § 19 do art. 40 da Constituição Federal, o servidor público federal que cumprir as exigências para a concessão da aposentadoria voluntária nos termos do disposto nos arts. 4º, 5º, 20, 21 e 22 e que optar por permanecer em atividade fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária, até completar a idade para aposentadoria compulsória.

Art. 9º Até que entre em vigor lei complementar que discipline o § 22 do art. 40 da Constituição Federal, aplicam-se aos regimes próprios de previdência social o disposto na Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, e o disposto neste artigo.

§ 1º O equilíbrio financeiro e atuarial do regime próprio de previdência social deverá ser comprovado por meio de garantia de equivalência, a valor presente, entre o fluxo das receitas estimadas e das despesas projetadas, apuradas atuarialmente, que, juntamente com os bens, direitos e ativos vinculados, comparados às obrigações assumidas, evidenciem a solvência e a liquidez do plano de benefícios.

§ 2º O rol de benefícios dos regimes próprios de previdência social fica limitado às aposentadorias e à pensão por morte.

§ 3º Os afastamentos por incapacidade temporária para o trabalho e o salário-maternidade serão pagos diretamente pelo ente federativo e não correrão à conta do regime próprio de previdência social ao qual o servidor se vincula.

§ 4º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não poderão estabelecer alíquota inferior à da contribuição dos servidores da União, exceto se demonstrado que o respectivo regime próprio de previdência social não possui **deficit** atuarial a ser equacionado, hipótese em que a alíquota não poderá ser inferior às alíquotas aplicáveis ao Regime Geral de Previdência Social.



§ 5º Para fins do disposto no § 4º, não será considerada como ausência de **deficit** a implementação de segregação da massa de segurados ou a previsão em lei de plano de equacionamento de deficit.

§ 6º A instituição do regime de previdência complementar na forma dos [§§ 14 a 16 do art. 40 da Constituição Federal](#) e a adequação do órgão ou entidade gestora do regime próprio de previdência social ao [§ 20 do art. 40 da Constituição Federal](#) deverão ocorrer no prazo máximo de 2 (dois) anos da data de entrada em vigor desta Emenda Constitucional.

§ 7º Os recursos de regime próprio de previdência social poderão ser aplicados na concessão de empréstimos a seus segurados, na modalidade de consignados, observada regulamentação específica estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional.

§ 8º Por meio de lei, poderá ser instituída contribuição extraordinária pelo prazo máximo de 20 (vinte) anos, nos termos dos [§§ 1º-B e 1º-C do art. 149 da Constituição Federal](#). (Vide)

§ 9º O parcelamento ou a moratória de débitos dos entes federativos com seus regimes próprios de previdência social fica limitado ao prazo a que se refere o [§ 11 do art. 195 da Constituição](#).

Art. 10. Até que entre em vigor lei federal que discipline os benefícios do regime próprio de previdência social dos servidores da União, aplica-se o disposto neste artigo.

§ 1º Os servidores públicos federais serão aposentados:

I - voluntariamente, observados, cumulativamente, os seguintes requisitos:

a) 62 (sessenta e dois) anos de idade, se mulher, e 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem; e

b) 25 (vinte e cinco) anos de contribuição, desde que cumprido o tempo mínimo de 10 (dez) anos de efetivo exercício no serviço público e de 5 (cinco) anos no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria;

II - por incapacidade permanente para o trabalho, no cargo em que estiverem investidos, quando insuscetíveis de readaptação, hipótese em que será obrigatória a realização de avaliações periódicas para verificação da continuidade das condições que ensejaram a concessão da aposentadoria; ou

III - compulsoriamente, na forma do disposto no [inciso II do § 1º do art. 40 da Constituição Federal](#).

§ 2º Os servidores públicos federais com direito a idade mínima ou tempo de contribuição distintos da regra geral para concessão de aposentadoria na forma dos [§§ 4º-B, 4º-C e 5º do art. 40 da Constituição Federal](#) poderão aposentar-se, observados os seguintes requisitos:

I - o policial civil do órgão a que se refere o [inciso XIV do caput do art. 21 da Constituição Federal](#), o policial dos órgãos a que se referem o [inciso IV do caput do art. 51](#), o [inciso XIII do caput do art. 52](#) e os [incisos I a III do caput do art. 144 da Constituição Federal](#) e o ocupante de cargo de agente federal penitenciário ou socioeducativo, aos 55 (cinquenta e cinco) anos de idade, com 30 (trinta) anos de contribuição e 25 (vinte e cinco) anos de efetivo exercício em cargo dessas carreiras, para ambos os sexos;

II - o servidor público federal cujas atividades sejam exercidas com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou associação desses agentes, vedada a caracterização por categoria profissional ou ocupação, aos 60 (sessenta) anos de idade, com 25 (vinte e cinco) anos de efetiva exposição e contribuição, 10 (dez) anos de efetivo exercício de serviço público e 5 (cinco) anos no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria;

III - o titular do cargo federal de professor, aos 60 (sessenta) anos de idade, se homem, aos 57 (cinquenta e sete) anos, se mulher, com 25 (vinte e cinco) anos de contribuição exclusivamente em efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio, 10 (dez) anos de efetivo exercício de serviço público e 5 (cinco) anos no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria, para ambos os sexos.

§ 3º A aposentadoria a que se refere o [§ 4º-C do art. 40 da Constituição Federal](#) observará adicionalmente as condições e os requisitos estabelecidos para o Regime Geral de Previdência Social, naquilo em que não conflitarem com as regras específicas aplicáveis ao regime próprio de previdência social da União, vedada a conversão de tempo especial em comum.

§ 4º Os proventos das aposentadorias concedidas nos termos do disposto neste artigo serão apurados na forma da lei.

§ 5º Até que entre em vigor lei federal de que trata o [§ 19 do art. 40 da Constituição Federal](#), o servidor federal que cumprir as exigências para a concessão da aposentadoria voluntária nos termos do disposto neste artigo e que



optar por permanecer em atividade fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária, até completar a idade para aposentadoria compulsória.

§ 6º A pensão por morte devida aos dependentes do policial civil do órgão a que se refere o [inciso XIV do caput do art. 21 da Constituição Federal](#), do policial dos órgãos a que se referem o [inciso IV do caput do art. 51](#), o [inciso XIII do caput do art. 52](#) e os [incisos I a III do caput do art. 144 da Constituição Federal](#) e dos ocupantes dos cargos de agente federal penitenciário ou socioeducativo decorrente de agressão sofrida no exercício ou em razão da função será vitalícia para o cônjuge ou companheiro e equivalente à remuneração do cargo.

§ 7º Aplicam-se às aposentadorias dos servidores dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios as normas constitucionais e infraconstitucionais anteriores à data de entrada em vigor desta Emenda Constitucional, enquanto não promovidas alterações na legislação interna relacionada ao respectivo regime próprio de previdência social.

Art. 11. Até que entre em vigor lei que altere a alíquota da contribuição previdenciária de que tratam os [arts. 4º, 5º e 6º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004](#), esta será de 14 (quatorze por cento). [\(Vigência\)](#)

§ 1º A alíquota prevista no **caput** será reduzida ou majorada, considerado o valor da base de contribuição ou do benefício recebido, de acordo com os seguintes parâmetros:

I - até 1 (um) salário-mínimo, redução de seis inteiros e cinco décimos pontos percentuais;

II - acima de 1 (um) salário-mínimo até R\$ 2.000,00 (dois mil reais), redução de cinco pontos percentuais;

III - de R\$ 2.000,01 (dois mil reais e um centavo) até R\$ 3.000,00 (três mil reais), redução de dois pontos percentuais;

IV - de R\$ 3.000,01 (três mil reais e um centavo) até R\$ 5.839,45 (cinco mil, oitocentos e trinta e nove reais e quarenta e cinco centavos), sem redução ou acréscimo;

V - de R\$ 5.839,46 (cinco mil, oitocentos e trinta e nove reais e quarenta e seis centavos) até R\$ 10.000,00 (dez mil reais), acréscimo de meio ponto percentual;

VI - de R\$ 10.000,01 (dez mil reais e um centavo) até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), acréscimo de dois inteiros e cinco décimos pontos percentuais;

VII - de R\$ 20.000,01 (vinte mil reais e um centavo) até R\$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais), acréscimo de cinco pontos percentuais; e

VIII - acima de R\$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais), acréscimo de oito pontos percentuais.

§ 2º A alíquota, reduzida ou majorada nos termos do disposto no § 1º, será aplicada de forma progressiva sobre a base de contribuição do servidor ativo, incidindo cada alíquota sobre a faixa de valores compreendida nos respectivos limites.

§ 3º Os valores previstos no § 1º serão reajustados, a partir da data de entrada em vigor desta Emenda Constitucional, na mesma data e com o mesmo índice em que se der o reajuste dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social, ressalvados aqueles vinculados ao salário-mínimo, aos quais se aplica a legislação específica.

§ 4º A alíquota de contribuição de que trata o **caput**, com a redução ou a majoração decorrentes do disposto no § 1º, será devida pelos aposentados e pensionistas de quaisquer dos Poderes da União, incluídas suas entidades autárquicas e suas fundações, e incidirá sobre o valor da parcela dos proventos de aposentadoria e de pensões que supere o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social, hipótese em que será considerada a totalidade do valor do benefício para fins de definição das alíquotas aplicáveis.

Art. 12. A União instituirá sistema integrado de dados relativos às remunerações, proventos e pensões dos segurados dos regimes de previdência de que tratam os [arts. 40, 201 e 202 da Constituição Federal](#), aos benefícios dos programas de assistência social de que trata o [art. 203 da Constituição Federal](#) e às remunerações, proventos de inatividade e pensão por morte decorrentes das atividades militares de que tratam os [arts. 42 e 142 da Constituição Federal](#), em interação com outras bases de dados, ferramentas e plataformas, para o fortalecimento de sua gestão, governança e transparência e o cumprimento das disposições estabelecidas nos [incisos XI e XVI do art. 37 da Constituição Federal](#).

§ 1º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios e os órgãos e entidades gestoras dos regimes, dos sistemas e dos programas a que se refere o **caput** disponibilizarão as informações necessárias para a estruturação do sistema integrado de dados e terão acesso ao compartilhamento das referidas informações, na forma da legislação.

§ 2º É vedada a transmissão das informações de que trata este artigo a qualquer pessoa física ou jurídica para a prática de atividade não relacionada à fiscalização dos regimes, dos sistemas e dos programas a que se refere o



C.F.R. 62

**caput.**

Art. 13. Não se aplica o disposto no § 9º do art. 39 da Constituição Federal a parcelas remuneratórias decorrentes de incorporação de vantagens de caráter temporário ou vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão efetivada até a data de entrada em vigor desta Emenda Constitucional.

Art. 14. Vedadas a adesão de novos segurados e a instituição de novos regimes dessa natureza, os atuais segurados de regime de previdência aplicável a titulares de mandato eletivo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios poderão, por meio de opção expressa formalizada no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data de entrada em vigor desta Emenda Constitucional, retirar-se dos regimes previdenciários aos quais se encontrem vinculados.

§ 1º Os segurados, atuais e anteriores, do regime de previdência de que trata a Lei nº 9.506, de 30 de outubro de 1997, que fizerem a opção de permanecer nesse regime previdenciário deverão cumprir período adicional correspondente a 30% (trinta por cento) do tempo de contribuição que faltaria para aquisição do direito à aposentadoria na data de entrada em vigor desta Emenda Constitucional e somente poderão aposentar-se a partir dos 62 (sessenta e dois) anos de idade, se mulher, e 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem.

§ 2º Se for exercida a opção prevista no **caput**, será assegurada a contagem do tempo de contribuição vertido para o regime de previdência ao qual o segurado se encontrava vinculado, nos termos do disposto no § 9º do art. 201 da Constituição Federal.

§ 3º A concessão de aposentadoria aos titulares de mandato eletivo e de pensão por morte aos dependentes de titular de mandato eletivo falecido será assegurada, a qualquer tempo, desde que cumpridos os requisitos para obtenção desses benefícios até a data de entrada em vigor desta Emenda Constitucional, observados os critérios da legislação vigente na data em que foram atendidos os requisitos para a concessão da aposentadoria ou da pensão por morte.

§ 4º Observado o disposto nos §§ 9º e 9º-A do art. 201 da Constituição Federal, o tempo de contribuição a regime próprio de previdência social e ao Regime Geral de Previdência Social, assim como o tempo de contribuição decorrente das atividades militares de que tratam os arts. 42 e 142 da Constituição Federal, que tenha sido considerado para a concessão de benefício pelos regimes a que se refere o **caput** não poderá ser utilizado para obtenção de benefício naqueles regimes.

§ 5º Lei específica do Estado, do Distrito Federal ou do Município deverá disciplinar a regra de transição a ser aplicada aos segurados que, na forma do **caput**, fizerem a opção de permanecer no regime previdenciário de que trata este artigo.

Art. 15. Ao segurado filiado ao Regime Geral de Previdência Social até a data de entrada em vigor desta Emenda Constitucional, fica assegurado o direito à aposentadoria quando forem preenchidos, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I - 30 (trinta) anos de contribuição, se mulher, e 35 (trinta e cinco) anos de contribuição, se homem; e

II - somatório da idade e do tempo de contribuição, incluídas as frações, equivalente a 86 (oitenta e seis) pontos, se mulher, e 96 (noventa e seis) pontos, se homem, observado o disposto nos §§ 1º e 2º.

§ 1º A partir de 1º de janeiro de 2020, a pontuação a que se refere o inciso II do **caput** será acrescida a cada ano de 1 (um) ponto, até atingir o limite de 100 (cem) pontos, se mulher, e de 105 (cento e cinco) pontos, se homem.

§ 2º A idade e o tempo de contribuição serão apurados em dias para o cálculo do somatório de pontos a que se referem o inciso II do **caput** e o § 1º.

§ 3º Para o professor que comprovar exclusivamente 25 (vinte e cinco) anos de contribuição, se mulher, e 30 (trinta) anos de contribuição, se homem, em efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio, o somatório da idade e do tempo de contribuição, incluídas as frações, será equivalente a 81 (oitenta e um) pontos, se mulher, e 91 (noventa e um) pontos, se homem, aos quais serão acrescidos, a partir de 1º de janeiro de 2020, 1 (um) ponto a cada ano para o homem e para a mulher, até atingir o limite de 92 (noventa e dois) pontos, se mulher, e 100 (cem) pontos, se homem.

§ 4º O valor da aposentadoria concedida nos termos do disposto neste artigo será apurado na forma da lei.

Art. 16. Ao segurado filiado ao Regime Geral de Previdência Social até a data de entrada em vigor desta Emenda Constitucional fica assegurado o direito à aposentadoria quando preencher, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I - 30 (trinta) anos de contribuição, se mulher, e 35 (trinta e cinco) anos de contribuição, se homem; e



0 F. 1. 62

II - idade de 56 (cinquenta e seis) anos, se mulher, e 61 (sessenta e um) anos, se homem.

§ 1º A partir de 1º de janeiro de 2020, a idade a que se refere o inciso II do **caput** será acrescida de 6 (seis) meses a cada ano, até atingir 62 (sessenta e dois) anos de idade, se mulher, e 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem.

§ 2º Para o professor que comprovar exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio, o tempo de contribuição e a idade de que tratam os incisos I e II do **caput** deste artigo serão reduzidos em 5 (cinco) anos, sendo, a partir de 1º de janeiro de 2020, acrescidos 6 (seis) meses, a cada ano, às idades previstas no inciso II do **caput**, até atingirem 57 (cinquenta e sete) anos, se mulher, e 60 (sessenta) anos, se homem.

§ 3º O valor da aposentadoria concedida nos termos do disposto neste artigo será apurado na forma da lei.

Art. 17. Ao segurado filiado ao Regime Geral de Previdência Social até a data de entrada em vigor desta Emenda Constitucional e que na referida data contar com mais de 28 (vinte e oito) anos de contribuição, se mulher, e 33 (trinta e três) anos de contribuição, se homem, fica assegurado o direito à aposentadoria quando preencher, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I - 30 (trinta) anos de contribuição, se mulher, e 35 (trinta e cinco) anos de contribuição, se homem; e

II - cumprimento de período adicional correspondente a 50% (cinquenta por cento) do tempo que, na data de entrada em vigor desta Emenda Constitucional, faltaria para atingir 30 (trinta) anos de contribuição, se mulher, e 35 (trinta e cinco) anos de contribuição, se homem.

Parágrafo único. O benefício concedido nos termos deste artigo terá seu valor apurado de acordo com a média aritmética simples dos salários de contribuição e das remunerações calculada na forma da lei, multiplicada pelo fator previdenciário, calculado na forma do disposto nos [§§ 7º a 9º do art. 29 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991](#).

Art. 18. O segurado de que trata o [inciso I do § 7º do art. 201 da Constituição Federal](#) filiado ao Regime Geral de Previdência Social até a data de entrada em vigor desta Emenda Constitucional poderá aposentar-se quando preencher, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I - 60 (sessenta) anos de idade, se mulher, e 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem; e

II - 15 (quinze) anos de contribuição, para ambos os sexos.

§ 1º A partir de 1º de janeiro de 2020, a idade de 60 (sessenta) anos da mulher, prevista no inciso I do **caput**, será acrescida em 6 (seis) meses a cada ano, até atingir 62 (sessenta e dois) anos de idade.

§ 2º O valor da aposentadoria de que trata este artigo será apurado na forma da lei.

Art. 19. Até que lei disponha sobre o tempo de contribuição a que se refere o [inciso I do § 7º do art. 201 da Constituição Federal](#), o segurado filiado ao Regime Geral de Previdência Social após a data de entrada em vigor desta Emenda Constitucional será aposentado aos 62 (sessenta e dois) anos de idade, se mulher, 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, com 15 (quinze) anos de tempo de contribuição, se mulher, e 20 (vinte) anos de tempo de contribuição, se homem.

§ 1º Até que lei complementar disponha sobre a redução de idade mínima ou tempo de contribuição prevista nos [§§ 1º e 8º do art. 201 da Constituição Federal](#), será concedida aposentadoria:

I - aos segurados que comprovem o exercício de atividades com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou associação desses agentes, vedada a caracterização por categoria profissional ou ocupação, durante, no mínimo, 15 (quinze), 20 (vinte) ou 25 (vinte e cinco) anos, nos termos do disposto nos [arts. 57 e 58 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991](#), quando cumpridos:

a) 55 (cinquenta e cinco) anos de idade, quando se tratar de atividade especial de 15 (quinze) anos de contribuição;

b) 58 (cinquenta e oito) anos de idade, quando se tratar de atividade especial de 20 (vinte) anos de contribuição; ou

c) 60 (sessenta) anos de idade, quando se tratar de atividade especial de 25 (vinte e cinco) anos de contribuição;

II - ao professor que comprove 25 (vinte e cinco) anos de contribuição exclusivamente em efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio e tenha 57 (cinquenta e sete) anos de idade, se mulher, e 60 (sessenta) anos de idade, se homem.



§ 2º O valor das aposentadorias de que trata este artigo será apurado na forma da lei.

Art. 20. O segurado ou o servidor público federal que se tenha filiado ao Regime Geral de Previdência Social ou ingressado no serviço público em cargo efetivo até a data de entrada em vigor desta Emenda Constitucional poderá aposentar-se voluntariamente quando preencher, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I - 57 (cinquenta e sete) anos de idade, se mulher, e 60 (sessenta) anos de idade, se homem;

II - 30 (trinta) anos de contribuição, se mulher, e 35 (trinta e cinco) anos de contribuição, se homem;

III - para os servidores públicos, 20 (vinte) anos de efetivo exercício no serviço público e 5 (cinco) anos no cargo efetivo em que se der a aposentadoria;

IV - período adicional de contribuição correspondente ao tempo que, na data de entrada em vigor desta Emenda Constitucional, faltaria para atingir o tempo mínimo de contribuição referido no inciso II.

§ 1º Para o professor que comprovar exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio serão reduzidos, para ambos os sexos, os requisitos de idade e de tempo de contribuição em 5 (cinco) anos.

§ 2º O valor das aposentadorias concedidas nos termos do disposto neste artigo corresponderá:

I - em relação ao servidor público que tenha ingressado no serviço público em cargo efetivo até 31 de dezembro de 2003 e que não tenha feito a opção de que trata o [§ 16 do art. 40 da Constituição Federal](#), à totalidade da remuneração no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, observado o disposto no § 8º do art. 4º; e

II - em relação aos demais servidores públicos e aos segurados do Regime Geral de Previdência Social, ao valor apurado na forma da lei.

§ 3º O valor das aposentadorias concedidas nos termos do disposto neste artigo não será inferior ao valor a que se refere o [§ 2º do art. 201 da Constituição Federal](#) e será reajustado:

I - de acordo com o disposto no [art. 7º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003](#), se cumpridos os requisitos previstos no inciso I do § 2º;

II - nos termos estabelecidos para o Regime Geral de Previdência Social, na hipótese prevista no inciso II do § 2º.

§ 4º Aplicam-se às aposentadorias dos servidores dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios as normas constitucionais e infraconstitucionais anteriores à data de entrada em vigor desta Emenda Constitucional, enquanto não promovidas alterações na legislação interna relacionada ao respectivo regime próprio de previdência social.

Art. 21. O segurado ou o servidor público federal que se tenha filiado ao Regime Geral de Previdência Social ou ingressado no serviço público em cargo efetivo até a data de entrada em vigor desta Emenda Constitucional cujas atividades tenham sido exercidas com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou associação desses agentes, vedada a caracterização por categoria profissional ou ocupação, desde que cumpridos, no caso do servidor, o tempo mínimo de 20 (vinte) anos de efetivo exercício no serviço público e de 5 (cinco) anos no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria, na forma dos [arts. 57 e 58 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991](#), poderão aposentar-se quando o total da soma resultante da sua idade e do tempo de contribuição e o tempo de efetiva exposição forem, respectivamente, de:

I - 66 (sessenta e seis) pontos e 15 (quinze) anos de efetiva exposição;

II - 76 (setenta e seis) pontos e 20 (vinte) anos de efetiva exposição; e

III - 86 (oitenta e seis) pontos e 25 (vinte e cinco) anos de efetiva exposição.

§ 1º A idade e o tempo de contribuição serão apurados em dias para o cálculo do somatório de pontos a que se refere o **caput**. § 2º O valor da aposentadoria de que trata este artigo será apurado na forma da lei.

§ 3º Aplicam-se às aposentadorias dos servidores dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios cujas atividades sejam exercidas com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou associação desses agentes, vedada a caracterização por categoria profissional ou ocupação, na forma do [§ 4º-C do art. 40 da Constituição Federal](#), as normas constitucionais e infraconstitucionais anteriores à data de entrada em vigor desta Emenda Constitucional, enquanto não promovidas alterações na legislação interna relacionada ao respectivo regime próprio de previdência social.



Art. 22. Até que lei discipline o [§ 4º-A do art. 40](#) e o [inciso I do § 1º do art. 201 da Constituição Federal](#), aposentadoria da pessoa com deficiência assegurada do Regime Geral de Previdência Social ou do servidor público federal com deficiência vinculado a regime próprio de previdência social, desde que cumpridos, no caso do servidor, tempo mínimo de 10 (dez) anos de efetivo exercício no serviço público e de 5 (cinco) anos no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria, será concedida na forma da Lei Complementar nº 142, de 8 de maio de 2013, inclusive quanto aos critérios de cálculo dos benefícios.

Parágrafo único. Aplicam-se às aposentadorias dos servidores com deficiência dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios as normas constitucionais e infraconstitucionais anteriores à data de entrada em vigor desta Emenda Constitucional, enquanto não promovidas alterações na legislação interna relacionada ao respectivo regime próprio de previdência social.

Art. 23. A pensão por morte concedida a dependente de segurado do Regime Geral de Previdência Social ou de servidor público federal será equivalente a uma cota familiar de 50% (cinquenta por cento) do valor da aposentadoria recebida pelo segurado ou servidor ou daquela a que teria direito se fosse aposentado por incapacidade permanente na data do óbito, acrescida de cotas de 10 (dez) pontos percentuais por dependente, até o máximo de 100% (cem por cento).

§ 1º As cotas por dependente cessarão com a perda dessa qualidade e não serão reversíveis aos demais dependentes, preservado o valor de 100% (cem por cento) da pensão por morte quando o número de dependentes remanescente for igual ou superior a 5 (cinco).

§ 2º Na hipótese de existir dependente inválido ou com deficiência intelectual, mental ou grave, o valor da pensão por morte de que trata o **caput** será equivalente a:

I - 100% (cem por cento) da aposentadoria recebida pelo segurado ou servidor ou daquela a que teria direito se fosse aposentado por incapacidade permanente na data do óbito, até o limite máximo de benefícios do Regime Geral de Previdência Social; e

II - uma cota familiar de 50% (cinquenta por cento) acrescida de cotas de 10 (dez) pontos percentuais por dependente, até o máximo de 100% (cem por cento), para o valor que supere o limite máximo de benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

§ 3º Quando não houver mais dependente inválido ou com deficiência intelectual, mental ou grave, o valor da pensão será recalculado na forma do disposto no **caput** e no § 1º.

§ 4º O tempo de duração da pensão por morte e das cotas individuais por dependente até a perda dessa qualidade, o rol de dependentes e sua qualificação e as condições necessárias para enquadramento serão aqueles estabelecidos na [Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991](#).

§ 5º Para o dependente inválido ou com deficiência intelectual, mental ou grave, sua condição pode ser reconhecida previamente ao óbito do segurado, por meio de avaliação biopsicossocial realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar, observada revisão periódica na forma da legislação.

§ 6º Equiparam-se a filho, para fins de recebimento da pensão por morte, exclusivamente o enteado e o menor tutelado, desde que comprovada a dependência econômica.

§ 7º As regras sobre pensão previstas neste artigo e na legislação vigente na data de entrada em vigor desta Emenda Constitucional poderão ser alteradas na forma da lei para o Regime Geral de Previdência Social e para o regime próprio de previdência social da União.

§ 8º Aplicam-se às pensões concedidas aos dependentes de servidores dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios as normas constitucionais e infraconstitucionais anteriores à data de entrada em vigor desta Emenda Constitucional, enquanto não promovidas alterações na legislação interna relacionada ao respectivo regime próprio de previdência social.

Art. 24. É vedada a acumulação de mais de uma pensão por morte deixada por cônjuge ou companheiro, no âmbito do mesmo regime de previdência social, ressalvadas as pensões do mesmo instituidor decorrentes do exercício de cargos acumuláveis na forma do [art. 37 da Constituição Federal](#).

§ 1º Será admitida, nos termos do § 2º, a acumulação de:

I - pensão por morte deixada por cônjuge ou companheiro de um regime de previdência social com pensão por morte concedida por outro regime de previdência social ou com pensões decorrentes das atividades militares de que tratam os [arts. 42 e 142 da Constituição Federal](#);

II - pensão por morte deixada por cônjuge ou companheiro de um regime de previdência social com aposentadoria concedida no âmbito do Regime Geral de Previdência Social ou de regime próprio de previdência social



ou com proventos de inatividade decorrentes das atividades militares de que tratam os [arts. 42 e 142 da Constituição Federal](#); ou

III - pensões decorrentes das atividades militares de que tratam os [arts. 42 e 142 da Constituição Federal](#) com aposentadoria concedida no âmbito do Regime Geral de Previdência Social ou de regime próprio de previdência social.

§ 2º Nas hipóteses das acumulações previstas no § 1º, é assegurada a percepção do valor integral do benefício mais vantajoso e de uma parte de cada um dos demais benefícios, apurada cumulativamente de acordo com as seguintes faixas:

I - 60% (sessenta por cento) do valor que exceder 1 (um) salário-mínimo, até o limite de 2 (dois) salários-mínimos;

II - 40% (quarenta por cento) do valor que exceder 2 (dois) salários-mínimos, até o limite de 3 (três) salários-mínimos;

III - 20% (vinte por cento) do valor que exceder 3 (três) salários-mínimos, até o limite de 4 (quatro) salários-mínimos; e

IV - 10% (dez por cento) do valor que exceder 4 (quatro) salários-mínimos.

§ 3º A aplicação do disposto no § 2º poderá ser revista a qualquer tempo, a pedido do interessado, em razão de alteração de algum dos benefícios.

§ 4º As restrições previstas neste artigo não serão aplicadas se o direito aos benefícios houver sido adquirido antes da data de entrada em vigor desta Emenda Constitucional.

§ 5º As regras sobre acumulação previstas neste artigo e na legislação vigente na data de entrada em vigor desta Emenda Constitucional poderão ser alteradas na forma do [§ 6º do art. 40](#) e do [§ 15 do art. 201 da Constituição Federal](#).

Art. 25. Será assegurada a contagem de tempo de contribuição fictício no Regime Geral de Previdência Social decorrente de hipóteses descritas na legislação vigente até a data de entrada em vigor desta Emenda Constitucional para fins de concessão de aposentadoria, observando-se, a partir da sua entrada em vigor, o disposto no [§ 14 do art. 201 da Constituição Federal](#).

§ 1º Para fins de comprovação de atividade rural exercida até a data de entrada em vigor desta Emenda Constitucional, o prazo de que tratam os [§§ 1º e 2º do art. 38-B da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991](#), será prorrogado até a data em que o Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS) atingir a cobertura mínima de 50% (cinquenta por cento) dos trabalhadores de que trata o [§ 8º do art. 195 da Constituição Federal](#), apurada conforme quantitativo da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad).

§ 2º Será reconhecida a conversão de tempo especial em comum, na forma prevista na [Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991](#), ao segurado do Regime Geral de Previdência Social que comprovar tempo de efetivo exercício de atividade sujeita a condições especiais que efetivamente prejudiquem a saúde, cumprido até a data de entrada em vigor desta Emenda Constitucional, vedada a conversão para o tempo cumprido após esta data.

§ 3º Considera-se nula a aposentadoria que tenha sido concedida ou que venha a ser concedida por regime próprio de previdência social com contagem recíproca do Regime Geral de Previdência Social mediante o cômputo de tempo de serviço sem o recolhimento da respectiva contribuição ou da correspondente indenização pelo segurado obrigatório responsável, à época do exercício da atividade, pelo recolhimento de suas próprias contribuições previdenciárias.

Art. 26. Até que lei discipline o cálculo dos benefícios do regime próprio de previdência social da União e do Regime Geral de Previdência Social, será utilizada a média aritmética simples dos salários de contribuição e das remunerações adotados como base para contribuições a regime próprio de previdência social e ao Regime Geral de Previdência Social, ou como base para contribuições decorrentes das atividades militares de que tratam os [arts. 42 e 142 da Constituição Federal](#), atualizados monetariamente, correspondentes a 100% (cem por cento) do período contributivo desde a competência julho de 1994 ou desde o início da contribuição, se posterior àquela competência.

§ 1º A média a que se refere o **caput** será limitada ao valor máximo do salário de contribuição do Regime Geral de Previdência Social para os segurados desse regime e para o servidor que ingressou no serviço público em cargo efetivo após a implantação do regime de previdência complementar ou que tenha exercido a opção correspondente, nos termos do disposto nos [§§ 14 a 16 do art. 40 da Constituição Federal](#).

§ 2º O valor do benefício de aposentadoria corresponderá a 60% (sessenta por cento) da média aritmética definida na forma prevista no **caput** e no § 1º, com acréscimo de 2 (dois) pontos percentuais para cada ano de





contribuição que exceder o tempo de 20 (vinte) anos de contribuição nos casos:

I - do inciso II do § 6º do art. 4º, do § 4º do art. 15, do § 3º do art. 16 e do § 2º do art. 18;

II - do § 4º do art. 10, ressalvado o disposto no inciso II do § 3º e no § 4º deste artigo;

III - de aposentadoria por incapacidade permanente aos segurados do Regime Geral de Previdência Social, ressalvado o disposto no inciso II do § 3º deste artigo; e

IV - do § 2º do art. 19 e do § 2º do art. 21, ressalvado o disposto no § 5º deste artigo.

§ 3º O valor do benefício de aposentadoria corresponderá a 100% (cem por cento) da média aritmética definida na forma prevista no **caput** e no § 1º:

I - no caso do inciso II do § 2º do art. 20;

II - no caso de aposentadoria por incapacidade permanente, quando decorrer de acidente de trabalho, de doença profissional e de doença do trabalho.

§ 4º O valor do benefício da aposentadoria de que trata o inciso III do § 1º do art. 10 corresponderá ao resultado do tempo de contribuição dividido por 20 (vinte) anos, limitado a um inteiro, multiplicado pelo valor apurado na forma do **caput** do § 2º deste artigo, ressalvado o caso de cumprimento de critérios de acesso para aposentadoria voluntária que resulte em situação mais favorável.

§ 5º O acréscimo a que se refere o **caput** do § 2º será aplicado para cada ano que exceder 15 (quinze) anos de tempo de contribuição para os segurados de que tratam a alínea "a" do inciso I do § 1º do art. 19 e o inciso I do art. 21 e para as mulheres filiadas ao Regime Geral de Previdência Social.

§ 6º Poderão ser excluídas da média as contribuições que resultem em redução do valor do benefício, desde que mantido o tempo mínimo de contribuição exigido, vedada a utilização do tempo excluído para qualquer finalidade, inclusive para o acréscimo a que se referem os §§ 2º e 5º, para a averbação em outro regime previdenciário ou para a obtenção dos proventos de inatividade das atividades de que tratam os [arts. 42 e 142 da Constituição Federal](#).

§ 7º Os benefícios calculados nos termos do disposto neste artigo serão reajustados nos termos estabelecidos para o Regime Geral de Previdência Social.

Art. 27. Até que lei discipline o acesso ao salário-família e ao auxílio-reclusão de que trata o [inciso IV do art. 201 da Constituição Federal](#), esses benefícios serão concedidos apenas àqueles que tenham renda bruta mensal igual ou inferior a R\$ 1.364,43 (mil, trezentos e sessenta e quatro reais e quarenta e três centavos), que serão corrigidos pelos mesmos índices aplicados aos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

§ 1º Até que lei discipline o valor do auxílio-reclusão, de que trata o [inciso IV do art. 201 da Constituição Federal](#), seu cálculo será realizado na forma daquele aplicável à pensão por morte, não podendo exceder o valor de 1 (um) salário-mínimo.

§ 2º Até que lei discipline o valor do salário-família, de que trata o [inciso IV do art. 201 da Constituição Federal](#), seu valor será de R\$ 46,54 (quarenta e seis reais e cinquenta e quatro centavos).

Art. 28. Até que lei altere as alíquotas da contribuição de que trata a [Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991](#), devidas pelo segurado empregado, inclusive o doméstico, e pelo trabalhador avulso, estas serão de: [\(Vigência\)](#)

I - até 1 (um) salário-mínimo, 7,5% (sete inteiros e cinco décimos por cento);

II - acima de 1 (um) salário-mínimo até R\$ 2.000,00 (dois mil reais), 9% (nove por cento);

III - de R\$ 2.000,01 (dois mil reais e um centavo) até R\$ 3.000,00 (três mil reais), 12% (doze por cento); e

IV - de R\$ 3.000,01 (três mil reais e um centavo) até o limite do salário de contribuição, 14% (quatorze por cento).

§ 1º As alíquotas previstas no **caput** serão aplicadas de forma progressiva sobre o salário de contribuição do segurado, incidindo cada alíquota sobre a faixa de valores compreendida nos respectivos limites.

§ 2º Os valores previstos no **caput** serão reajustados, a partir da data de entrada em vigor desta Emenda Constitucional, na mesma data e com o mesmo índice em que se der o reajuste dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social, ressalvados aqueles vinculados ao salário-mínimo, aos quais se aplica a legislação específica.



Art. 29. Até que entre em vigor lei que disponha sobre o [§ 14 do art. 195 da Constituição Federal](#), o segurado que, no somatório de remunerações auferidas no período de 1 (um) mês, receber remuneração inferior ao limite mínimo mensal do salário de contribuição poderá:

68

I - complementar a sua contribuição, de forma a alcançar o limite mínimo exigido;

II - utilizar o valor da contribuição que exceder o limite mínimo de contribuição de uma competência em outra;

III - agrupar contribuições inferiores ao limite mínimo de diferentes competências, para aproveitamento em contribuições mínimas mensais.

Parágrafo único. Os ajustes de complementação ou agrupamento de contribuições previstos nos incisos I, II e III do **caput** somente poderão ser feitos ao longo do mesmo ano civil.

Art. 30. A vedação de diferenciação ou substituição de base de cálculo decorrente do disposto no [§ 9º do art. 195 da Constituição Federal](#) não se aplica a contribuições que substituam a contribuição de que trata a [alínea "a" do inciso I do caput do art. 195 da Constituição Federal](#) instituídas antes da data de entrada em vigor desta Emenda Constitucional.

Art. 31. O disposto no [§ 11 do art. 195 da Constituição Federal](#) não se aplica aos parcelamentos previstos na legislação vigente até a data de entrada em vigor desta Emenda Constitucional, sendo vedadas a reabertura ou a prorrogação de prazo para adesão.

Art. 32. Até que entre em vigor lei que disponha sobre a alíquota da contribuição de que trata a [Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988](#), esta será de 20% (vinte por cento) no caso das pessoas jurídicas referidas no [inciso I do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001](#). (Vigência)

Art. 33. Até que seja disciplinada a relação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios e entidades abertas de previdência complementar na forma do disposto nos [§§ 4º e 5º do art. 202 da Constituição Federal](#), somente entidades fechadas de previdência complementar estão autorizadas a administrar planos de benefícios patrocinados pela União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, inclusive suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente.

Art. 34. Na hipótese de extinção por lei de regime previdenciário e migração dos respectivos segurados para o Regime Geral de Previdência Social, serão observados, até que lei federal disponha sobre a matéria, os seguintes requisitos pelo ente federativo:

I - assunção integral da responsabilidade pelo pagamento dos benefícios concedidos durante a vigência do regime extinto, bem como daqueles cujos requisitos já tenham sido implementados antes da sua extinção;

II - previsão de mecanismo de ressarcimento ou de complementação de benefícios aos que tenham contribuído acima do limite máximo do Regime Geral de Previdência Social;

III - vinculação das reservas existentes no momento da extinção, exclusivamente:

a) ao pagamento dos benefícios concedidos e a conceder, ao ressarcimento de contribuições ou à complementação de benefícios, na forma dos incisos I e II; e

b) à compensação financeira com o Regime Geral de Previdência Social.

Parágrafo único. A existência de **superavit** atuarial não constitui óbice à extinção de regime próprio de previdência social e à consequente migração para o Regime Geral de Previdência Social.

Art. 35. Revogam-se:

I - os seguintes dispositivos da [Constituição Federal](#):

a) o [§ 21 do art. 40](#); (Vigência)

b) o [§ 13 do art. 195](#);

II - os [arts. 9º, 13 e 15 da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998](#);

III - os [arts. 2º, 6º e 6º-A da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003](#); (Vigência)

IV - o [art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005](#). (Vigência)

Art. 36. Esta Emenda Constitucional entra em vigor:



I - no primeiro dia do quarto mês subsequente ao da data de publicação desta Emenda Constitucional, quanto ao disposto nos [arts. 11, 28 e 32](#);

II - para os regimes próprios de previdência social dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, quanto à alteração promovida pelo [art. 1º desta Emenda Constitucional no art. 149 da Constituição Federal](#) e às revogações previstas na [alínea "a" do inciso I](#) e nos [incisos III e IV do art. 35](#), na data de publicação de lei de iniciativa privativa do respectivo Poder Executivo que as referende integralmente;

III - nos demais casos, na data de sua publicação.

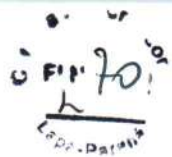
Parágrafo único. A lei de que trata o inciso II do **caput** não produzirá efeitos anteriores à data de sua publicação.

Brasília, em 12 de novembro de 2019

Mesa da Câmara dos Deputados	Mesa do Senado Federal
Deputado RODRIGO MAIA Presidente	Senador DAVI ALCOLUMBRE Presidente
Deputado MARCOS PEREIRA 1º Vice-Presidente	Senador ANTONIO ANASTASIA 1º Vice-Presidente
Deputado LUCIANO BIVAR 2º Vice-Presidente	Senador LASIER MARTINS 2º Vice-Presidente
Deputada SORAYA SANTOS 1ª Secretária	Senador SÉRGIO PETECÃO 1º Secretário
Deputado MÁRIO HERINGER 2º Secretário	Senador EDUARDO GOMES 2º Secretário
Deputado FÁBIO FARIA 3º Secretário	Senador FLÁVIO BOLSONARO 3º Secretário
Deputado ANDRÉ FUFUCA 4º Secretário	Senador LUIS CARLOS HEINZE 4º Secretário

Este texto não substitui o publicado no DOU 13.11.2019









**MINISTÉRIO DA FAZENDA**

**GABINETE DO MINISTRO**

**PORTARIA Nº 464, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2018**

(Publicada no D.O.U. de 20/11/2018)

Dispõe sobre as normas aplicáveis às avaliações atuariais dos regimes próprios de previdência social - RPPS da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e estabelece parâmetros para a definição do plano de custeio e o equacionamento do deficit atuarial.

**A MINISTRA DE ESTADO DA FAZENDA, SUBSTITUTA**, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no inciso X do art. 41 da Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017, no inciso II do art. 9º da Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, e no inciso III do art. 48 do Anexo I do Decreto nº 9.003, de 13 de março de 2017, resolve:

**CAPÍTULO I**  
**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão observar, no dimensionamento dos compromissos do plano de benefícios e no estabelecimento do plano de custeio dos regimes próprios de previdência social - RPPS, instituídos conforme Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, os parâmetros técnico-atuariais previstos nesta Portaria, para assegurar a transparência, solvência, liquidez e a observância do equilíbrio financeiro e atuarial previsto no art. 40 da Constituição Federal, no art. 69 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e no art. 1º da Lei nº 9.717, de 1998.

§ 1º Os parâmetros de que trata o caput incluem os regimes financeiros aplicáveis por tipo de benefício, as hipóteses, premissas, metodologias e critérios atuariais, os requisitos para definição da qualidade da base cadastral, a apuração dos custos e do resultado atuarial e a definição e revisão dos planos de custeio e de equacionamento de deficit atuarial.

§ 2º O ente federativo deverá garantir diretamente a totalidade dos riscos cobertos no plano de benefícios, preservando o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS,



sendo responsável, nos termos da Lei nº 9.717, de 1998, pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras do respectivo regime próprio, decorrentes do pagamento de benefícios previdenciários.

§ 3º A Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda, órgão de regulação e supervisão de que trata o art. 9º da Lei nº 9.717, de 1998, editará as instruções normativas necessárias à execução do disposto nesta Portaria e resolverá os casos omissos.

## **CAPÍTULO II**

### **DOS REPRESENTANTES DO RPPS E DO ENTE FEDERATIVO**

Art. 2º Os dirigentes e membros dos conselhos deliberativo e fiscal do RPPS e os gestores e representantes legais do ente federativo deverão pautar suas ações pela observância das prescrições legais e demais normas regulamentares e pela busca da sustentabilidade de longo prazo do regime próprio de previdência social.

§ 1º O atendimento aos padrões mínimos estabelecidos nesta Portaria e em normas correlatas não exime os responsáveis do ônus de demonstrar, tempestivamente, a adequação das hipóteses e premissas atuariais, regimes financeiros e métodos de financiamento adotados para o RPPS.

§ 2º Observados os critérios estabelecidos em instrução normativa da Secretaria de Previdência, conforme porte e perfil de risco atuarial do RPPS, poderão ser aplicados:

I - modelos de estruturação atuarial e de financiamento distintos dos estabelecidos nesta Portaria, desde que, comprovada sua viabilidade orçamentária, financeira e fiscal para o ente federativo, proporcionem o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS e sejam submetidos à prévia análise e aprovação da Secretaria de Previdência;

II - regimes diferenciados de aplicação dos parâmetros e de envio das informações previstos nesta Portaria.

## **CAPÍTULO III**

### **DAS AVALIAÇÕES ATUARIAIS ANUAIS**

Art. 3º Deverão ser realizadas avaliações atuariais anuais com data focal em 31 de dezembro de cada exercício, coincidente com o ano civil, que se refiram ao cálculo dos custos e compromissos com o plano de benefícios do RPPS, cujas obrigações iniciar-se-ão no primeiro dia do exercício seguinte.

§ 1º A avaliação atuarial com data focal em 31 de dezembro de cada exercício deverá:

I - ser elaborada por atuário habilitado;

II - atender aos parâmetros gerais estabelecidos nesta Portaria e nas instruções normativas editadas pela Secretaria de Previdência;



III - ser realizada em consonância com a Nota Técnica Atuarial (NTA) do plano de benefícios do RPPS;

IV - atestar a situação do RPPS em relação ao equilíbrio financeiro e atuarial nessa data;

V - incluir todos os benefícios concedidos e a conceder previstos nas normas vigentes nessa data e respectivos critérios para sua concessão, manutenção e pagamento, indicando, se for o caso, a necessidade de revisão do plano de benefícios;

VI - fornecer as projeções atuariais e a avaliação da situação financeira e atuarial do RPPS, de que trata a Lei Complementar nº 101, de 2000;

VII - apurar as provisões matemáticas previdenciárias a serem registradas nas demonstrações contábeis levantadas nessa data, observadas as normas de contabilidade aplicáveis ao Setor Público;

VIII - definir o resultado atuarial do RPPS, apurando os custos normal e suplementar e os compromissos do plano de benefícios do regime para estabelecer o plano de custeio de equilíbrio do RPPS embasado em método de financiamento de que trata o art. 13 e descrito na NTA, indicando, se for o caso, a necessidade de revisão do plano vigente; e

IX - fornecer aos dirigentes e membros dos conselhos deliberativo e fiscal do RPPS e aos gestores e representantes legais dos entes federativos informações que possibilitem o contínuo acompanhamento da solvência e liquidez do plano de benefícios.

§ 2º Os resultados das avaliações atuariais anuais deverão ser registrados no Relatório da Avaliação Atuarial.

§ 3º Caso as normas de contabilidade aplicáveis ao Setor Público determinem o registro mensal das provisões matemáticas previdenciárias, os valores poderão ser obtidos por:

I - recorrência ou interpolação linear daqueles apurados na avaliação com data focal em 31 de dezembro, observando-se parâmetros estabelecidos em instrução normativa da Secretaria de Previdência; e

II - recálculo.

§ 4º A avaliação atuarial deverá ser embasada nas normas gerais de organização e funcionamento dos RPPS e na legislação do ente federativo vigentes em 31 de dezembro, mas, em caso de legislação publicada até a data de sua realização e ainda não aplicável, o Relatório da Avaliação Atuarial deverá demonstrar os seus impactos para o RPPS e para os resultados apontados.

§ 5º Para elaboração das projeções atuariais e registro das provisões matemáticas previdenciárias de que tratam os incisos VI e VII, deverá ser utilizado o plano de custeio vigente na data focal da avaliação atuarial, ou outro parâmetro definido pela Secretaria de Previdência, alinhado às normas gerais de contabilidade aplicáveis ao Setor Público.



Art. 4º O ente federativo deverá comprovar à Secretaria de Previdência a realização das avaliações atuariais anuais por meio do encaminhamento do Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial (DRAA), no prazo previsto na norma que disciplina a emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP.

§ 1º Independentemente do prazo de envio do DRAA, deverão ser adotadas as providências para a realização da avaliação com data focal em 31 de dezembro de cada exercício e para o atendimento às demais obrigações estabelecidas em disposições legais.

§ 2º As informações e documentos a serem encaminhados à Secretaria de Previdência deverão corresponder aos da avaliação atuarial elaborada pela unidade gestora do RPPS ou, em caso de elaboração de outras avaliações, aos daquela aprovada pelo conselho deliberativo do regime, que deverá ser considerada para os fins de que trata o § 1º do art. 3º.

#### **CAPÍTULO IV DA AVALIAÇÃO ATUARIAL INICIAL**

Art. 5º A avaliação atuarial inicial de RPPS, além de atender aos parâmetros gerais estabelecidos nesta Portaria, deverá estar embasada em estudo técnico de viabilidade administrativa, financeira e atuarial, a ser encaminhado pelo ente federativo à Secretaria de Previdência para análise do equilíbrio financeiro e atuarial do regime a ser instituído.

§ 1º O estudo técnico deverá ser acompanhado dos documentos e informações previstos nos incisos I a VII do art. 68 e da minuta de legislação de instituição do RPPS e comprovar que:

I - a avaliação atuarial inicial contemplada no estudo:

a) possui data focal de até 90 (noventa) dias do envio do estudo à Secretaria de Previdência;

b) utiliza base cadastral com os dados atualizados de todos os beneficiários de que trata o art. 38, posicionada até 120 (cento e vinte) dias da data focal da avaliação atuarial realizada;

c) aferiu devidamente os valores dos compromissos do plano de benefícios;

d) propôs plano de custeio a ser estabelecido para o RPPS que assegure o equilíbrio financeiro e atuarial do regime e que atende os princípios da economicidade e eficiência na alocação dos recursos públicos; e

e) identificou os impactos relativos à compensação financeira entre os regimes previdenciários.

II - a adequação da instituição do RPPS à situação orçamentária e financeira do ente federativo nos termos do art. 64 e a sua aderência às políticas e programas de gestão de recursos humanos do ente federativo;



CFI 15  
L  
Dr. Parotti

V - foi procedida a comparação da situação orçamentária, financeira e fiscal do ente federativo com os servidores vinculados ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS com aquela decorrente da instituição do RPPS.

§ 3º A aprovação pela Secretaria de Previdência do estudo técnico a que se refere o caput subsidiará o processo de análise da instituição do RPPS no âmbito do ente federativo.

§ 4º Após aprovação pela Secretaria de Previdência e em caso de edição da lei de instituição do RPPS, essa deverá ser encaminhada na forma prevista na norma que disciplina a emissão do CRP em até 10 (dez) dias, contados da sua publicação.

Art. 6º Na hipótese de instituição de RPPS, para fins do cumprimento do equilíbrio financeiro e atuarial:

I - a lei de criação do regime poderá prever a responsabilidade do ente federativo pelo pagamento dos benefícios a serem concedidos nos primeiros anos após a sua publicação, com a finalidade de assegurar o equilíbrio financeiro e atuarial do regime;

II - o deficit apurado na avaliação atuarial inicial deverá ser integralmente equacionado por plano de amortização com fluxo constante ou decrescente de contribuições, na forma de alíquotas ou aportes, não se aplicando o disposto no inciso II do art. 55; e

III - a alíquota de contribuição a cargo do ente federativo, correspondente à soma do custo normal e suplementar do RPPS, não poderá ser inferior àquela prevista no inciso I do art. 22 da Lei 8.212, de 24 de julho de 1991, para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS, até a amortização integral de eventual déficit atuarial do RPPS.

Art. 7º Os entes federativos que colocarem o RPPS em extinção, por meio de lei que vincule os servidores ocupantes de cargo efetivo ao RGPS, além do cumprimento das obrigações previstas na legislação aplicável, deverão realizar



avaliações atuariais com data focal em 31 de dezembro de cada exercício com o objetivo de apurar os valores dos compromissos.

§ 1º Para a alteração do histórico do RPPS registrado nas bases de dados da Secretaria de Previdência, deverá ser apresentado, além dos documentos a serem solicitados na auditoria de que trata a norma que disciplina a emissão do CRP, estudo que comprove os impactos da extinção do RPPS para o ente federativo.

§ 2º Aplica-se o previsto no caput aos entes federativos que não possuem regime próprio para seus servidores, mas mantenham benefícios sob responsabilidade financeira direta do Tesouro.

§ 3º Instrução normativa editada pela Secretaria de Previdência disporá sobre procedimento simplificado da avaliação atuarial de que trata este artigo e a exigência de sua elaboração, que deverá observar as normas de contabilidade aplicáveis ao Setor Público.

## **CAPÍTULO VI DA NOTA TÉCNICA ATUARIAL**

Art. 8º A Nota Técnica Atuarial (NTA) deverá ser encaminhada à Secretaria de Previdência como fundamento para verificação do equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS e de sua organização a partir das normas gerais de atuária aplicáveis a esses regimes, devendo conter a estrutura e os elementos mínimos previstos em instrução normativa editada por aquele órgão.

§ 1º O envio da NTA contempla:

I - o cadastramento das suas principais informações no sistema disponibilizado pela Secretaria de Previdência;

II - a certificação da veracidade de suas informações; e

III - o arquivo digitalizado referente à respectiva NTA assinada pelo atuário responsável.

§ 2º O certificado da NTA deverá comprovar a sua ciência:

I - pelo representante legal do ente federativo; e

II - pelo dirigente da unidade gestora do RPPS.

§ 3º Em caso de instituição de RPPS, a NTA deverá ser encaminhada à Secretaria de Previdência juntamente com os documentos relativos à avaliação atuarial inicial, conforme disposto no art. 5º.

§ 4º A NTA deverá ser distinta por:

I - agente público (civil ou militar);

II - Fundo em Repartição e Fundo em Capitalização, em caso de segregação da massa; e



6.1.1.72

III - beneficiários sob responsabilidade financeira direta do Tesouro.

§ 5º É vedado o encaminhamento à Secretaria de Previdência de DRAA e respectivo Relatório de Avaliação Atuarial que não estejam fundamentados na base técnica constante da NTA encaminhada anteriormente e chancelada pelas autoridades previstas no § 2º.

Art. 9º A NTA poderá ser substituída por meio de justificativa técnica apresentada à Secretaria de Previdência, elaborada pelo atuário responsável e chancelada pelas autoridades previstas no § 2º do art. 8º, em que sejam descritas as alterações promovidas, os impactos da alteração, considerando os custos, compromissos, o resultado atuarial, o nível de capitalização das reservas e o plano de custeio de equilíbrio.

§ 1º A NTA deverá ser obrigatoriamente substituída em caso de:

I - alteração das características gerais do plano de benefícios do RPPS;

II - alteração da estruturação atuarial do RPPS;

III - alteração do regime financeiro, método de financiamento e das formulações, desde que devidamente justificados pelo atuário; e

IV - identificação, pela Secretaria de Previdência, de inconsistências na formulação para cálculo dos custos, dos compromissos, do plano de custeio e nas demais bases técnicas nela contidas.

§ 2º A NTA deverá ser encaminhada até o prazo de envio do DRAA relativo à avaliação atuarial nela fundamentada.

§ 3º Caso a substituição da NTA se refira à alteração da base técnica de avaliação atuarial cujo DRAA já tenha sido encaminhado à Secretaria de Previdência, deverão ser adequados e reencaminhados os documentos e informações a que se referem os incisos II, III e V do art. 68.

§ 4º O conselho deliberativo do RPPS deverá ser cientificado da substituição da NTA.

## **CAPÍTULO VII DOS FLUXOS ATUARIAIS**

Art. 10. Os fluxos atuariais, parte integrante da avaliação atuarial, deverão contemplar as projeções de todas as receitas e despesas do RPPS e observar a estrutura e os elementos mínimos dos modelos aprovados por instrução normativa editada pela Secretaria de Previdência.

§ 1º Os fluxos atuariais serão distintos por:

I - agente público (civil ou militar);

II - Fundo em Capitalização, em caso de segregação da massa; e



III - Fundo em Repartição, em caso de segregação da massa e para eventual massa de beneficiários sob responsabilidade financeira direta do Tesouro.

§ 2º Os fluxos atuariais deverão:

I - apresentar projeções das receitas de contribuição do RPPS, considerando o plano de custeio de equilíbrio apurado na avaliação atuarial e aquele decorrente do parâmetro de que trata o § 5º do art. 3º;

II - incluir as previsões de receitas e despesas relativas ao custo administrativo do regime;

III - permitir o acompanhamento do nível de constituição das reservas e ser base matemática para o cálculo do valor presente atuarial das obrigações e direitos do plano de benefícios, devendo os respectivos valores, trazidos a valor presente, convergir com os valores dos compromissos apurados na avaliação atuarial;

IV - conter os quantitativos esperados de novos entrantes e de concessão de benefícios de aposentadoria e pensão por morte;

V - evidenciar as projeções relativas aos segurados ativos considerados como riscos iminentes; e

VI - incluir as previsões de receitas líquidas provenientes da exploração econômica ou da vinculação de bens, direitos e ativos vinculados ao RPPS não classificáveis como ativos garantidores dos compromissos do plano de benefícios.

§ 3º Em caso de utilização de formulações que utilizem subperíodos anuais ou rendas fracionárias, os valores obtidos por comutação deverão convergir para os valores dos fluxos atuariais, a valor presente.

§ 4º Além do previsto no § 1º, os fluxos atuariais poderão ser elaborados de forma distinta por:

a) poder, órgão, unidade orçamentária ou outra segregação, para fins de acompanhamento do passivo previdenciário;

b) massa de beneficiários sujeita a critérios legais de elegibilidade específicos, em caso de a legislação do RPPS prever contribuições a cargo do ente federativo diferenciadas sobre a remuneração dessa massa.

Art. 11. O Demonstrativo de Duração do Passivo, parte integrante dos fluxos atuariais, deverá observar a estrutura e os elementos mínimos do modelo aprovado por instrução normativa editada pela Secretaria de Previdência.

§ 1º O demonstrativo de que trata este artigo objetiva a divulgação do valor médio, em anos, dos prazos dos fluxos de pagamentos líquidos de benefícios do RPPS, ponderado pelos valores presentes desses fluxos.

§ 2º O cálculo da duração será distinto nas hipóteses previstas no § 1º do art. 10.



§ 3º Independentemente do envio do documento a que se refere o caput, deverão constar do Relatório da Avaliação Atuarial as informações da duração do passivo do RPPS e o histórico de sua evolução.

## **CAPÍTULO VIII**

### **DOS REGIMES FINANCEIROS E MÉTODOS DE FINANCIAMENTO**

Art. 12. Os entes federativos poderão adotar os seguintes regimes para apuração dos compromissos e determinação dos custos do plano de benefícios do RPPS, como fundamento da observância do equilíbrio financeiro e atuarial:

- I - regime financeiro de capitalização;
- II - regime financeiro de repartição de capitais de cobertura; e
- III - regime financeiro de repartição simples.

§ 1º O regime financeiro de capitalização será utilizado como o mínimo aplicável para cálculo das aposentadorias programadas e pensões por morte decorrentes dessas aposentadorias.

§ 2º O regime financeiro de repartição de capitais de cobertura será utilizado como o mínimo aplicável para cálculo dos benefícios não programáveis de aposentadorias por invalidez, pensões por morte delas decorrentes, bem como pensão por morte de segurados ativos.

§ 3º O regime financeiro de repartição simples será utilizado como mínimo aplicável para os benefícios diversos dos mencionados nos §§ 1º e 2º, caso previstos no plano de benefícios do RPPS.

§ 4º Os benefícios de aposentadoria e pensão por morte deverão ser avaliados em regime financeiro de capitalização, ainda que relativos a Fundo em Repartição, no caso de segregação da massa, ou a massa de beneficiários sob responsabilidade financeira direta do Tesouro.

Art. 13. Para apuração do custo normal dos benefícios avaliados em regime financeiro de capitalização, o financiamento gradual do custo dos benefícios futuros deverá ser estruturado durante toda a vida laboral do servidor, por meio de um dos seguintes métodos atuariais de financiamento:

- I - Crédito Unitário Projetado;
- II - Idade Normal de Entrada;
- III - Prêmio Nivelado Individual; e
- IV - Agregado por Idade Atingida.

§ 1º Os métodos de financiamento a serem utilizados nas avaliações atuariais dos RPPS deverão atender aos parâmetros definidos em instrução normativa editada pela Secretaria de Previdência que descreva as suas características para fins de enquadramento nos modelos relacionados neste artigo e suas variações metodológicas.



§ 2º Poderão ser utilizados outros métodos, além daqueles previstos neste artigo, desde que:

I - apresentem nível de formação de reservas superior ao método do Crédito Unitário Projetado;

II - possam ser inteiramente caracterizados conforme critérios estabelecidos na instrução normativa de que trata o § 1º; e

III - sejam submetidos à aprovação prévia da Secretaria de Previdência com todas as formulações necessárias e pertinentes para identificação do novo modelo.

§ 3º Em caso de aprovação, o novo método será incorporado na instrução normativa de que trata o § 1º e serão observados os procedimentos previstos no art. 14.

§ 4º Os fluxos de pagamentos de benefícios e de recebimentos das contribuições dos RPPS deverão ser postecipados.

Art. 14. Em caso de alteração do método de financiamento utilizado nas avaliações atuariais:

I - a unidade gestora do RPPS deverá cientificar o conselho deliberativo do RPPS;

II - deverá ser encaminhada à Secretaria de Previdência a justificativa técnica de substituição da NTA, de que trata o art. 9º;

III - a motivação da alteração e os seus impactos deverão ser demonstrados no Relatório da Avaliação Atuarial; e

IV - exceto em caso de sua aprovação prévia pela Secretaria de Previdência, a redução do plano de custeio do RPPS decorrente da alteração do método somente será implementada após a utilização do novo método por 5 (cinco) exercícios consecutivos.

## **CAPÍTULO IX DAS HIPÓTESES ATUARIAIS**

Art. 15. O ente federativo, a unidade gestora do RPPS e o atuário responsável pela elaboração da avaliação atuarial deverão eleger conjuntamente as hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras adequadas à situação do plano de benefícios e aderentes às características da massa de beneficiários do regime para o correto dimensionamento dos seus compromissos futuros, obedecidos os parâmetros mínimos de prudência estabelecidos nesta Portaria, que poderão ser revistos por instrução normativa da Secretaria de Previdência.

§ 1º O atuário deverá descrever e atestar, no Relatório da Avaliação Atuarial, as hipóteses utilizadas no cálculo, indicando aquelas de maior impacto para o resultado atuarial do RPPS.

§ 2º A unidade gestora do RPPS deverá dar ampla divulgação aos beneficiários das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras utilizadas na



avaliação atuarial, cientificando os conselhos deliberativo e fiscal da manutenção ou alteração das hipóteses utilizadas.

§ 3º O não atendimento a algum dos parâmetros mínimos de prudência a que se refere o caput poderá ser justificado pelo RPPS mediante a apresentação de estudo técnico previamente aprovado pela Secretaria de Previdência e formulado de acordo com instrução normativa por ela editada.

Art. 16. A unidade gestora do RPPS deverá solicitar dos representantes do ente federativo informações e manifestação fundamentada das hipóteses econômicas e financeiras relacionadas ao estabelecimento de políticas ou à execução de programas e atividades sob responsabilidade do ente, especialmente daquelas relacionadas à gestão de pessoal, para subsidiar a escolha e a análise da aderência.

Parágrafo único. Na circunstância de não serem apresentadas as informações e a manifestação prevista neste artigo, caberá à unidade gestora do RPPS encaminhar ao atuário as informações de que dispõe para a definição das hipóteses mencionadas no caput, devendo constar do Relatório da Avaliação Atuarial as informações obtidas para a definição dessas hipóteses.

### **Seção I** **Do Relatório de Análise das Hipóteses**

Art. 17. Sem prejuízo de outros estudos técnicos e da implementação de sistemática de acompanhamento da aderência das premissas e hipóteses atuariais utilizadas nas avaliações atuariais do RPPS, deverá ser elaborado Relatório de Análise das Hipóteses para comprovação de sua adequação às características da massa de beneficiários do regime, atendendo-se em sua formulação às seguintes diretrizes:

I - serem observados a estrutura e os elementos mínimos estabelecidos em instrução normativa editada pela Secretaria de Previdência;

II - ser elaborado por profissional habilitado;

III - ser conclusivo quanto à manutenção ou necessidade de alteração das premissas e hipóteses utilizadas;

IV - ser apresentado à Secretaria de Previdência, conforme periodicidade e prazos por ela definidos; e

V - conter os resultados dos estudos técnicos de aderência e de acompanhamento, no mínimo, das seguintes hipóteses, observado o disposto no art. 15:

- a) taxa atuarial de juros;
- b) crescimento real das remunerações; e
- c) probabilidades de ocorrência de morte e invalidez.

§ 1º A unidade gestora do RPPS deverá adotar as orientações e procedimentos que constam da instrução normativa a que se refere o inciso I, visando atestar a adequação e aderência das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras utilizadas nas avaliações atuariais.



File 82  
L  
C. P. - D. P. - 1941

§ 4º A Secretaria de Previdência poderá determinar a realização de novo estudo técnico, caso aqueles contidos no Relatório de Análise das Hipóteses sejam considerados, por ela, inconsistentes ou insuficientes.

§ 5º O disposto nesse artigo não se aplica aos entes federativos de que trata o art. 7º e àqueles que possuem RPPS, mas mantêm massa de beneficiários sob responsabilidade financeira do Tesouro, relativamente a essa massa.

Art. 18. Identificada a não aderência das hipóteses avaliadas no Relatório de Análise das Hipóteses, sua alteração deverá ser implementada na avaliação atuarial do exercício seguinte ao de elaboração do referido relatório.

§ 1º Deverão ser registradas no Relatório da Avaliação Atuarial as premissas e hipóteses que foram alteradas ou mantidas em decorrência do estudo de aderência contido no Relatório de Análise das Hipóteses.

§ 2º As recomendações para alteração das premissas e hipóteses constantes do Relatório de Análise das Hipóteses devem ser objeto de contínuo acompanhamento pela unidade gestora do RPPS e pelos conselhos deliberativo e fiscal.

§ 3º A unidade gestora do RPPS deverá cientificar os conselhos deliberativo e fiscal do conteúdo do Relatório de Análise das Hipóteses e disponibilizá-lo aos beneficiários do regime e aos órgãos de controle interno e externo.

§ 4º A cientificação de que trata o § 3º não exime o atuário da responsabilidade técnica sobre os estudos, cálculos e serviços por ele prestados.

§ 5º Em caso de alteração das situações fáticas que fundamentaram o Relatório de Análise das Hipóteses, essas poderão ser alteradas conforme demonstrado no Relatório da Avaliação Atuarial.

§ 6º É obrigatória e independe de recomendação do Relatório de Análise das Hipóteses a atualização das tábuas biométricas referenciais e de hipóteses decorrentes da utilização de metodologias que utilizem como insumo informações financeiras e econômicas de domínio público.

Art. 19. A unidade gestora do RPPS deverá manter banco de dados com as informações das avaliações atuariais já realizadas e com aquelas obtidas junto ao ente federativo que guardem pertinência com as hipóteses e premissas adotadas para possibilitar o seu acompanhamento e a elaboração do Relatório de Análise das Hipóteses.



Parágrafo único. As informações de que trata o caput deverão ser incorporadas pela unidade gestora do RPPS no leiaute da base de dados da avaliação atuarial previsto no art. 41.

Art. 20. A Secretaria de Previdência disponibilizará em seu endereço eletrônico na rede mundial de computadores - Internet estudos e dados gerais relativos aos RPPS para subsidiar a análise das premissas e hipóteses adotadas nas avaliações atuariais desses regimes.

## Seção II

### Das tábuas biométricas referenciais

Art. 21. As tábuas biométricas utilizadas nas avaliações atuariais para a projeção da longevidade e da entrada em invalidez da massa de beneficiários do RPPS deverão estar adequadas à respectiva massa, observados os seguintes critérios técnicos:

I - para a taxa de sobrevivência de válidos e inválidos, o limite mínimo será:

a) dado pela tábua anual de mortalidade do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - IBGE, segregada obrigatoriamente por sexo, divulgada no endereço eletrônico na rede mundial de computadores - Internet da Secretaria de Previdência; e

b) averiguado por meio da comparação entre a Expectativa de Vida (Ex) estimada por essa tábua e aquela gerada pelas tábuas utilizadas na avaliação atuarial, com base na idade média geral do grupo formado por beneficiários do RPPS.

II - para a taxa de entrada em invalidez, o limite mínimo será:

a) dado pela tábua Álvaro Vindas; e

b) averiguado com a comparação das probabilidades de entrada em invalidez de segurados ativos indicadas por essa tábua mínima com aquelas geradas pela tábua utilizada na avaliação atuarial, com base no somatório de ix, de idade a idade, desde a idade média do grupo de segurados até a idade prevista na regra constitucional para aposentadoria voluntária do servidor do gênero masculino.

§ 1º A Secretaria de Previdência também poderá divulgar, para utilização opcional pelos RPPS, tábuas do IBGE regionalizadas ou tábuas de servidores públicos, agravadas ou desagravadas ao longo de todas as idades, conforme parâmetros estabelecidos em instrução normativa editada pelo órgão.

§ 2º As unidades gestoras dos RPPS poderão utilizar tábuas biométricas formuladas com base na experiência evidenciada da massa de beneficiários do regime, desde que atendidos os limites mínimos de que tratam os incisos I e II e que aquelas tábuas sejam encaminhadas previamente à Secretaria de Previdência.

§ 3º O Relatório de Análise das Hipóteses deverá conter estudo técnico da aderência decorrente da confrontação entre as probabilidades de ocorrência de morte ou invalidez constantes das tábuas biométricas utilizadas na avaliação atuarial em relação àquelas constatadas para a massa, salvo na hipótese de impossibilidade de sua demonstração quando da aplicação de metodologias com esse fim.



### Seção III

#### Das alterações futuras no perfil e composição das massas

Art. 22. A avaliação atuarial deverá contemplar as perspectivas de alteração futura no perfil e na composição da massa de segurados ativos, cujos critérios deverão ser demonstrados no Relatório da Avaliação Atuarial.

Art. 23. A alteração do perfil da massa por rotatividade poderá ser considerada desde que observados os seguintes parâmetros:

I - taxa máxima de 1% (um por cento) a cada ano de projeção;

II - ser embasada por experiência histórica da massa avaliada, ou outro critério definido em instrução normativa da Secretaria de Previdência, observado o previsto no art. 16; e

III - ser tecnicamente coerente com a utilização das premissas de compensação financeira a pagar e de reposição de segurados ativos.

Art. 24. A alteração do perfil da massa de segurados por reposição de segurados ativos em decorrência de falecimento, rotatividade, invalidez e entrada em aposentadoria deverá observar os seguintes parâmetros:

I - não poderá resultar em aumento da massa de segurados ativos considerada na posição da avaliação atuarial;

II - deverá ser utilizada exclusivamente sob a lógica de reposição de segurados ativos, considerando-se um novo entrando com características funcionais e previdenciárias semelhantes às do segurado que substituiu para efeito de projeção, especialmente quanto à estimativa de idade de início em algum regime previdenciário, de ingresso no serviço público e de remuneração inicial desses segurados repostos para fins de projeções atuariais;

III - deverá considerar, obrigatoriamente, um período de reposição de 75 (setenta e cinco) anos futuros, projetando-se o fluxo de receitas e despesas previdenciárias correspondentes até o falecimento de todo o grupo de reposição; e

IV - deverá ser fundamentada nas informações e na manifestação encaminhada pelos representantes do ente federativo, na forma do art. 16.

§ 1º As formulações de cálculo da dinâmica populacional de reposição, das provisões matemáticas e dos custos correspondentes serão demonstradas na NTA .

§ 2º O Relatório da Avaliação Atuarial conterá a explicitação dos critérios definidos pela NTA e a separação entre os compromissos, custos e demais informações relativas aos integrantes da população estudada, sem reposição e com reposição de segurados ativos.

§ 3º Além dos parâmetros estabelecidos neste artigo, a utilização da hipótese de reposição de segurados ativos deverá observar aqueles contidos em instrução normativa da Secretaria de Previdência e somente poderá impactar os valores dos compromissos e o resultado atuarial, para fins de definição do plano de custeio de equilíbrio do RPPS, quando atendidos os referidos parâmetros.



#### **Seção IV**

##### **Das estimativas de remunerações e proventos**

Art. 25. Com relação à hipótese de taxa real de crescimento da remuneração ao longo da carreira:

I - será de, no mínimo, 1% (um por cento) a cada ano da projeção atuarial;

II - os critérios adotados deverão estar explicitados no Relatório da Avaliação Atuarial;

III - deverá ser uniformemente utilizada em todas as etapas da avaliação atuarial, devendo a taxa de crescimento real das remunerações, em caso de plano de equacionamento de déficit atuarial, ser a mesma utilizada para a apuração dos compromissos e dos custos do plano de benefícios do RPPS;

IV - poderá ser diferenciada por poder, órgão ou entidade, bem como por categoria ou carreira;

V - deverá ser fundamentada, cumulativa ou alternativamente:

a) nas informações e manifestação encaminhadas pelos representantes do ente federativo, na forma do art. 16;

b) a partir de dados, desagregados ou não, por carreiras ou cargos, apurando-se a evolução das remunerações de acordo com a idade ou data de ingresso no ente federativo, ou conforme outra metodologia apropriada;

c) em estudo, a constar do Relatório de Análise das Hipóteses, acerca da estrutura remuneratória fixada na legislação do ente federativo, com a evolução na carreira prevista em estatuto dos servidores ou de carreiras específicas, ou no cumprimento de pisos salariais previstos em lei para determinadas categorias.

§ 1º Poderá ser utilizada hipótese de taxa real de crescimento da remuneração decorrente de reajustes gerais a serem concedidos.

§ 2º A hipótese de crescimento real das remunerações, decorrente de reajustes gerais a serem concedidos que impactem no cálculo dos benefícios, deverá ser aplicada às projeções dos proventos cujos beneficiários têm direito à paridade.

#### **Seção V**

##### **Da taxa atuarial de juros**

Art. 26. A taxa de juros real anual a ser utilizada como taxa de desconto para apuração do valor presente dos fluxos de benefícios e contribuições do RPPS deverá ter, como limite máximo, o menor percentual dentre os seguintes:

I - do valor esperado da rentabilidade futura dos investimentos dos ativos garantidores do RPPS, conforme meta prevista na política anual de investimentos aprovada pelo conselho deliberativo do regime; e



File 86  
2

§ 2º Os critérios e metodologias para cálculo da duração do passivo e da taxa de juros parâmetro serão definidos em instrução normativa da Secretaria de Previdência, que divulgará, anualmente, a Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média a ser utilizada para fins de definição da taxa de juros parâmetro.

§ 3º Caso a meta de rentabilidade definida pela política anual de investimentos do RPPS seja superior à taxa de juros parâmetro, para sua utilização como hipótese de taxa real de juros na avaliação atuarial deverá ser, previamente, apresentado à Secretaria de Previdência estudo técnico que demonstre a adequação e a aderência dessa taxa ao perfil da carteira de investimentos do RPPS, conforme critérios estabelecidos na instrução normativa mencionada no § 2º.

§ 4º O atuário responsável pela avaliação atuarial poderá utilizar taxa de juros inferior àquela estabelecida nos parâmetros de que tratam os incisos I e II, atendendo a critérios de conservadorismo e prudência fundamentados no Relatório da Avaliação Atuarial, cabendo aos dirigentes da unidade gestora do RPPS cientificar o conselho deliberativo para possível adequação da política anual de investimentos.

§ 5º Deverá ser demonstrada, no Relatório de Análise das Hipóteses, a convergência entre a hipótese da taxa real de juros utilizada nas avaliações atuariais e a rentabilidade dos ativos garantidores do plano de benefícios do RPPS.

§ 6º Em caso de utilização de taxas atuariais de juros diferenciadas por período, prospectadas pelo perfil da carteira de investimentos do RPPS, deve ser observado o limite de que trata o inciso II por todas as taxas utilizadas.

Art. 27. Deverá ser utilizada, na avaliação atuarial, a taxa de juros parâmetro, considerando a duração do passivo do respectivo plano de benefícios, como hipótese de taxa real de juros, nas seguintes situações:

- I - instituição ou extinção de RPPS;
- II - massa de beneficiários sob responsabilidade financeira direta do Tesouro;
- III - Fundo em Repartição; e
- IV - o RPPS ainda não possuir ativos garantidores do plano de benefícios.

Parágrafo único. Nas hipóteses de que trata este artigo, deverá ser apresentada, no Relatório da Avaliação Atuarial, a análise de sensibilidade do resultado atuarial à variação das taxas de juros, incluindo a sua demonstração à taxa de juros de 0% (zero por cento).



## Seção VI

### Da entrada no mercado de trabalho e em aposentadoria programada

Art. 28. O tempo de contribuição do segurado ativo ao RPPS deverá ser obtido por meio dos dados cadastrais disponibilizados, pela unidade gestora, ao atuário responsável pela avaliação atuarial, inclusive no que se refere ao tempo de contribuição anterior à sua vinculação ao RPPS.

§ 1º Inexistindo, na base cadastral, informações sobre o tempo de contribuição do segurado ativo anterior ao seu ingresso no ente federativo, sua apuração será obtida pela diferença entre a idade do segurado na data de ingresso no ente ou de vinculação ao RPPS e a idade de 25 (vinte e cinco) anos.

§ 2º A premissa adotada relativa ao tempo de contribuição anterior ao ingresso no ente federativo será demonstrada no Relatório da Avaliação Atuarial, assim como os seus impactos nos resultados para efeitos de estimativa de compensação previdenciária, devendo ser adotado critério para limitação do tempo de contribuição estimado, caso não seja aderente a uma perspectiva conservadora para as obrigações do RPPS.

§ 3º A Secretaria de Previdência deverá disponibilizar estatísticas relacionadas ao ingresso dos trabalhadores em algum regime previdenciário, com a finalidade de auxiliar a definição dessa premissa por parte das unidades gestoras dos RPPS.

Art. 29. Com relação à estimativa da data provável de entrada em aposentadoria, deverão constar, no Relatório da Avaliação Atuarial, as informações relativas:

I - às premissas utilizadas para cálculo das elegibilidades aos benefícios de aposentadoria programada, dentre as quais as condições para determinação das regras permanentes, das regras de transição e do lapso temporal para espera por uma regra mais vantajosa;

II - à adoção da premissa quanto ao recebimento do abono de permanência, descrevendo a estimativa percentual de obtenção do abono e a perspectiva de duração dessa condição;

III - à quantidade de segurados ativos considerados como risco iminente por já apresentarem condições de entrada em aposentadoria na data focal da avaliação atuarial, explicitando a forma de distribuição desses riscos iminentes nos primeiros anos de projeção atuarial;

IV - à projeção do quantitativo das futuras elegibilidades, conforme informações da base cadastral ou em decorrência da premissa adotada; e

V - à descrição do comportamento das despesas com benefícios projetadas para os primeiros 4 (quatro) anos de projeção atuarial diante do histórico dos últimos 4 (quatro) anos das referidas despesas, ou outro parâmetro estabelecido em instrução normativa da Secretaria de Previdência, objetivando demonstrar a adequação da projeção ao histórico e destacar o impacto dessa projeção para o RPPS no curto prazo.

§ 1º As avaliações atuariais deverão adotar hipóteses para o comportamento de entrada em aposentadoria embasadas em características históricas da massa dos segurados ativos do RPPS, observados os parâmetros previstos neste artigo.



§ 2º A descrição prevista no inciso V deverá registrar, em montante e em percentual, as variações anuais projetadas para o referido período relativo aos anos iniciais da projeção, em quadro destacado no Relatório de Avaliação Atuarial.

§ 3º Os fluxos atuariais deverão evidenciar, de forma destacada, as receitas e despesas relativas aos segurados iminentes indicados no inciso III, conforme previsto no inciso V do § 2º do art. 10.

§ 4º Considerando o porte e perfil de risco atuarial do RPPS de que trata o art. 77, instrução normativa da Secretaria de Previdência poderá prever parâmetros distintos para a apresentação das informações de que tratam os incisos de I a V.

## **Seção VII**

### **Da composição do grupo familiar**

Art. 30. Na falta ou inconsistência de dados cadastrais dos dependentes, deverá ser estimada a composição do grupo familiar para fins de cálculo do compromisso gerado pela morte de segurado ativo ou aposentado com o pagamento de pensões por morte, sempre numa perspectiva conservadora quanto aos impactos na diminuição das obrigações do RPPS.

§ 1º O Relatório da Avaliação Atuarial deverá descrever os critérios adotados, se por meio de percentual estimado de segurados ativos e aposentados que poderão, em caso de falecimento, deixar pensão previdenciária ou por meio de família padrão, observado o que segue:

I - no caso de utilização de família padrão, deverá ser indicada a composição familiar estimada e a diferença de idades entre os cônjuges e a idade dos filhos; e

II - no caso de utilização de percentual esperado de segurados ativos e aposentados que deixarão pensão previdenciária, deverá ser indicado o percentual utilizado e qual o critério técnico adotado, com a explicitação da idade considerada para o cônjuge.

§ 2º Caso a composição familiar esteja representada por utilização de tábua correspondente (Hx), esta deverá ser anexada ao Relatório da Avaliação Atuarial, com indicação da correspondente taxa de juros, tábua de sobrevivência e o critério de elaboração da composição da família.

§ 3º A Secretaria de Previdência estabelecerá, por meio de instrução normativa, parâmetros gerais mínimos a serem utilizados na estimativa da composição do grupo familiar, podendo ser adotada a família padrão divulgada pelo IBGE.

## **Seção VIII**

### **Das demais premissas e hipóteses**

Art. 31. A premissa de fator de capacidade deve observar a limitação da perspectiva de inflação utilizada para o cálculo do referido fator ao valor do centro da meta de inflação, estabelecida em conformidade com a política econômica e fiscal vigente na data focal da avaliação atuarial.



Art. 32. Com relação às hipóteses de cálculo do valor dos benefícios a conceder, com base na média das remunerações ou na última remuneração do servidor no cargo efetivo, a NTA deverá explicitar a forma de cálculo utilizada em cada caso, devendo constar, no Relatório da Avaliação Atuarial, as estatísticas relacionadas ao cálculo dos benefícios, mesmo que não tenham sido objeto de ajuste cadastral para fins da avaliação.

Art. 33. Caso seja aplicada premissa de entrada em doença para fins de projeção dos compromissos pertinentes, deverá constar do Relatório da Avaliação Atuarial a tábua de morbidez utilizada.

Art. 34. Caso adotada projeção do valor do limite máximo dos benefícios do RGPS, deverá ser observada a projeção divulgada pela Secretaria de Previdência e explicitado, no Relatório de Avaliação Atuarial, se foi utilizada essa premissa e seus impactos nas projeções apresentadas.

## **CAPÍTULO X**

### **DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA ENTRE REGIMES**

Art. 35. A avaliação atuarial deverá computar os efeitos da compensação financeira entre os regimes previdenciários, projetando os valores a receber e a pagar pelo RPPS relativos aos benefícios concedidos e a conceder, observados os parâmetros definidos em instrução normativa da Secretaria de Previdência, cujos critérios e a metodologia utilizados, em perspectiva conservadora para referida estimativa de receitas ou despesas futuras do RPPS, deverão ser demonstrados no Relatório da Avaliação Atuarial.

Art. 36. Com relação aos benefícios concedidos, deverá ser utilizada a relação percentual verificada entre o valor compensado pró-rata apurado no Sistema de Compensação Previdenciária - COMPREV e o valor de pagamento dos benefícios do RPPS, de forma individual ou agregada, evidenciando-se os valores a receber e a pagar de compensação.

Parágrafo único. No caso de benefícios concedidos em que não haja informações de compensação financeira no Sistema de Compensação Financeira entre o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) e os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) - COMPREV deverão ser utilizados os parâmetros estabelecidos na instrução normativa prevista no art. 35.

Art. 37. Quanto aos benefícios a conceder, a estimativa de compensação previdenciária a receber ou a pagar pelo RPPS deverá ter por base os dados cadastrais relativos ao tempo de contribuição anterior a outros regimes previdenciários, inclusive as comprovações de vínculo apresentadas quando da concessão dos benefícios de aposentadoria, ou os valores de compensação efetivamente verificados para o RPPS.

§ 1º Para fins de estimativa de compensação a receber, deverá ser utilizado, para o cálculo do valor individual, o critério que resulte no menor valor entre:

I - o resultante de aplicação de percentual de proporção de tempos de contribuição para efeito de compensação estimado na avaliação sobre o valor médio per capita dos benefícios pagos pelo RGPS; e



U.F.M. 90

II - o valor médio per capita do fluxo mensal de compensação dos requerimentos já deferidos na data focal da avaliação atuarial.

§ 2º Caso a base cadastral e o sistema COMPREV não disponham dos dados referidos no caput, poderá ser utilizada, como expectativa de recebimento de compensação financeira, o percentual estabelecido na instrução normativa de que trata o art. 35.

§ 3º Em qualquer hipótese, é admitido o cômputo dos valores a receber em virtude da compensação financeira pelo RPPS somente em relação à geração atual.

§ 4º Deverá ser adotado critério para a estimativa de compensação a pagar sobre os benefícios a conceder, observados os seguintes parâmetros:

I - a estimativa dessa despesa futura deve adotar a metodologia utilizada na NTA para a identificação da base de compensação prevista nos §§ 1º e 2º; e

II - os valores estimados de compensação a pagar devem ser descontados daqueles resultantes da aplicação do limite total de percentual do valor atual dos benefícios futuros elegíveis à compensação para compensação a receber definido na instrução normativa de que trata o art. 35.

## **CAPÍTULO XI DA BASE CADASTRAL**

Art. 38. A avaliação atuarial deverá dispor de informações atualizadas e consistentes que contemplem todos os beneficiários do RPPS, de quaisquer dos poderes, órgãos e entidades do ente federativo, compreendendo:

I - os servidores públicos titulares de cargos efetivos e os servidores estáveis não titulares de cargo efetivo;

II - os magistrados, ministros e conselheiros dos tribunais de contas e os membros do Ministério Público; e

III - os militares em atividade, em reserva remunerada ou reforma dos Estados e do Distrito Federal.

§ 1º A base de dados cadastrais, funcionais e remuneratórios dos beneficiários do RPPS a ser utilizada na avaliação atuarial deverá:

I - observar, no mínimo, as informações previstas no leiaute de que trata o art. 41;

II - estar posicionada entre setembro e dezembro do exercício relativo à avaliação atuarial anual com data focal em 31 de dezembro; e

III - abranger os servidores afastados ou cedidos a outros entes federativos.

§ 2º Poderão ser utilizados critérios de ajuste da base de dados cadastrais para o seu posicionamento na data focal da avaliação, com a devida adequação do passivo atuarial, desde que demonstrados no Relatório da Avaliação Atuarial.



Art. 39. Os poderes, órgãos e entidades do ente federativo deverão encaminhar à unidade gestora do RPPS as informações dos beneficiários do regime para elaboração da avaliação atuarial, ou permitir o seu acesso por meio de sistemas informatizados, em tempo hábil para sua análise, correção, processamento e apresentação dos resultados.

§ 1º A unidade gestora do RPPS deverá realizar análise prévia da base de dados e prestar os esclarecimentos necessários para que o atuário possa apurar adequadamente os compromissos do plano de benefícios.

§ 2º O banco de dados especificamente utilizado pelo atuário na avaliação atuarial do RPPS, incluindo os ajustes estatísticos efetuados nessa base para as projeções atuariais pertinentes, deverá ser reencaminhado por aquele profissional à unidade gestora do RPPS e ser mantido pelo prazo previsto no art. 72.

Art. 40. O Relatório da Avaliação Atuarial deverá descrever a base de dados dos beneficiários utilizada, explicitando:

I - se foram apresentadas todas as informações necessárias para o correto dimensionamento dos custos e compromissos do plano de benefícios do RPPS;

II - a análise da qualidade dos dados, destacando sua atualização, amplitude e consistência;

III - as premissas adotadas para o ajuste técnico dos dados que não atendem aos atributos previstos no inciso II, sempre numa perspectiva conservadora quanto aos impactos na diminuição das obrigações do RPPS; e

IV - as providências adotadas pelo ente federativo e pela unidade gestora do RPPS para a adequação da base de dados disponibilizada para a avaliação que foi objeto dos ajustes mencionados no relatório da avaliação atuarial do exercício anterior.

Art. 41. Os arquivos contendo a base de dados utilizada na avaliação atuarial do RPPS deverão ser encaminhados à Secretaria de Previdência conforme a estrutura e os elementos mínimos do modelo aprovado em instrução normativa.

§ 1º O prazo para envio da base cadastral dos beneficiários do RPPS será estabelecido em instrução normativa da Secretaria de Previdência, podendo ser observado critério de acordo com o porte e perfil atuarial do regime.

§ 2º O envio pelos entes federativos dos arquivos de eventos de cadastro dos beneficiários do RPPS e de movimentação das folhas de pagamento mensais do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - eSocial subsidiará a Secretaria de Previdência na análise da consistência da base de dados utilizada na avaliação atuarial e na elaboração dos estudos e projeções de que trata o § 6º do art. 68.

§ 3º Sem prejuízo do envio dos arquivos de que tratam os §§ 1º e 2º, o ente federativo e a unidade gestora do RPPS deverão manter base de dados cadastrais dos beneficiários do regime de forma atualizada, confiável e segura pelo prazo previsto no art. 72.



## **CAPÍTULO XII**

### **DA APURAÇÃO DOS CUSTOS E COMPROMISSOS**

Art. 42. As avaliações atuariais indicarão os valores dos custos, dos compromissos futuros do plano de benefícios do RPPS, suas necessidades de custeio e o resultado atuarial.

§ 1º Preliminarmente à apuração do resultado do plano de benefícios do RPPS, deverão ser considerados no mínimo:

I - a satisfação das exigências regulamentares relativas ao custeio do plano, mediante o uso de modelos e critérios consistentes;

II - os riscos que possam comprometer a solvência e liquidez do plano de benefícios;

III - a adequada precificação dos ativos garantidores do plano de benefícios; e

IV - o correto provisionamento das contingências passivas imputáveis ao plano de benefícios, observados os princípios contábeis e as normas legais vigentes.

§ 2º Entende-se como satisfação das exigências regulamentares relativas ao custeio do plano de benefícios a observância do disposto nas normas gerais de organização e funcionamento dos RPPS e normas locais do ente federativo, com o devido reflexo na avaliação atuarial e no plano de custeio para o exercício em que está sendo apurado o resultado.

§ 3º Os custos do plano de benefícios do RPPS deverão ser apresentados na avaliação atuarial, separadamente, por benefício e cobertura e demonstrados pelas submassas definidas nos §§ 1º e 4º do art. 10.

§ 4º Com a finalidade de identificar os componentes do deficit atuarial do RPPS, os custos deverão ser demonstrados, também, separadamente, para as aposentadorias concedidas até a promulgação da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, ou outra data de corte estipulada por meio de instrução normativa da Secretaria de Previdência, e as pensões por morte concedidas até aquela data ou decorrentes dessas aposentadorias, inclusive em caso de segregação da massa.

#### **Seção I**

##### **Dos benefícios avaliados em regime de repartição simples**

Art. 43. Os valores necessários para o financiamento do auxílio-doença, auxílio-reclusão, salário-família e salário-maternidade, caso previstos na legislação do RPPS, deverão compor o custo normal do plano de benefícios.

§ 1º Esses benefícios deverão ter os seus custos apurados a partir dos valores efetivamente despendidos pelo RPPS, não podendo ser inferiores à média dos dispêndios dos 3 (três) últimos exercícios, exceto quando houver fundamentada expectativa de redução desse custo, demonstrada no Relatório da Avaliação Atuarial.

§ 2º Em caso de instituição do RPPS, os custos dos benefícios de que trata o caput deverão ser apurados a partir do histórico dos pagamentos feitos pelo RGPS para os servidores do respectivo ente federativo.



§ 3º Os saldos de recursos arrecadados para o financiamento dos benefícios avaliados em regime de repartição simples deverão compor o Fundo Garantidor de Benefícios Estruturados em Regime de Repartição Simples.

§ 4º Poderá ser constituído fundo para oscilação de riscos.

§ 5º No caso de constituição de fundos, deverá constar no Relatório da Avaliação Atuarial os critérios de sua constituição e reversão.

§ 6º Ao final de cada exercício, em caso de apuração de resultado negativo do Fundo Garantidor de Benefícios Estruturados em Regime de Repartição Simples, o fundo a que se refere o § 4º, caso constituído, deverá realizar a cobertura até o limite de seu saldo, ficando o ente federativo responsável por realizar aporte de eventual insuficiência financeira remanescente.

## **Seção II**

### **Dos benefícios avaliados em regime de repartição de capitais de cobertura**

Art. 44. Os valores necessários para o financiamento dos benefícios avaliados em regime de repartição de capitais de cobertura deverão compor o custo normal do plano de benefícios.

§ 1º Os saldos de recursos arrecadados para financiamento dos benefícios de que trata este artigo deverão compor o Fundo Garantidor de Benefícios Estruturados em Regime de Repartição de Capitais de Cobertura.

§ 2º Poderá ser constituído fundo para oscilação de riscos.

§ 3º No caso de constituição de fundos, deverá constar no Relatório da Avaliação Atuarial os critérios de sua constituição e reversão.

§ 4º Ao final de cada exercício, em caso de apuração de resultado negativo do Fundo Garantidor de Benefícios Estruturados em Regime de Repartição de Capitais de Cobertura, o fundo a que se refere o § 4º, caso constituído, deverá realizar a cobertura até o limite de seu saldo, ficando o ente federativo responsável por realizar aporte de eventual insuficiência financeira remanescente.

## **Seção III**

### **Dos benefícios avaliados em regime de capitalização**

Art. 45. O passivo atuarial do RPPS é representado pelas provisões matemáticas previdenciárias, que correspondem aos compromissos líquidos do plano de benefícios, avaliados em regime de capitalização.

§ 1º O resultado atuarial será obtido pela diferença entre o passivo atuarial e os ativos garantidores dos compromissos do plano de benefícios.

§ 2º Poderão ser constituídos fundos para oscilação de riscos.

§ 3º No caso de criação de fundos, deverá constar no Relatório da Avaliação Atuarial os critérios de sua constituição e reversão.



§ 4º As provisões e os fundos garantidores relativos aos benefícios estruturados em repartição simples e de capitais de cobertura e os fundos para oscilação de riscos não compõem o passivo atuarial e nem os ativos garantidores considerados na apuração do resultado atuarial dos compromissos dos benefícios avaliados em regime de capitalização.

§ 5º As receitas de que trata o inciso VI do § 2º do art. 10 trazidas a valor presente poderão ser consideradas no resultado atuarial, conforme estabelecido em instrução normativa da SPREV, desde que atendidos, no mínimo, os parâmetros previstos no art. 62.

Art. 46. Poderão ser considerados como ativos garantidores dos compromissos do plano de benefícios do RPPS:

I - os valores dos recursos de que trata o art. 3º da Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN nº 3.922, de 25 de novembro de 2010, desde que:

- a) destacados contabilmente como investimentos;
- b) mensurados adequadamente, conforme normas de contabilidade aplicáveis ao Setor Público;
- c) aplicados em cumprimento aos limites, requisitos e vedações ali estabelecidos; e
- d) em caso de bens, direitos e demais ativos vinculados ao RPPS, desde que atendidos, no mínimo, os parâmetros previstos no art. 62 desta Portaria.

II - os valores dos créditos a receber reconhecidos nas demonstrações contábeis do RPPS, exigindo-se, em relação aos créditos a receber do ente federativo, que:

- a) estejam por ele devidamente reconhecidos e contabilizados como dívida fundada com a unidade gestora do RPPS; e
- b) tenham sido objeto de termo de acordo de parcelamento celebrado entre ele e a unidade gestora do RPPS e tenha sido esse acordo encaminhado à Secretaria de Previdência, até a data focal da avaliação atuarial, por meio do Sistema de Informações dos Regimes Públicos de Previdência Social - CADPREV.

§ 1º Os ativos garantidores do plano de benefícios deverão apresentar liquidez compatível com as obrigações do plano de benefícios do RPPS e deverão ser reconhecidos pelo seu valor contábil na data focal da avaliação, devidamente precificados para essa data.

§ 2º Em caso de alteração do critério contábil de precificação dos títulos de emissão do Tesouro Nacional, se tratados como mantidos até o vencimento ou para negociação, o ajuste positivo ou negativo será acrescido ou deduzido, respectivamente, para fins de equacionamento de déficit, por ocasião da avaliação atuarial, devendo ser observados os critérios estabelecidos por instrução normativa da Secretaria de Previdência.

§ 3º Para fins de apuração do resultado atuarial, nos termos do § 1º do art. 45, o montante de ativos garantidores, obtido por meio do somatório dos ativos elencados nos



incisos I e II, deverá ser líquido das obrigações constantes dos saldos das contas do passivo circulante na data focal da avaliação.

§ 4º Instrução normativa da Secretaria de Previdência poderá redefinir os parâmetros de que trata este artigo, em conformidade com as normas gerais de contabilidade aplicáveis ao Setor Público.

### **CAPÍTULO XIII**

#### **DO PLANO DE CUSTEIO PROPOSTO NA AVALIAÇÃO ATUARIAL**

Art. 47. Para observância do equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS, a avaliação atuarial deve indicar o plano de custeio necessário para a cobertura do custo normal e do custo suplementar do plano de benefícios do RPPS.

§ 1º O custeio do plano de benefícios do RPPS dar-se-á por meio de contribuições a cargo do ente federativo e dos segurados ativos, aposentados e pensionistas, além dos repasses financeiros, de que tratam o § 2º do art. 1º, o parágrafo único do art. 59 e o art. 78, e de outras receitas destinadas ao RPPS, observadas as normas gerais de organização e funcionamento desses regimes.

§ 2º As contribuições, na forma de alíquotas ou aportes, e repasses financeiros a cargo do ente federativo deverão abranger todos os poderes, órgãos e entidades que possuem beneficiários do RPPS.

§ 3º Ao indicar o plano de custeio de equilíbrio, o atuário deverá considerar:

I - a utilização de critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS;

II - as características do método de financiamento adotado;

III - a utilização de forma prudencial das hipóteses elegidas;

IV - a avaliação da qualidade da base cadastral utilizada; e

V - que o plano de custeio de equilíbrio deve ser modelado de forma que não promova o descumprimento dos parâmetros estabelecidos nesta Portaria, em especial dos regimes financeiros de que trata o art. 12.

Art. 48. O plano de custeio proposto na avaliação atuarial deverá observar os seguintes parâmetros:

I - cobrir os custos de todos os benefícios do RPPS e contemplar, nos termos do art. 51, os recursos para o financiamento do custo administrativo;

II - ser objeto de demonstração em que se evidencie que possui viabilidade orçamentária, financeira e fiscal nos termos do art. 64;

III - consistir o plano de amortização do déficit atuarial no estabelecimento de alíquota de contribuição suplementar ou em aportes mensais cujos valores sejam preestabelecidos;



IV - quando instituído na forma de alíquotas, ter a remuneração de contribuição dos segurados ativos como base de cálculo das contribuições do ente federativo, normal e suplementar;

V - as contribuições, normal ou suplementar, a cargo do ente federativo poderão ser diferenciadas por massa de segurados sujeita a critérios legais de elegibilidade específicos, desde que assegurada a equidade no financiamento do RPPS e demonstrado que o plano de custeio financia integralmente o custo total apurado na avaliação atuarial;

VI - em caso de segregação da massa, a contribuição a cargo do ente poderá ser diferenciada por Fundo em Repartição e Fundo em Capitalização, considerando a necessidade de observância do equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS; e

VII - sua revisão, com redução das contribuições, na forma de alíquotas ou aportes, deverá observar os critérios prudenciais estabelecidos no art. 65.

§ 1º A unidade gestora do RPPS deverá cientificar o conselho deliberativo das propostas de alteração do plano de custeio.

§ 2º Para aplicação do previsto no inciso V, no que se refere à contribuição suplementar, deverá ser aplicado critério de rateio dos ativos garantidores dos compromissos do plano de benefícios do RPPS, conforme definido em instrução normativa da Secretaria de Previdência.

### **Seção I**

#### **Dos prazos para implementação do plano de custeio**

Art. 49. O plano de custeio proposto na avaliação atuarial com data focal em 31 de dezembro de cada exercício que indicar a necessidade de majoração das contribuições, implementado por meio de lei do ente federativo editada, publicada e encaminhada à Secretaria de Previdência e ser exigível até 31 de dezembro do exercício subsequente, observará o seguinte:

I - o ente federativo deverá atentar para os prazos relativos ao processo legal orçamentário; e

II - em caso de majoração das alíquotas relativas aos segurados ativos, aposentados e pensionistas, a lei deverá ser publicada em prazo compatível para observância do previsto no § 6º do art. 195 da Constituição Federal.

§ 1º Sem prejuízo do atendimento, pelo ente federativo, das exigências de órgãos de controle e a observância de outras normas legais, o cumprimento da forma e prazo previstos no caput para implementação do plano de custeio deverá ser comprovado à Secretaria de Previdência, integrando parte das medidas relacionadas à observância do equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS, resultando, a sua inobservância, nos seguintes efeitos:

I - o plano de custeio estabelecido pela próxima avaliação atuarial deverá ser implementado de imediato;

II - o deficit apurado deverá ser integralmente equacionado, não se aplicando os percentuais mínimos de que trata o inciso II do art. 55; e



III - será considerado, pela Secretaria de Previdência, que o ente federativo não demonstrou o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS enquanto referido plano de custeio não for implementado.

§ 2º Os prazos para implementação do plano de custeio poderão ser adequados ao perfil de risco atuarial do RPPS na forma do art. 77.

## **Seção II**

### **Do acompanhamento do plano de custeio**

Art. 50. Para fins de cumprimento do equilíbrio financeiro e atuarial, deverá ser previsto na legislação do RPPS:

I - prazo para repasse das contribuições, normal ou suplementar, na forma de alíquotas ou aportes, até uma data do mês subsequente ao da competência da folha de pagamento dos segurados ativos, aposentados e pensionistas; e

II - aplicação, em caso de inadimplemento do repasse, de índice oficial de atualização e de taxa de juros e previsão de outras medidas e sanções, inclusive, multa.

§ 1º Após ser implementado em lei, o plano de custeio deverá ser objeto de contínuo acompanhamento por parte, dentre outros:

I - do ente federativo, que deverá avaliar periodicamente os seus impactos orçamentários, financeiros e fiscais e adotar medidas para mitigar os riscos do seu não cumprimento;

II - da unidade gestora do RPPS, que deverá estabelecer processo de verificação das bases de cálculo e dos valores das contribuições e aportes repassados pelo ente federativo, tomando as medidas necessárias para cobrança do principal e dos acréscimos legais em caso de atraso nos repasses e para comunicação do descumprimento da obrigação aos órgãos de controle interno e externo e ao Ministério Público competentes;

III - dos conselhos deliberativo e fiscal do RPPS, que deverão verificar, mensalmente, a regularidade do repasse das contribuições e aportes; e

IV - do atuário responsável pela avaliação atuarial, que deverá demonstrar, nos Relatórios das Avaliações Atuariais, com base nas informações repassadas pela unidade gestora do RPPS, o comportamento entre as receitas projetadas e aquelas auferidas pelo regime e os impactos para a sua situação financeira e atuarial.

§ 2º Os poderes, órgãos e entidades do ente federativo deverão disponibilizar, mensalmente, à unidade gestora do RPPS, no mínimo, as informações relativas a:

I - folhas de pagamento e documentos de repasse das contribuições que permitam o efetivo controle da apuração e repasse das contribuições; e

II - bases de dados dos beneficiários referidas no art. 38 necessárias à realização de auditorias periódicas e à verificação do comportamento das projeções de receitas e despesas do RPPS.



§ 3º Deverão ser encaminhados à Secretaria de Previdência, na forma definida na norma que disciplina a emissão do CRP, os documentos para comprovação do repasse das contribuições devidas ao RPPS.

## **CAPÍTULO XIV DO CUSTEIO ADMINISTRATIVO**

Art. 51. A avaliação atuarial deverá propor plano de custeio para o financiamento do custo administrativo do RPPS.

§ 1º A alíquota de contribuição do plano de custeio do custo administrativo deverá ser somada àquela destinada à cobertura do custo normal dos benefícios e deverá ser corretamente dimensionada, de forma a impossibilitar que sejam utilizados para administração do RPPS recursos destinados à cobertura do custo normal e do custo suplementar do plano de benefícios.

§ 2º O disposto no caput e no § 1º não se aplica caso a legislação do RPPS estabeleça que o custo administrativo será suportado por meio de aportes preestabelecidos com essa finalidade, por repasses financeiros ou pagamentos diretos pelo ente federativo, devendo tal situação ser explicitada no Relatório da Avaliação Atuarial.

§ 3º Independentemente da forma de financiamento do custo administrativo, os recursos para essa finalidade deverão ser mantidos pela unidade orçamentária do RPPS por meio de Reserva Administrativa, para sua utilização de forma segregada dos recursos destinados ao pagamento dos benefícios.

§ 4º Os saldos remanescentes dos recursos destinados à Reserva Administrativa, apurados ao final de cada exercício, poderão ser revertidos para pagamento dos benefícios do RPPS, observando-se a legislação do ente federativo e mediante prévia aprovação de seu conselho deliberativo.

§ 5º Em caso de segregação da massa, deverá ser definida expressamente na legislação do ente federativo a forma de custeio e utilização dos recursos da Reserva Administrativa para administração dos benefícios do Fundo em Repartição e do Fundo em Capitalização.

§ 6º Sendo a legislação do ente federativo omissa em relação ao disposto no § 5º, deverá ser repartido, igualmente, entre os fundos, independentemente do número de segurados ou beneficiários que estejam a eles vinculados, o custeio administrativo do RPPS.

§ 7º Para garantia do equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS, as contribuições relativas ao plano de custeio destinado ao financiamento do custo administrativo do RPPS não são computadas para fins de verificação do limite previsto no art. 2º da Lei nº 9.717, de 1998.

Art. 52. Os recursos destinados ao financiamento do custo administrativo do RPPS deverão ser objeto de contínuo acompanhamento por parte, dentre outros:

I - do ente federativo, que deverá avaliar periodicamente o custo administrativo do RPPS;



II - da unidade gestora do RPPS, que deverá estabelecer processo contínuo de verificação dos repasses e da alocação dos recursos; e

III - dos conselhos deliberativo e fiscal do RPPS, que deverão zelar pela utilização dos recursos segundo os parâmetros gerais e observados os princípios que regem a Administração Pública.

## CAPÍTULO XV DO EQUACIONAMENTO DO DEFICIT ATUARIAL

Art. 53. No caso de a avaliação atuarial de encerramento do exercício apurar deficit atuarial, deverão ser adotadas medidas para o seu equacionamento.

§ 1º O Relatório da Avaliação Atuarial, com base no estudo específico da situação econômico-financeira e atuarial do RPPS, deverá identificar as principais causas do deficit atuarial por meio do balanço de ganhos e perdas atuariais, apresentar cenários com as possibilidades para seu equacionamento e os seus impactos e propor plano de equacionamento a ser implementado em lei pelo ente federativo.

§ 2º O equacionamento do deficit atuarial poderá consistir:

I - em plano de amortização com contribuição suplementar, na forma de alíquotas ou aportes mensais com valores preestabelecidos;

II - em segregação da massa; e

III - complementarmente, em:

a) aporte de bens, direitos e ativos, observado o disposto no art. 62;

b) aperfeiçoamento da legislação do RPPS e dos processos relativos à concessão, manutenção e pagamento dos benefícios; e

c) adoção de medidas que visem à melhoria da gestão integrada dos ativos e passivos do RPPS e da identificação e controle dos riscos atuariais do regime, conforme art. 73.

§ 3º Poderá ser implementado plano de equacionamento sem considerar o grupo de beneficiários que se enquadre na situação prevista no § 4º do art. 42, cujo pagamento dos benefícios deverá ser mantido diretamente pelo Tesouro.

§ 4º Em caso de deficit atuarial, poderá ser mantida a alíquota de contribuição relativa à cobertura do custo normal mesmo sendo esta superior àquela determinada pelo método de financiamento utilizado, para fins de amortização do deficit.

§ 5º A proposta do plano de equacionamento do deficit deverá ser disponibilizada pela unidade gestora do RPPS, juntamente com o estudo técnico que a fundamentou, aos beneficiários do RPPS.



U.F.P. 10  
L. 9.717  
L. 9.717

§ 6º O plano de equacionamento do deficit somente será considerado implementado a partir do seu estabelecimento em lei do ente federativo, observados o prazo e condições previstos no art. 49.

§ 7º Para garantia do equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS, as contribuições relativas ao plano de amortização do deficit não são computadas para fins de verificação do limite previsto no art. 2º da Lei nº 9.717, de 1998.

### **Seção I**

#### **Do equacionamento por plano de amortização**

Art. 54. Para assegurar o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS, o plano de amortização estabelecido em lei do ente federativo deverá observar os seguintes critérios, além daqueles previstos no art. 48:

I - garantir a solvência e liquidez do plano de benefícios, mantendo nível de arrecadação de contribuições e acumulação de reservas compatível com as suas obrigações futuras, a serem demonstrados por meio dos fluxos atuariais de que trata o art. 10;

II - que o montante de contribuição no exercício, na forma de alíquotas ou aportes, seja superior ao montante anual de juros do saldo do deficit atuarial do exercício;

III - que seja adotado plano que proporcione menor custo total, compatível com a capacidade orçamentária, financeira e fiscal do ente federativo;

IV - não poderá prever diferimento para início da exigibilidade das contribuições; e

V - contemplar as alíquotas e valores dos aportes para todo o período do plano.

§ 1º O plano de amortização será apresentado à Secretaria de Previdência na forma estabelecida por esse órgão em instrução normativa e deverá ser objeto de contínuo acompanhamento, nos termos do § 1º do art. 50.

§ 2º Em caso de instituição de RPPS deverá ser observado o previsto no art. 6º.

§ 3º Para atendimento ao requisito previsto no inciso V do caput, a lei que instituir ou alterar plano de amortização deverá identificar todas as alíquotas e aportes e respectivos períodos de exigência por meio de tabela, além de conter os prazos para repasse na forma do inciso I do art. 50, não se admitindo a simples menção a percentuais e a outros aspectos constantes da avaliação atuarial respectiva.

Art. 55. O plano de amortização deverá observar os critérios definidos em instrução normativa da Secretaria de Previdência, que disporá sobre:

I - o prazo máximo do plano de amortização, que, garantida a constituição de reservas necessárias para o cumprimento das obrigações do RPPS e atestado por meio do fluxo atuarial, poderá ser:

a) calculado de acordo com a duração do passivo do fluxo de pagamento dos benefícios do RPPS; ou



b) calculado com base na sobrevida média dos aposentados e pensionistas, no caso de amortização do deficit relativo à não cobertura integral das provisões matemáticas dos benefícios concedidos, e no tempo médio remanescente para aposentadoria, no caso de amortização do deficit relativo às provisões matemáticas de benefícios a conceder; ou

c) definido por um tempo geral, aplicável a todos os regimes e embasado nas regras vigentes de elegibilidade das aposentadorias programadas.

II - os percentuais mínimos do deficit a ser equacionado, que, assegurada a higidez do plano de benefícios do RPPS, poderão ser:

a) calculados de acordo com a duração do passivo do fluxo de pagamento dos benefícios do RPPS; ou

b) calculados com base na sobrevida média dos aposentados e pensionistas.

III - os percentuais mínimos de deficit que, em caso de sua elevação por ocasião das avaliações atuariais com data focal em 31 de dezembro de cada exercício, exigirão a revisão das contribuições previstas no plano de amortização já implementado em lei.

§ 1º O ente federativo deverá optar por uma das espécies de planos de amortização definidas na instrução normativa mencionada no caput, devendo constar, do Relatório da Avaliação Atuarial, em caso de modificação da modelagem adotada, a justificativa técnica para a alteração, com a demonstração dos seus impactos para o nível de solvência do RPPS.

§ 2º A alteração do plano de amortização poderá ser determinada pela Secretaria de Previdência, caso não sejam observados os critérios previstos nesta Portaria ou se identificadas situações que evidenciem riscos à solvência do regime.

§ 3º A revisão do plano de amortização, a que se refere o inciso III, implica a implementação, em lei, de novo plano em substituição ao anterior, contemplando a alteração das alíquotas e valores dos aportes para todo o período, observando-se, ainda, que:

a) em caso de planos de amortização cujos prazos foram calculados de acordo com as alíneas "a" e "b" do inciso I, o recálculo deverá ser efetuado por ocasião de sua revisão; e

b) em caso de planos de amortização com prazo de acordo com a alínea "c" do inciso I, o plano de amortização revisto deverá observar o prazo remanescente, contado a partir do marco inicial estabelecido na instrução normativa de que trata o caput.

§ 4º Os parâmetros relativos aos planos de amortização poderão ser adequados ao perfil de risco atuarial do RPPS, na forma do art. 77.



## Seção II

### Do equacionamento pela segregação da massa

Art. 56. Poderá ser implementada a segregação da massa dos beneficiários do RPPS, divididos entre o Fundo em Repartição e o Fundo em Capitalização, para o equacionamento do deficit do regime, observados os seguintes parâmetros:

I - atendimento aos princípios da eficiência e economicidade na alocação dos recursos financeiros do regime e na composição das submassas;

II - o Fundo em Repartição será constituído por um grupo fechado em extinção, sendo vedado o ingresso de novos segurados, os quais deverão ser alocados no Fundo em Capitalização;

III - para a definição da composição da submassa do Fundo em Capitalização, deverá ser considerado que a esse fundo serão vinculados os saldos de todos os recursos financeiros do RPPS acumulados anteriormente à implementação da segregação, para fazer frente aos compromissos desse grupo; e

IV - não se estabeleçam datas futuras para a composição da submassa do Fundo em Capitalização, à exceção, no que se refere ao parâmetro relativo ao ingresso de segurados ativos no ente federativo, do prazo previsto no art. 49 ou do início do funcionamento do Regime de Previdência Complementar cujo pedido tenha sido protocolado junto ao órgão federal competente dentro daquele prazo, conforme comprovação apresentada à Secretaria de Previdência.

Parágrafo único. Não devem ser utilizados outros modelos de agrupamentos ou desmembramentos de massas além daqueles dispostos neste artigo, à exceção do previsto no art. 61.

### Subseção I

#### • Do estudo para instituição da segregação da massa

Art. 57. A implementação da segregação da massa deve contemplar a análise de todos os aspectos relacionados à sua implantação e manutenção, levando em consideração os impactos para a gestão do ente federativo a curto, médio e longo prazos, e estar embasada em estudo técnico de impacto administrativo, financeiro, patrimonial e atuarial, que deverá demonstrar, além dos critérios previstos no art. 56:

I - a viabilidade orçamentária, financeira e fiscal para o ente federativo, na forma do art. 64;

II - os resultados atuariais e respectivas projeções de receitas e despesas do RPPS por meio de cenários que possibilitem a comparação entre a implantação de plano de amortização e do modelo proposto de composição dos fundos para a segregação da massa;

III - que a base cadastral contempla os dados de todos os beneficiários do RPPS;

IV - que as hipóteses são aderentes às características da massa na forma prevista no art. 17;



V - que os valores dos compromissos do plano de benefícios foram devidamente aferidos e que o plano de custeio a ser estabelecido assegura o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS;

VI - os bens, direitos e ativos a serem alocados ao Fundo em Repartição e ao Fundo em Capitalização, devendo ser observado que:

a) os recursos financeiros acumulados devem ser vinculados ao Fundo em Capitalização;

b) os recursos oriundos da compensação financeira entre os regimes previdenciários deverão ser alocados às respectivas massas; e

c) as receitas decorrentes dos termos de acordo de parcelamento existentes deverão ser apropriadas a cada fundo proporcionalmente aos valores das folhas de pagamento, sendo que os novos termos eventualmente firmados deverão ser elaborados distintamente.

VII - ter sido objeto de apreciação pelo conselho deliberativo do RPPS.

§ 1º O estudo técnico a que se refere este artigo deverá ser encaminhado à Secretaria de Previdência para análise de sua adequação à exigência do equilíbrio financeiro e atuarial, acompanhado da lei de instituição da segregação e dos documentos e informações previstos nos incisos I, III, IV, VI a VIII do art. 68.

§ 2º O ente federativo deverá encaminhar para análise da Secretaria de Previdência toda documentação prevista neste artigo em até 30 (trinta) dias contados da publicação da lei que instituiu a segregação.

§ 3º Em caso de não encaminhamento da documentação no prazo previsto no § 2º, será considerado que o ente federativo não demonstrou o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS, até que seja procedido aquele envio.

§ 4º Caso seja identificado pela Secretaria de Previdência o não atendimento aos parâmetros previstos nesta Portaria, o ente federativo deverá apresentar nova proposta de segregação da massa ou de estabelecimento de plano de amortização para sua aprovação prévia, devendo garantir que os recursos continuem sendo vertidos para a constituição de reservas do Fundo em Capitalização até que seja instituída, em lei, proposta adequada para equacionamento do déficit.

## **Subseção II**

### **Da implementação da segregação da massa**

Art. 58. A segregação da massa deverá ser implementada em até 90 (noventa) dias da data da publicação da lei de sua instituição, observando-se, a partir de sua implementação, que:

I - deverá ser realizada a alocação dos beneficiários ao Fundo em Repartição e ao Fundo em Capitalização, considerando a massa existente na data da sua publicação;

II - os saldos acumulados dos recursos financeiros do RPPS adicionados aos bens, direitos e demais ativos destinados ao Fundo em Capitalização deverão ser a ele



imediatamente vinculados e somente poderão ser utilizados para pagamento dos beneficiários desse fundo;

III - deverá ser promovida a separação orçamentária, financeira e contábil dos recursos e obrigações vinculados a cada um dos fundos;

IV - fica vedada transferência de beneficiários, recursos ou obrigações entre os fundos, não se admitindo, também, a previsão da destinação de contribuições de um grupo para o financiamento dos benefícios do outro, ressalvada a revisão da segregação de que trata o art. 60; e

V - as avaliações atuariais deverão considerá-la para fins do encaminhamento dos documentos e informações de que trata o art. 68 e apurar, por fundo, os custos, compromissos e resultado atuarial, sendo que o Fundo em Repartição deve ser avaliado por processo atuarial à taxa de juros de que trata o art. 27.

§ 1º Em caso de não atendimento ao disposto neste artigo, a segregação da massa instituída em lei não será considerada instrumento apto ao equacionamento do deficit atuarial do RPPS.

§ 2º O ente federativo e a unidade gestora do RPPS deverão adequar procedimentos e sistemas, especialmente relacionados às folhas de pagamento, aos controles contábeis e financeiros e à arrecadação das contribuições, de forma a garantir a separação orçamentária, financeira e contábil dos recursos do Fundo em Repartição e do Fundo em Capitalização.

### **Subseção III**

#### **Do acompanhamento da segregação da massa**

Art. 59. A estrutura de gestão do RPPS deve possibilitar o controle eficiente dos ativos e passivos previdenciários segregados por fundo, devendo a segregação da massa ser objeto de contínuo acompanhamento por parte, dentre outros:

I - do ente federativo, que deverá avaliar, periodicamente, os seus impactos orçamentários, financeiros e fiscais e adotar medidas para mitigar os riscos do não cumprimento do plano de custeio e aportes sob sua responsabilidade;

II - da unidade gestora do RPPS, que deverá estabelecer procedimentos que garantam os repasses das contribuições, dos pagamentos dos benefícios, da aplicação dos recursos, dentre outros, separados por fundo;

III - dos conselhos deliberativo e fiscal do RPPS, que deverão verificar a regularidade da separação orçamentária, financeira e contábil dos recursos e obrigações correspondentes; e

IV - do atuário responsável pela avaliação atuarial, que deverá demonstrar, nos Relatórios das Avaliações Atuariais, a evolução dos custos e compromissos de cada fundo, das receitas e despesas e dos ativos garantidores, indicando se há necessidade de adequação do plano de equacionamento.

Parágrafo único. O valor da insuficiência financeira mensal devida pelo ente federativo ao Fundo em Repartição:



I - deverá ser controlado pela unidade gestora do RPPS por poder, órgão e entidade, considerando os valores das contribuições e das folhas de pagamento dos respectivos beneficiários; e

II - poderá ser expresso em termos de aportes preestabelecidos ou de alíquotas incidentes sobre as folhas de pagamento, cabendo ao ente federativo a responsabilidade pela insuficiência que for superior ao plano de custeio estabelecido dessa forma.

#### **Subseção IV**

##### **Da revisão da segregação da massa**

Art. 60. O RPPS que implementar a segregação da massa somente poderá alterar os seus parâmetros ou desfazê-la por meio de apresentação do estudo técnico previsto no art. 57 e prévia aprovação da Secretaria de Previdência, devendo ser demonstrado o atendimento dos pressupostos que garantam a manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial do regime.

§ 1º O estudo técnico deverá comparar a atual situação do RPPS com o cenário decorrente da alteração proposta, demonstrando a solvência e liquidez do plano de benefícios, a manutenção de nível de acumulação de reservas compatível com as obrigações futuras do regime e a preservação dos recursos acumulados, na forma do inciso II do art. 58.

§ 2º Caso seja implementada revisão ou desfazimento da segregação da massa sem aprovação da Secretaria de Previdência, será por esta considerado que o ente federativo não demonstrou o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS, enquanto referido estudo não for apresentado, devendo ser observado o previsto no § 4º do art. 57.

§ 3º Poderá ser efetuada revisão da segregação da massa com a transferência de riscos do Fundo em Repartição para o Fundo em Capitalização sem necessidade de aprovação prévia por parte da Secretaria de Previdência, desde que atendidos, cumulativamente, os requisitos a seguir, que poderão ser ajustados por meio de instrução normativa da Secretaria de Previdência:

I - seja precedida de identificação e análise e do estabelecimento de controles dos riscos atuariais e operacionais, no mínimo, em relação à aderência das hipóteses de taxa de juros, de crescimento real das remunerações e de tábuas de sobrevivência;

II - as últimas 3 (três) avaliações atuariais do Fundo em Capitalização apresentem resultado superavitário, sem considerar eventual valor atual do plano de equacionamento de déficit;

III - seja estabelecido, em lei, critério objetivo de transferência dos beneficiários do Fundo em Repartição para o Fundo em Capitalização, e publicada, em ato normativo, a relação dos beneficiários que serão transferidos;

IV - o valor da provisão matemática relativa aos beneficiários a serem transferidos do Fundo em Repartição seja calculado com base no plano de custeio vigente e com a aplicação das mesmas hipóteses utilizadas para a massa do Fundo em Capitalização;



V - o valor da provisão matemática relativa aos beneficiários a serem transferidos do Fundo em Repartição, apurado antes de realizada a revisão, seja igual ou inferior à Margem para Revisão de Segregação, calculada pelo maior valor entre:

a) Margem para Revisão de Segregação =  $[(\text{Ativos garantidores dos compromissos do plano de benefícios}) / (1,15)] - [\text{Provisões Matemáticas dos Benefícios Concedidos e a Conceder do Fundo em Capitalização}];$  ou

b) Margem para Revisão de Segregação =  $[(\text{Ativos garantidores dos compromissos do plano de benefícios}) / (1 + (0,05 + 0,01 \times \text{duração do passivo do Fundo em Capitalização, em anos}))] - [\text{Provisões Matemáticas dos Benefícios Concedidos e a Conceder do Fundo em Capitalização}].$

VI - não sejam transferidos recursos financeiros acumulados do Fundo em Capitalização para o Fundo em Repartição.

§ 4º O estudo técnico que embasou a revisão de segregação de massa na forma prevista no § 3º deverá ser encaminhado à Secretaria de Previdência em até 30 dias contados da publicação da lei e, caso constatado o descumprimento dos requisitos estabelecidos ou a inadequação na composição dos fundos, será considerado não atendido o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS enquanto não revertida a revisão ou sanadas as pendências.

### Seção III Outras formas de modelagem atuarial

Art. 61. Considerando o porte e perfil do regime próprio, nos termos do § 2º do art. 2º e art. 77, poderá ser definida outra forma de estrutura atuarial do RPPS cujo estudo técnico, encaminhado para aprovação prévia da Secretaria de Previdência, tenha sido, comprovadamente, objeto de apreciação pelo conselho deliberativo do RPPS e demonstre a adoção de medidas que visem assegurar o equilíbrio financeiro e atuarial do sistema.

## CAPÍTULO XVI DO APOORTE DE BENS, DIREITOS E DEMAIS ATIVOS AO RPPS

Art. 62. Em adição ao equacionamento do deficit por plano de amortização ou segregação da massa, poderão ser aportados ao RPPS bens, direitos e demais ativos de qualquer natureza para constituição dos fundos referidos no art. 249 da Constituição Federal e no art. 6º da Lei nº 9.717, de 1998, desde que garantidas a solvência e a liquidez do plano de benefícios e a adequação do processo de análise e afetação aos princípios que regem a Administração Pública.

§ 1º O aporte ao RPPS de bens, direitos e demais ativos de qualquer natureza deverá observar, no mínimo, além das normas legais e regulamentares relativas à matéria, os seguintes parâmetros:

I - ser precedido de estudo técnico e processo transparente de avaliação e análise de viabilidade econômico-financeira;

II - observar a compatibilidade desses ativos com os prazos e taxas das obrigações presentes e futuras do RPPS;



III - ser aprovado pelo conselho deliberativo do RPPS;

IV - serem disponibilizados pela unidade gestora, aos beneficiários do RPPS, o estudo e o processo de avaliação e análise de sua viabilidade econômico-financeira; e

V - ter sido sua vinculação realizada por meio de lei do ente federativo.

§ 2º Em caso de segregação da massa, os bens, direitos e demais ativos poderão ser alocados ao Fundo em Repartição ou ao Fundo em Capitalização, ou serem utilizados para sua revisão, observadas as demais prescrições legais e os parâmetros estabelecidos nesta Portaria.

Art. 63. Para assegurar o caráter contributivo do RPPS e a solvência e liquidez do plano de benefícios, não poderão ser utilizados bens, direitos e demais ativos para dação em pagamento das obrigações relativas a contribuições vencidas.

Parágrafo único. Com relação às contribuições relativas ao plano de amortização do deficit vincendas, em caso de aporte de bens, direitos e demais ativos, já reconhecidos contábil e juridicamente como ativos garantidores do plano de benefícios do RPPS e que ensejem a alteração do plano de amortização, caberá à legislação do ente federativo disciplinar como se dará a substituição das obrigações correspondentes.

## **CAPÍTULO XVII**

### **DA DEMONSTRAÇÃO DE VIABILIDADE DO PLANO DE CUSTEIO**

Art. 64. Deverão ser garantidos os recursos econômicos suficientes para honrar os compromissos estabelecidos no plano de custeio e, na segregação da massa, cabendo ao ente federativo demonstrar a adequação do plano de custeio do RPPS à sua capacidade orçamentária e financeira e aos limites de gastos com pessoal impostos pela Lei Complementar nº 101, de 2000.

§ 1º Os estudos técnicos de implementação e revisão dos planos de custeio, inclusive de equacionamento de deficit atuarial e de alteração da estrutura atuarial do RPPS, deverão avaliar a viabilidade financeira, orçamentária e fiscal para o ente federativo e a garantia do equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS.

§ 2º A viabilidade financeira, orçamentária e fiscal do plano de custeio do RPPS será divulgada, pelo ente federativo e pela unidade gestora do RPPS, por meio do Demonstrativo de Viabilidade do Plano de Custeio, que deverá:

I - observar a estrutura e os elementos mínimos do modelo aprovado por instrução normativa editada pela Secretaria de Previdência;

II - contemplar, além das informações relativas às estimativas atuariais do RPPS, dados contábeis, financeiros, orçamentários e fiscais do ente federativo e respectivas projeções;

III - referir-se ao período de equacionamento do deficit atuarial; e

IV - ser encaminhado à Secretaria de Previdência nos prazos definidos por instrução normativa, aplicando-se o previsto no art. 77.



§ 3º Poderão ser solicitadas informações complementares àquelas previstas no modelo do demonstrativo a que se refere o § 2º, caso identificadas situações de riscos à liquidez e solvência do plano de benefícios.

§ 4º A responsabilidade pelas informações a serem prestadas no demonstrativo previsto no § 2º relativas às projeções atuariais do RPPS é do atuário e, pelos dados contábeis, financeiros, orçamentários e fiscais, do representante legal do ente federativo e do dirigente da unidade gestora do RPPS.

§ 5º Os conselhos deliberativo e fiscal do RPPS deverão acompanhar as informações do demonstrativo de que trata este artigo, as quais serão, ainda, encaminhadas aos órgãos de controle interno e externo para subsidiar a análise da capacidade orçamentária, financeira e fiscal do ente federativo para cumprimento do plano de custeio do RPPS.

## **CAPÍTULO XVIII DA REDUÇÃO DO PLANO DE CUSTEIO**

Art. 65. A redução do plano de custeio será admitida desde que:

I - seu fundamento seja demonstrado no Relatório da Avaliação Atuarial;

II - seja garantida a constituição de reservas necessárias para o cumprimento das obrigações do RPPS, atestando-se, por fluxo atuarial, que as receitas mensais projetadas relativas às contribuições normais e suplementares serão superiores aos valores das despesas com benefícios nos períodos em que houver redução das alíquotas ou aportes;

III - o total das aplicações de recursos de que tratam o art. 7º e o art. 8º da Resolução CMN nº 3.922, de 2010, seja superior às provisões matemáticas dos benefícios concedidos; e

III - sejam observados os demais critérios previstos nos arts. 49 e 55.

§ 1º A redução do plano de custeio dependerá de aprovação prévia da Secretaria de Previdência caso o método de financiamento não esteja sendo utilizado pelo RPPS há 5 (cinco) exercícios consecutivos, conforme inciso IV do art. 14.

§ 2º Em caso de segregação da massa, os parâmetros estabelecidos neste artigo se aplicam ao Fundo em Capitalização.

Art. 66. Implementada redução do plano de custeio do RPPS sem observância dos parâmetros estabelecidos nesta Portaria, será considerado que o ente federativo não demonstrou o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS até que o plano seja recomposto aos níveis anteriores.

Art. 67. A Secretaria de Previdência poderá determinar a adoção de hipóteses biométricas, demográficas, financeiras e econômicas com critérios prudenciais, objetivando a segurança da redução do plano de custeio para o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS, conforme previsto em instrução normativa por esta editada.



01.01.2019  
L. 1.000-02(2019)

Parágrafo único. A unidade gestora do RPPS, tendo como base os Relatórios das Avaliações Atuariais e de Análise das Hipóteses, deverá identificar, mensurar e avaliar a perenidade das causas que deram origem ao resultado atuarial apontado, atentando para a necessidade de liquidez para fazer frente aos compromissos do plano de benefícios

## **CAPÍTULO XIX**

### **DAS INFORMAÇÕES ATUARIAIS DOS RPPS**

Art. 68. Deverão ser encaminhados, pelos entes federativos, em atendimento ao previsto no parágrafo único do art. 9º da Lei nº 9.717, de 1998, os seguintes documentos e informações atuariais relativos ao RPPS, observados a estrutura e os elementos mínimos aprovados por instruções normativas da Secretaria de Previdência ou constantes do CADPREV:

- I - Nota Técnica Atuarial (NTA);
- II - Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial (DRAA);
- III - Fluxos atuariais;
- IV - Base cadastral utilizada na avaliação atuarial;
- V - Relatório da Avaliação Atuarial;
- VI - Demonstrativo de Duração do Passivo;
- VII - Demonstrativo de Viabilidade do Plano de Custeio; e
- VIII - Relatório de Análise das Hipóteses.

§ 1º As informações atuariais poderão ser agrupadas, desagrupadas ou incorporadas entre os documentos e arquivos a que se referem os incisos do caput, conforme definido pela Secretaria de Previdência.

§ 2º Os prazos de envio dos documentos de que trata o § 1º deverão observar o previsto em normas específicas.

§ 3º A Secretaria de Previdência deverá disponibilizar, em sua página eletrônica, informações atuariais dos RPPS provenientes dos documentos de que trata este artigo.

§ 4º Deverão ser divulgadas, pelo ente federativo e pela unidade gestora, aos beneficiários do RPPS e à sociedade, por meio de canal de comunicação de fácil acesso, preferencialmente, em seus sítios eletrônicos, informações sobre a situação financeira e atuarial do RPPS, utilizando linguagem clara e acessível.

§ 5º Os dirigentes do RPPS, os gestores e representantes legais do ente federativo e os atuários por eles habilitados são responsáveis pela veracidade das informações atuariais prestadas aos conselhos deliberativo e fiscal do regime, à Secretaria de Previdência e aos órgãos de controle interno e externo.



§ 6º A Secretaria de Previdência realizará estudos, a partir das informações atuariais de que trata este artigo, para fins de consolidação dos resultados globais apurados pelo conjunto dos RPPS e divulgação dos dados relativos à previdência do servidor público, podendo utilizar métodos, hipóteses e premissas uniformes para possibilitar a comparabilidade entre os regimes.

§ 7º A exigência das informações de que trata este artigo poderá ser adequada ao porte e perfil de risco atuarial do RPPS, na forma do art. 77.

### **Seção I**

#### **Do Demonstrativo do Resultado da Avaliação Atuarial (DRAA)**

Art. 69. As informações relativas às avaliações atuariais dos RPPS deverão ser encaminhadas à Secretaria de Previdência por meio do Demonstrativo do Resultado da Avaliação Atuarial (DRAA).

§ 1º O envio do DRAA deve ser precedido da NTA que fundamenta a avaliação atuarial a que se reporta.

§ 2º O sistema de recepção do DRAA disponibilizado pela Secretaria de Previdência contempla o cadastro das principais informações da avaliação atuarial do RPPS, por meio de suas bases normativa, cadastral e técnica e de seus resultados.

§ 3º No ato do preenchimento e envio do DRAA, será gerado comprovante no qual os seguintes responsáveis atestarão a veracidade e correspondência entre as informações contidas no DRAA com aquelas constantes do Relatório da Avaliação Atuarial e dos fluxos atuariais:

- I - o representante legal do ente federativo;
- II - o dirigente da unidade gestora do RPPS;
- III - o representante do conselho deliberativo do RPPS; e
- IV - o atuário responsável pela avaliação atuarial.

§ 4º Os entes federativos de que trata o art. 7º ou que possuem RPPS mas mantêm massa de beneficiários sob responsabilidade financeira do Tesouro, relativamente a essa massa, deverão encaminhar o DRAA de forma simplificada, nos termos definidos pela Secretaria de Previdência.

§ 5º A responsabilidade pelo envio do DRAA é do ente federativo e da unidade gestora do RPPS, a partir das informações prestadas pelo atuário responsável pela avaliação atuarial e constantes do respectivo Relatório da Avaliação Atuarial.

### **Seção II**

#### **Do Relatório da Avaliação Atuarial**

Art. 70. O Relatório da Avaliação Atuarial deverá observar a estrutura e os elementos mínimos do modelo aprovado por instrução normativa editada pela Secretaria de Previdência, conter o Parecer Atuarial e ser assinado pelo atuário responsável pela avaliação.



§ 1º Além de outras informações previstas nesta Portaria, o Relatório da Avaliação Atuarial deverá conter:

- I - a descrição da base de dados e a certificação do nível de sua adequação;
- II - a descrição das hipóteses atuariais e os fundamentos da sua utilização e, se for o caso, a análise de sensibilidade do resultado à alteração das principais hipóteses utilizadas na avaliação atuarial;
- III - a demonstração dos resultados e análises das projeções atuariais;
- IV - informações circunstanciadas sobre a situação atuarial do plano de benefícios dos RPPS, dispondo, quando for o caso, sobre as principais causas do superavit ou do déficit apontado;
- V - a definição do plano de custeio de equilíbrio do RPPS, e, em decorrência, os valores dos custos normal e suplementar e dos compromissos do plano de benefícios, indicando, se for o caso, a necessidade de revisão do plano vigente;
- VI - a indicação, dentre aquelas previstas na legislação aplicável, das medidas para o equacionamento de déficit e para a busca e manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial, demonstrando os cenários e os seus impactos;
- VII - a recomendação da medida a ser adotada pelo ente federativo para o equacionamento de déficit e das demais ações que deverão pautar a busca da sustentabilidade de longo prazo do RPPS;
- VIII - a evidenciação dos custos e compromissos do plano de benefícios do RPPS para as massas de que tratam os §§ 1º e 4º do art. 10, se for o caso;
- IX - a análise comparativa entre os resultados das três últimas avaliações atuariais, indicando as maiores alterações e os prováveis motivos;
- X - informações repassadas pela unidade gestora do RPPS relativas a:
  - a) execução do plano de custeio vigente, no decorrer do exercício, no que se refere à regularidade do repasse das contribuições normais e suplementares; e
  - b) implementação ou não dos planos de custeio e de amortização do déficit estabelecidos na última avaliação atuarial realizada e as razões alegadas para sua não implementação.
- XI - como anexo, a demonstração dos ganhos e perdas atuariais, na forma disposta em instrução normativa da Secretaria de Previdência.

§ 2º O Relatório da Avaliação Atuarial com data focal em 31 de dezembro deverá ser anexado, juntamente com nota elaborada pela unidade gestora do RPPS, como anexo ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias do exercício seguinte, em atendimento à exigência da avaliação da situação financeira e atuarial do RPPS prevista no art. 4º, § 2º, inciso IV, "a" da Lei Complementar nº 101, de 2000.

§ 3º O conteúdo do Relatório da Avaliação Atuarial de que trata este artigo poderá ser adequado ao porte e perfil de risco atuarial do RPPS, na forma do art. 77.



### **Seção III**

#### **Da análise das informações atuariais**

Art. 71. A Secretaria de Previdência realizará a análise e acompanhamento das informações atuariais dos RPPS e identificará, por meio de notificações e documentos por ela produzidos, as situações não aderentes às normas de atuária aplicáveis a esses regimes.

§ 1º Os entes federativos serão comunicados, por meio eletrônico, dos resultados das análises, devendo consultar, periodicamente, no CADPREV, as notificações e demais documentos, bem como eventuais pendências.

§ 2º Os prazos para adoção de providências, pelo ente federativo e a unidade gestora do RPPS, começam a correr a partir da data da disponibilização das notificações e pareceres no CADPREV.

§ 3º Os procedimentos relativos à emissão das notificações, análise das respostas e das justificativas e solicitações encaminhadas pelos entes federativos, bem como de concessão de prazos para apresentação de documentos ou comprovação de adequação deverão observar o disposto em instrução normativa editada pela Secretaria de Previdência.

§ 4º A Secretaria de Previdência poderá determinar que os documentos previstos no art. 68 sejam corrigidos para adequação de suas informações.

Art. 72. Os documentos, bancos de dados e informações que deram suporte às avaliações atuariais do RPPS e aos demais estudos técnicos previstos nesta Portaria e em instruções normativas da Secretaria de Previdência deverão permanecer arquivados na unidade gestora do RPPS à sua disposição pelo prazo de 10 (dez) anos.

### **CAPÍTULO XX**

#### **DA GESTÃO ATUARIAL**

Art. 73. Para garantir a solvência e liquidez do plano de benefícios deverão ser adotadas medidas de aperfeiçoamento da gestão dos ativos e passivos do RPPS e assegurada a participação dos conselhos deliberativo e fiscal em seu acompanhamento.

Parágrafo único. As medidas incluem definição, acompanhamento e controle das bases normativa, cadastral e técnica e dos resultados da avaliação atuarial, estabelecimento do plano de custeio e do equacionamento do deficit, além de ações relacionadas à concessão, manutenção e pagamento dos benefícios e às políticas de gestão de pessoal que contribuam para assegurar a transparência, solvência, liquidez e equilíbrio econômico, financeiro e atuarial do plano de benefícios do RPPS.

Art. 74. Deverá ser implementado plano institucionalizado de identificação, controle e tratamento dos riscos atuariais, promovendo o contínuo acompanhamento do equilíbrio entre os compromissos do plano de benefícios e os respectivos ativos garantidores, inclusive verificando a evolução das provisões matemáticas.

§ 1º Deverá ser elaborada avaliação atuarial no período compreendido entre duas avaliações atuariais anuais caso seja verificada a ocorrência de fato relevante para



a deterioração da situação financeira e atuarial do RPPS ou em decorrência de alteração de disposições do seu plano de benefícios.

§ 2º Em caso de legislação do ente federativo publicada posteriormente à data de elaboração da avaliação atuarial anual que altere a estruturação atuarial ou o plano de custeio do RPPS e que não tenha sido considerada nessa avaliação, deverá ser elaborado novo estudo atuarial e reencaminhado o DRAA e os documentos previstos no art. 68, que somente serão considerados aptos para regularidade do equilíbrio financeiro e atuarial após análise da Secretaria de Previdência.

Art. 75. Na hipótese de alteração legal relacionada à estrutura funcional e remuneratória dos segurados ativos do RPPS, à ampliação e reformulação dos quadros existentes e às demais políticas de pessoal do ente federativo que possam provocar a majoração potencial dos benefícios do regime próprio, a unidade gestora, a partir de estudo técnico elaborado por atuário legalmente habilitado, acompanhado das premissas e metodologia de cálculo utilizadas, deverá demonstrar a estimativa do seu impacto para o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS.

Parágrafo único. O ente federativo deverá prever fontes de custeio e adotar medidas para o equacionamento do déficit se a proposta de que trata o caput agravar a situação de desequilíbrio financeiro ou atuarial do RPPS.

Art. 76. O ente federativo e a unidade gestora do RPPS poderão realizar auditorias atuariais periódicas, por atuário legalmente habilitado, para verificar e avaliar a coerência e a consistência das avaliações atuariais, atendidas as disposições legais e as determinações dos conselhos deliberativo ou fiscal do RPPS.

## CAPÍTULO XXI DO PERFIL ATUARIAL DOS RPPS

Art. 77. A Secretaria de Previdência estabelecerá perfil de risco atuarial dos RPPS, por meio de matriz de risco, que considere o porte do regime e as informações constantes do CADPREV e do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - SICONFI.

§ 1º Além dos elementos referidos no caput, a matriz de risco de que trata este artigo poderá embasar-se, dentre outros:

I - no Indicador de Situação Previdenciária dos RPPS - ISP-RPPS de que trata o inciso V do art. 30 da Portaria MPS nº 402, de 10 de dezembro de 2008; e

II - na obtenção de certificação institucional em um dos níveis de aderência do Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos RPPS - Pró-Gestão RPPS, instituído pela Portaria MPS nº 185, de 14 de maio de 2015.

§ 2º A partir da definição do porte e do perfil de risco atuarial de cada RPPS, poderão ser aplicados, conforme previsto no § 2º do art. 2º, parâmetros distintos dos estabelecidos nesta Portaria, conforme critérios definidos por instrução normativa editada pela Secretaria de Previdência, e poderão ser apresentados modelos de estruturação atuarial nos termos do art. 61.



§ 3º A Secretaria de Previdência publicará relação dos RPPS por grupo de risco atuarial, a qual terá validade pelos 3 (três) exercícios subsequentes à sua publicação.

§ 4º Sem prejuízo do disposto no § 3º, os indicadores utilizados para classificação do risco atuarial dos RPPS poderão ser atualizados anualmente, para:

I - acompanhamento das informações e verificação da necessidade de alterações e aperfeiçoamentos da metodologia utilizada a serem promovidos na próxima revisão da relação dos RPPS por grupo de risco; e

II - identificação de fato relevante para a situação financeira e atuarial do RPPS que venha a colocar em risco de solvência e liquidez o plano de benefícios.

§ 5º Na situação de que trata o inciso II do § 4º, o RPPS poderá ter seu grupo de risco atuarial alterado, excepcionalmente, em prazo inferior àquele previsto no 3º, sendo comunicado, pela Secretaria de Previdência, dos efeitos dessa reclassificação e dos prazos para adequação aos parâmetros do grupo para o qual foi realocado.

## **CAPÍTULO XXII** **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 78. Independentemente da forma de estruturação do RPPS, as eventuais insuficiências financeiras para o pagamento dos benefícios previstos no Plano de Benefícios são, nos termos das normas gerais de organização e funcionamento desses regimes, de responsabilidade orçamentária do respectivo ente federativo.

Art. 79. A aplicação dos parâmetros previstos nesta Portaria é facultativa para a avaliação atuarial relativa ao exercício de 2019, posicionada em 31 de dezembro de 2018, e obrigatória para as avaliações atuariais seguintes.

Art. 80. Instruções normativas da Secretaria de Previdência estabelecerão os prazos para envio dos documentos e informações previstas nesta Portaria, observados, no que couber, o porte e perfil de risco atuarial do RPPS na forma do art. 77.

Art. 81. Os entes federativos que implementaram planos de amortização anteriores à vigência desta Portaria poderão repactuar o equacionamento dos deficit atuariais nas novas condições estabelecidas, conforme instrução normativa da Secretaria de Previdência.

Art. 82. Os entes federativos que efetuaram, até 31 de maio de 2018, a revisão da segregação da massa sem aprovação da Secretaria de Previdência poderão apresentar, para sua análise e parecer, plano de adequação com a constituição de submassas, constituição de fundos ou outros arranjos atuariais, na forma do art. 61.

Art. 83. Em caso de necessidade de adequação das funcionalidades do CADPREV ou de outros sistemas que venham a ser utilizados pela Secretaria de Previdência e de estruturação das atividades de acompanhamento e supervisão, esta Secretaria poderá suspender, provisoriamente, por meio de instrução normativa, a obrigatoriedade de envio das informações e adoção dos procedimentos previstos nesta Portaria.



Art. 84. Para os fins desta Portaria e das instruções normativas dela decorrentes, consideram-se os conceitos definidos no Anexo.

Art. 85. Os casos omissos serão dirimidos pela Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda.

Art. 86. Fica revogada a Portaria MPS nº 403, de 10 de dezembro de 2008.

Art. 87. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ANA PAULA VITALI JANES VESCOVI**

### **ANEXO - DOS CONCEITOS**

1. Alíquota de contribuição normal: percentual de contribuição, instituído em lei do ente federativo, definido, a cada ano, para cobertura do custo normal e cujos valores são destinados à constituição de reservas com a finalidade de prover o pagamento de benefícios.
2. Alíquota de contribuição suplementar: percentual de contribuição extraordinária, estabelecido em lei do ente federativo, para cobertura do custo suplementar e equacionamento do deficit atuarial.
3. Análise de sensibilidade: método que busca mensurar o efeito de uma hipótese ou premissa no resultado final de um estudo ou avaliação atuarial.
4. Aposentadoria: benefício concedido aos segurados ativos do RPPS em prestações continuadas e nas condições previstas na Constituição Federal, nas normas gerais de organização e funcionamento desses regimes e na legislação do ente federativo.
5. Aposentadoria por invalidez: benefício concedido aos segurados do RPPS que, por doença ou acidente, forem considerados, por perícia médica do ente federativo ou da unidade gestora do RPPS, incapacitados para exercer suas atividades ou outro tipo de serviço que lhes garanta o sustento, nas condições previstas na Constituição Federal, nas normas gerais de organização e funcionamento desses regimes e na legislação do ente federativo.
6. Ativos garantidores dos compromissos do plano de benefícios: somatório dos recursos provenientes das contribuições, das disponibilidades decorrentes das receitas correntes e de capital e demais ingressos financeiros auferidos pelo RPPS, e dos bens, direitos, ativos financeiros e ativos de qualquer natureza vinculados, por lei, ao regime, destacados como investimentos e avaliados pelo seu valor justo, conforme normas contábeis aplicáveis ao setor público, excluídos os recursos relativos ao financiamento do custo administrativo do regime e aqueles vinculados aos fundos para oscilação de riscos e os valores das provisões para pagamento dos benefícios avaliados em regime de repartição simples e de repartição de capitais de cobertura.



7. Atuário: profissional técnico especializado, bacharel em Ciências Atuariais e legalmente habilitado para o exercício da profissão nos termos do Decreto-lei nº 806, de 04 de setembro de 1969.

8. Auditoria atuarial: exame dos aspectos atuariais do plano de benefícios do RPPS realizado por atuário ou empresa de consultoria atuarial certificada, na forma de instrução normativa específica, com o objetivo de verificar e avaliar a coerência e a consistência da base cadastral, das bases técnicas adotadas, da adequação do plano de custeio, dos montantes estimados para as provisões (reservas) matemáticas e fundos de natureza atuarial, bem como de demais aspectos que possam comprometer a liquidez e solvência do plano de benefícios.

9. Avaliação atuarial: documento elaborado por atuário, em conformidade com as bases técnicas estabelecidas para o plano de benefícios do RPPS, que caracteriza a população segurada e a base cadastral utilizada, discrimina os encargos, estima os recursos necessários e as alíquotas de contribuição normal e suplementar do plano de custeio de equilíbrio para todos os benefícios do plano, que apresenta os montantes dos fundos de natureza atuarial, das reservas técnicas e provisões matemáticas a contabilizar, o fluxo atuarial e as projeções atuariais exigidas pela legislação pertinente e que contem parecer atuarial conclusivo relativo à solvência e liquidez do plano de benefícios.

10. Bases técnicas: premissas, pressupostos, hipóteses e parâmetros biométricos, demográficos, econômicos e financeiros utilizados e adotados no plano de benefícios pelo atuário, com a concordância dos representantes do RPPS, adequados e aderentes às características da massa de segurados e beneficiários do RPPS e ao seu regramento. Como bases técnicas entendem-se, também, os regimes financeiros adotados para o financiamento dos benefícios, as tábuas biométricas utilizadas, bem como fatores e taxas utilizados para a estimação de receitas e encargos.

11. Beneficiário: a pessoa física amparada pela cobertura previdenciária do RPPS, compreendendo o segurado e seus dependentes.

12. Conselho deliberativo: órgão colegiado instituído na estrutura do ente federativo ou da unidade gestora do RPPS para o atendimento ao critério de organização e funcionamento desse regime pelo qual deve ser garantida a participação de representantes dos beneficiários do regime, nos colegiados ou instâncias de decisão em que seus interesses sejam objeto de discussão e deliberação.

13. Conselho fiscal: órgão colegiado instituído na estrutura do ente federativo ou da unidade gestora do RPPS que supervisiona a execução das políticas formuladas pelo conselho deliberativo e as medidas e ações desenvolvidas pelo órgão de direção do RPPS.

14. Custeio administrativo: é a contribuição considerada na avaliação atuarial, expressa em alíquota e estabelecida em lei para o financiamento do custo administrativo do RPPS.

15. Custo administrativo: o valor correspondente às necessidades de custeio das despesas correntes e de capital necessárias à organização e ao funcionamento da unidade gestora do RPPS, inclusive para a conservação de seu patrimônio, conforme limites estabelecidos em parâmetros gerais.



16. Custo normal: o valor correspondente às necessidades de custeio do plano de benefícios do RPPS, atuariamente calculadas, conforme os regimes financeiros adotados, referentes a períodos compreendidos entre a data da avaliação e a data de início dos benefícios.

17. Custo suplementar: o valor correspondente às necessidades de custeio, atuarialmente calculadas, destinado à cobertura do tempo de serviço passado, ao equacionamento de deficit gerados pela ausência ou insuficiência de alíquotas de contribuição, inadequação das bases técnicas ou outras causas que ocasionaram a insuficiência de ativos necessários à cobertura das provisões matemáticas previdenciárias, de responsabilidade de todos os poderes, órgãos e entidades do ente federativo.

18. Data focal da avaliação atuarial: data na qual foram posicionados, a valor presente, os encargos, as contribuições e aportes relativos ao plano de benefícios, bem como o ativo real líquido e na qual foi apurado o resultado e a situação atuarial do plano. Nas avaliações atuariais anuais, a data focal é a data do último dia do ano civil, 31 de dezembro.

19. Deficit atuarial: resultado negativo apurado por meio do confronto entre o somatório dos ativos garantidores dos compromissos do plano de benefícios e os valores atuais do fluxo de contribuições futuras, do fluxo dos valores líquidos da compensação financeira a receber e do fluxo dos parcelamentos vigentes a receber, menos o somatório dos valores atuais dos fluxos futuros de pagamento dos benefícios do plano de benefícios.

20. Deficit financeiro: valor da insuficiência financeira, período a período, apurada por meio do confronto entre o fluxo das receitas e o fluxo das despesas do RPPS em cada exercício financeiro.

21. Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial (DRAA): documento elaborado em conformidade com os atos normativos da Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda, exclusivo de cada RPPS, que demonstra, de forma resumida, as características gerais do plano de benefícios, da massa segurada pelo plano e os principais resultados da avaliação atuarial.

22. Dependente previdenciário: a pessoa física que mantenha vinculação previdenciária com o segurado, na forma da lei.

23. Dirigente da unidade gestora do RPPS: representante legal da unidade gestora do RPPS que compõe o seu órgão de direção ou diretoria executiva.

24. Duração do passivo: a média ponderada dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios de cada plano, líquidos de contribuições incidentes sobre esses benefícios, conforme instrução normativa da Secretaria de Previdência.

25. Ente federativo: a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

26. Equacionamento de deficit atuarial: decisão do ente federativo quanto às formas, prazos, valores e condições em que se dará o completo reequilíbrio do plano de benefícios do RPPS, observadas as normas legais e regulamentares.

27. Equilíbrio atuarial: garantia de equivalência, a valor presente, entre o fluxo das receitas estimadas e das obrigações projetadas, ambas estimadas e projetadas atuarialmente, até a extinção da massa de segurados a que se refere; expressão utilizada



para denotar a igualdade entre o total dos recursos garantidores do plano de benefícios do RPPS, acrescido das contribuições futuras e direitos, e o total de compromissos atuais e futuros do regime.

28. Equilíbrio financeiro: garantia de equivalência entre as receitas auferidas e as obrigações do RPPS em cada exercício financeiro.

29. Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média: a média das Estruturas a Termo de Taxa de Juros diárias embasadas nos títulos públicos federais indexados ao Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA, conforme instrução normativa da Secretaria de Previdência.

30. Evento gerador do benefício: evento que gera o direito e torna o segurado do RPPS ou o seu dependente elegível ao benefício.

31. Fluxo atuarial: discriminação dos fluxos de recursos, direitos, receitas e encargos do plano de benefícios do RPPS, benefício a benefício, período a período, que se trazidos a valor presente pela taxa atuarial de juros adotada no plano, convergem para os resultados do Valor Atual dos Benefícios Futuros e do Valor Atual das Contribuições Futuras que deram origem aos montantes dos fundos de natureza atuarial, às provisões matemáticas (reservas) a contabilizar e ao eventual déficit ou superavit apurados da avaliação atuarial.

32. Fundo em capitalização: fundo especial, instituído nos termos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, com a finalidade de acumulação de recursos para pagamento dos compromissos definidos no Plano de Benefícios do RPPS, no qual o benefício de aposentadoria por tempo de contribuição e idade foi estruturado sob o regime financeiro de capitalização e os demais benefícios em conformidade com as regras dispostas nesta Portaria.

33. Fundo em repartição: fundo especial, instituído nos termos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, em caso de segregação da massa, em que as contribuições a serem pagas pelo ente federativo, pelos segurados ativos, aposentados e pensionistas vinculados ao RPPS são fixadas sem objetivo de acumulação de recursos, sendo as insuficiências aportadas pelo ente federativo, admitida a constituição de fundo para oscilação de riscos.

34. Fundo para oscilação de riscos: valor destinado à cobertura de riscos decorrentes de desvios das hipóteses adotadas na avaliação atuarial ou com o objetivo de antisseleção de riscos, cuja finalidade é manter nível de estabilidade do plano de custeio do RPPS e garantir sua solvência.

35. Ganhos e perdas atuariais: demonstrativo sobre o ajuste entre a realidade e a expectativa que se tinha quando da formulação do plano de custeio, acerca do comportamento das hipóteses ou premissas atuariais.

36. Meta de rentabilidade: é a taxa real anual de retorno esperada dos ativos garantidores dos compromissos do plano de benefícios, definida pela política de investimentos do RPPS.

37. Método de financiamento atuarial: metodologia adotada pelo atuário para estabelecer o nível de constituição das reservas necessárias à cobertura dos benefícios estruturados no regime financeiro de capitalização, em face das características



biométricas, demográficas, econômicas e financeiras dos segurados e beneficiários do RPPS.

0 F. 1.º / 08  
L. 1.º - Data: 13

38. Nota técnica atuarial (NTA): documento técnico elaborado por atuário e exclusivo de cada RPPS, em conformidade com a instrução normativa emanada da Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda, que contém todas as formulações e expressões de cálculo das alíquotas de contribuição e dos encargos do plano de benefícios, das provisões (reservas) matemáticas previdenciárias e fundos de natureza atuarial, em conformidade com as bases técnicas aderentes à população do RPPS, bem como descreve, de forma clara e precisa, as características gerais dos benefícios, as bases técnicas adotadas e metodologias utilizadas nas formulações.

39. Órgãos de controle externo: Os tribunais de contas, responsáveis pela fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos entes federativos e entidades da Administração Pública direta e indireta, nos termos dos arts. 70 a 75 da Constituição Federal e respectivas constituições estaduais, e dos RPPS, na forma do inciso IX do art. 1º da Lei nº 9.717, de 1998.

40. Parecer atuarial: documento emitido por atuário que apresenta de forma conclusiva a situação financeira e atuarial do plano de benefícios, no que se refere à sua liquidez de curto prazo e solvência, que certifica a adequação da base cadastral e das bases técnicas utilizadas na avaliação atuarial, a regularidade ou não do repasse de contribuições ao RPPS e a observância do plano de custeio vigente, a discrepância ou não entre o plano de custeio vigente e o plano de custeio de equilíbrio estabelecido na última avaliação atuarial e aponta medidas para a busca e manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial.

41. Passivo atuarial: é o valor presente, atuarialmente calculado, dos benefícios referentes aos servidores, dado determinado método de financiamento do plano de benefícios.

42. Pensionista: o dependente em gozo de pensão previdenciária em decorrência de falecimento do segurado ao qual se encontrava vinculado.

43. Plano de benefícios: benefícios de natureza previdenciária oferecidos aos segurados do RPPS, segundo as regras constitucionais e legais, limitados ao conjunto estabelecido para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

44. Plano de custeio: conjunto de alíquotas normais e suplementares e de aportes, discriminados por benefício, para financiamento do plano de benefícios e dos custos com a administração desse plano, necessários para se garantir o equilíbrio financeiro e atuarial do plano de benefícios.

45. Plano de custeio de equilíbrio: conjunto de alíquotas normais e suplementares e de aportes, discriminadas por benefício, para financiamento do Plano de Benefícios e dos custos com a administração desse plano, necessárias para se garantir o equilíbrio financeiro e atuarial do plano de benefícios, proposto na avaliação atuarial.

46. Plano de custeio vigente: conjunto de alíquotas normais e suplementares e de aportes para financiamento do plano de benefícios e dos custos com a administração desse plano, estabelecido em lei pelo ente federativo e vigente na posição da avaliação atuarial.



47. Projeções atuariais com as alíquotas de equilíbrio: compreendem as projeções de todas as receitas e despesas do RPPS, considerando o fluxo atuarial dos benefícios calculados pelo regime financeiro de capitalização, os benefícios calculados por capitais de cobertura e os benefícios calculados por repartição simples e taxa de administração, calculados com base nas novas alíquotas de equilíbrio, para atender as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal.

48. Projeções atuariais com as alíquotas vigentes: compreendem as projeções de todas as receitas e despesas do RPPS, considerando o fluxo atuarial dos benefícios calculados pelo regime financeiro de capitalização, os benefícios calculados por repartição de capitais de cobertura, os benefícios calculados por repartição simples e taxa de administração, calculados com base nas alíquotas vigentes, para atender as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal.

49. Provisão matemática de benefícios a conceder: corresponde ao valor presente dos encargos (compromissos) com um determinado benefício não concedido, líquidos das contribuições futuras e aportes futuros, ambos também a valor presente.

50. Provisão matemática de benefícios concedidos: corresponde ao valor presente dos encargos (compromissos) com um determinado benefício já concedido, líquidos das contribuições futuras e aportes futuros, ambos também a valor presente.

51. Regime financeiro de capitalização: regime onde há a formação de uma massa de recursos, acumulada durante o período de contribuição, capaz de garantir a geração de receitas equivalentes ao fluxo de fundos integralmente constituídos, para garantia dos benefícios iniciados após o período de acumulação dos recursos.

52. Regime financeiro de repartição de capitais de cobertura: regime no qual o valor atual do fluxo de contribuições normais futuras de um único exercício é igual ao valor atual de todo o fluxo de pagamento de benefícios futuros, fluxo esse considerado até sua extinção e apenas para benefícios cujo evento gerador do benefício venha ocorrer naquele único exercício.

53. Regime financeiro de repartição simples: regime em que o valor atual do fluxo de contribuições normais futuras de um único exercício é igual ao valor atual de todo o fluxo de benefícios futuros cujo pagamento venha a ocorrer nesse mesmo exercício.

54. Regime Geral de Previdência Social - RGPS: regime de filiação obrigatória para os trabalhadores não vinculados a regime próprio de previdência social.

55. Regime Próprio de Previdência Social - RPPS: o regime de previdência estabelecido no âmbito do ente federativo e que assegure por lei, a todos os servidores titulares de cargo efetivos, pelo menos os benefícios de aposentadoria e pensão por morte previstos no art. 40 da Constituição Federal.

56. Relatório da avaliação atuarial: documento elaborado por atuário legalmente habilitado que apresenta os resultados do estudo técnico desenvolvido, baseado na Nota Técnica Atuarial e demais bases técnicas, com o objetivo principal de estabelecer, de forma suficiente e adequada, os recursos necessários para a garantia do equilíbrio financeiro e atuarial do plano de previdência.

57. Relatório de análise das hipóteses: instrumento de responsabilidade da unidade gestora do RPPS, elaborado por atuário legalmente responsável, pelo qual demonstra-se



121  
1  
F. 121

a adequação e aderência das bases técnicas adotadas na avaliação atuarial do regime próprio às características da massa de beneficiários do regime, às normas gerais de organização e funcionamento dos RPPS e às normas editadas pelo ente federativo.

58. Reserva administrativa: constituída com os recursos destinados ao financiamento do custo administrativo do RPPS, relativos ao exercício corrente ou de sobras de custeio de exercícios anteriores e respectivos rendimentos, provenientes de alíquota de contribuição integrante do plano de custeio normal, aportes preestabelecidos para essa finalidade, repasses financeiros ou pagamentos diretos pelo ente federativo ou destinados a fundo administrativo instituído nos termos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

59. Reserva de contingência: montante decorrente do resultado superavitário, para garantia de benefícios.

60. Resultado atuarial: resultado apurado por meio do confronto entre o somatório dos ativos garantidores dos compromissos do plano de benefícios com os valores atuais do fluxo de contribuições futuras, do fluxo dos valores líquidos da compensação financeira a receber, menos o somatório dos valores atuais dos fluxos futuros de pagamento dos benefícios do plano de benefícios, sendo superavitário caso as receitas superem as despesas, e, deficitário, em caso contrário.

61. Segregação da massa: a separação dos segurados do plano de benefícios do RPPS em grupos distintos que integrarão o Fundo em Capitalização e o Fundo em Repartição.

62. Segurado: o servidor público civil titular de cargo efetivo, o magistrado e o membro do Ministério Público e de tribunal de contas, ativo e aposentado; o militar estadual ativo, da reserva remunerada ou reformado, com vinculação previdenciária ao RPPS, abrangendo os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, instituições, órgãos e entidades autônomas.

63. Segurado aposentado: o segurado em gozo de aposentadoria.

64. Segurado ativo: o segurado que esteja em fase laborativa.

65. Serviço passado: parcela do passivo atuarial do servidor ativo correspondente ao período anterior a seu ingresso no RPPS do ente, para a qual não exista compensação previdenciária integral. No caso do aposentado ou pensionista, é a parcela do passivo atuarial referente a esses beneficiários, relativa ao período anterior à assunção pelo regime próprio e para o qual não houve contribuição para o correspondente custeio.

66. Sobrevida média dos aposentados e pensionistas: representa a sobrevida média da tábua de mortalidade na data da avaliação atuarial e expresso em anos dos aposentados, pensionistas vitalícios e da duração do tempo do benefício das pensões temporárias, conforme instrução normativa da Secretaria de Previdência.

67. Superavit atuarial: resultado positivo apurado por meio do confronto entre o somatório dos ativos garantidores dos compromissos do plano de benefícios com os valores atuais do fluxo de contribuições futuras e do fluxo dos valores líquidos da compensação financeira a receber, menos o somatório dos valores atuais dos fluxos futuros de pagamento dos benefícios do plano de benefícios.



68. Tábuas biométricas: instrumentos demográficos estatísticos utilizados nas bases técnicas da avaliação atuarial que estimam as probabilidades de ocorrência de eventos relacionados de determinado grupo de pessoas, tais como: sobrevivência, mortalidade, invalidez, morbidade, etc.

69. Taxa atuarial de juros: é a taxa anual de retorno esperada dos ativos garantidores dos compromissos do plano de benefícios do RPPS, no horizonte de longo prazo, utilizada no cálculo dos direitos e compromissos do plano de benefícios a valor presente, sem utilização do índice oficial de inflação de referência do plano de benefícios.

70. Taxa de administração: compreende os limites a que o custo administrativo está submetido, expressos em termos de alíquotas e calculados nos termos dos parâmetros e diretrizes gerais para a organização e funcionamento dos RPPS.

71. Taxa de juros parâmetro: aquela cujo ponto da Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média, divulgada anualmente pela Secretaria de Previdência, seja o mais próximo à duração do passivo do respectivo plano de benefícios.

72. Valor atual das contribuições futuras: valor presente atuarial do fluxo das futuras contribuições de um plano de benefícios, considerando as bases técnicas indicadas na Nota Técnica Atuarial e os preceitos da Ciência Atuarial.

73. Valor atual dos benefícios futuros: valor presente atuarial do fluxo de futuros pagamentos de benefícios de um plano de benefícios, considerados as bases técnicas indicadas na Nota Técnica Atuarial e os preceitos da Ciência Atuarial.

74. Viabilidade financeira: capacidade de o ente federativo dispor de recursos financeiros suficientes para honrar os compromissos previstos no plano de benefícios do RPPS.

75. Viabilidade fiscal: capacidade de cumprimento dos limites fiscais previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

76. Viabilidade orçamentária: capacidade de o ente federativo consignar receitas e fixar despesas, em seu orçamento anual, suficientes para honrar os compromissos com o RPPS.

77. Unidade gestora: a entidade ou órgão integrante da estrutura da administração pública do ente federativo que tenha por finalidade a administração, o gerenciamento e a operacionalização do RPPS, incluindo a arrecadação e a gestão de recursos, a concessão, o pagamento e a manutenção dos benefícios.

78. Valor Justo: valor pelo qual um ativo pode ser negociado ou um passivo liquidado entre as partes interessadas em condições ideais e com a ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação de comercialização.





**PREVIDÊNCIA SOCIAL**

**PORTARIA Nº 746, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2011**

(Publicada no D.O.U. de 28/12/2011)

Dispõe sobre cobertura de déficit atuarial dos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS por aporte.

**O MINISTRO DE ESTADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II da Constituição e tendo em vista o disposto nos arts. 7º e 9º da Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, resolve:

Art. 1º O Aporte para Cobertura do Déficit Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS instituído pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em conformidade com a Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, de que trata a Portaria Conjunta STN/SOF nº 02, de 19 de agosto de 2010 deverá atender às seguintes condições:

I - se caracterize como despesa orçamentária com aportes destinados, exclusivamente, à cobertura do déficit atuarial do RPPS conforme plano de amortização estabelecido em lei específica do respectivo ente federativo; e

II - sejam os recursos decorrentes do Aporte para Cobertura de Déficit Atuarial do RPPS utilizados para o pagamento de benefícios previdenciários dos segurados vinculados ao Plano Previdenciário de que trata o art. 2º, inciso XX, da Portaria MPS nº 403, de 10 de dezembro de 2008.

§ 1º Os Aportes para Cobertura de Déficit Atuarial do RPPS ficarão sob a responsabilidade da Unidade Gestora, devendo:

I - ser controlados separadamente dos demais recursos de forma a evidenciar a vinculação para qual foram instituídos; e

II - permanecer devidamente aplicados em conformidade com as normas vigentes, no mínimo, por 05 (cinco) anos.

§ 2º Para fins desta Portaria não se caracterizam como Aporte os repasses feitos à Unidade Gestora em decorrência de alíquota de contribuição normal e suplementar.

Art. 2º A Secretaria de Políticas de Previdência Social do Ministério da Previdência Social adotará as medidas necessárias ao cumprimento desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**GARIBALDI ALVES FILHO**

U.F. Nº 123  
L  
L.F.D. - Portaria





U.F. 124  
L.F. 124  
L.F. 124

## **PORTARIA Nº 403, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2008.**

**(Publicada no D.O.U. de 11/12/2008 e republicada no D.O.U. de 12/12/2008)**

*Atualizada até 29/12/2014*

Dispõe sobre as normas aplicáveis às avaliações e reavaliações atuariais dos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, define parâmetros para a segregação da massa e dá outras providências.

**O MINISTRO DE ESTADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II da Constituição e tendo em vista o disposto no art. 9º da Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, resolve:

**Art.1º** As avaliações e reavaliações atuariais com o objetivo de dimensionar os compromissos do Plano de Benefícios e estabelecer o Plano de Custeio para a observância do equilíbrio financeiro e atuarial dos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios deverão ser elaboradas tendo como parâmetros técnicos as normas fixadas nesta portaria.

### **Seção I Disposições Preliminares**

**Art. 2º** Para os efeitos desta Portaria considera-se:

**I - Equilíbrio Financeiro:** garantia de equivalência entre as receitas auferidas e as obrigações do RPPS em cada exercício financeiro;

**II - Equilíbrio Atuarial:** garantia de equivalência, a valor presente, entre o fluxo das receitas estimadas e das obrigações projetadas, apuradas atuarialmente, a longo prazo;

**III - Plano de Benefícios:** o conjunto de benefícios de natureza previdenciária oferecidos aos segurados do respectivo RPPS, segundo as regras constitucionais e legais previstas, limitados aos estabelecidos para o Regime Geral de Previdência Social;

**IV - Plano de Custeio:** definição das fontes de recursos necessárias para o financiamento dos benefícios oferecidos pelo Plano de Benefícios e taxa de administração, representadas pelas alíquotas de contribuições previdenciárias a serem pagas pelo ente federativo, pelos servidores ativos e inativos e pelos pensionistas ao respectivo RPPS e



aportes necessários ao atingimento do equilíbrio financeiro e atuarial, com detalhamento do custo normal e suplementar;

**V - Atuário:** profissional técnico com formação acadêmica em ciências atuariais e legalmente habilitado para o exercício da profissão;

**VI - Avaliação Atuarial:** estudo técnico desenvolvido pelo atuário, baseado nas características biométricas, demográficas e econômicas da população analisada, com o objetivo principal de estabelecer, de forma suficiente e adequada, os recursos necessários para a garantia dos pagamentos dos benefícios previstos pelo plano;

**VII - Nota Técnica Atuarial:** documento exclusivo de cada RPPS que descreve de forma clara e precisa as características gerais dos planos de benefícios, a formulação para o cálculo do custeio e das reservas matemáticas previdenciárias, as suas bases técnicas e premissas a serem utilizadas nos cálculos, contendo, no mínimo, os dados constantes do Anexo desta Portaria;

**VIII - Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial - DRAA:** documento exclusivo de cada RPPS que registra de forma resumida as características gerais do plano e os principais resultados da avaliação atuarial;

**IX - Parecer Atuarial:** documento que apresenta, de forma conclusiva, a situação financeira e atuarial do plano, certifica a adequação da base de dados e das hipóteses utilizadas na avaliação e aponta medidas para a busca e manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial;

**X - Tábuas Biométricas:** instrumentos estatísticos utilizados na avaliação atuarial que expressam as probabilidades de ocorrência de eventos relacionados com sobrevivência, invalidez ou morte de determinado grupo de pessoas vinculadas ao plano;

**XI - Regime Financeiro de Capitalização:** regime em que as contribuições estabelecidas no plano de custeio, a serem pagas pelo ente federativo, pelos servidores ativos e inativos e pelos pensionistas, acrescidas ao patrimônio existente, às receitas por ele geradas e a outras espécies de aportes, sejam suficientes para a formação dos recursos garantidores a cobertura dos compromissos futuros do plano de benefícios e da taxa de administração;

**XII - Regime Financeiro de Repartição de Capitais de Cobertura:** regime em que as contribuições estabelecidas no plano de custeio, a serem pagas pelo ente federativo, pelos servidores ativos e inativos e pelos pensionistas, em um determinado exercício, sejam suficientes para a constituição das reservas matemáticas dos benefícios iniciados por eventos que ocorram nesse mesmo exercício, admitindo-se a constituição de fundo previdencial para oscilação de risco;

**XIII - Regime Financeiro de Repartição Simples:** regime em que as contribuições estabelecidas no plano de custeio, a serem pagas pelo ente federativo, pelos servidores ativos e inativos e pelos pensionistas, em um determinado exercício, sejam suficientes para o pagamento dos benefícios nesse exercício, sem o propósito de acumulação de recursos, admitindo-se a constituição de fundo previdencial para oscilação de risco;

**XIV - Reserva Matemática:** montante calculado atuarialmente, em determinada data, que expressa, em valor presente, o total dos recursos necessários ao pagamento dos compromissos do plano de benefícios ao longo do tempo;



**XV - Custo Normal:** o valor correspondente às necessidades de custeio do plano de benefícios do RPPS, atuariamente calculadas, conforme os regimes financeiros e método de financiamento adotados, referentes a períodos compreendidos entre a data da avaliação e a data de início dos benefícios;

**XVI - Custo Suplementar:** o valor correspondente às necessidades de custeio, atuariamente calculadas, destinadas à cobertura do tempo de serviço passado, ao equacionamento de déficits gerados pela ausência ou insuficiência de alíquotas de contribuição, inadequação da metodologia ou hipóteses atuariais ou outras causas que ocasionaram a insuficiência de ativos necessários às coberturas das reservas matemáticas previdenciárias;

**XVII - Serviço Passado:** a parcela do passivo atuarial dos servidores ativos, inativos e pensionistas, correspondente ao período anterior ao ingresso no RPPS do respectivo ente federativo;

**XVIII - Ativo do Plano:** somatório de todos os bens e direitos vinculados ao plano;

**XIX - Segregação da Massa:** a separação dos segurados vinculados ao RPPS em grupos distintos que integrarão o Plano Financeiro e o Plano Previdenciário;

**XX - Plano Previdenciário:** sistema estruturado com a finalidade de acumulação de recursos para pagamento dos compromissos definidos no plano de benefícios do RPPS, sendo o seu plano de custeio calculado atuariamente segundo os conceitos dos regimes financeiros de Capitalização, Repartição de Capitais de Cobertura e Repartição Simples e, em conformidade com as regras dispostas nesta Portaria;

**XXI - Plano Financeiro:** sistema estruturado somente no caso de segregação da massa, onde as contribuições a serem pagas pelo ente federativo, pelos servidores ativos e inativos e pelos pensionistas vinculados são fixadas sem objetivo de acumulação de recursos, sendo as insuficiências aportadas pelo ente federativo, admitida a constituição de fundo financeiro;

**XXII - Índice de Cobertura:** relação entre o Ativo Real Líquido e a Reserva Matemática Previdenciária calculada pelo Método do Crédito Unitário Projetado.

**XXIII - Data da Avaliação:** a data focal para o cálculo do valor atual dos compromissos futuros do plano de benefícios, das necessidades de custeio e para precificação dos ativos e apuração do resultado atuarial. *(Incluído pela Portaria MPS nº 21, de 16/01/2013)*

**Art. 3º** As avaliações e reavaliações atuariais obedecerão às premissas e diretrizes fixadas na Nota Técnica Atuarial do respectivo RPPS e os resultados deverão constar do Parecer Atuarial.

## **Seção II**

### **Dos Regimes Financeiros nas Avaliações e Reavaliações Atuariais**

**Art. 4º** Os RPPS poderão adotar os seguintes regimes de financiamento de seu plano de benefícios para observância do equilíbrio financeiro e atuarial:

**I - Regime Financeiro de Capitalização;**



**II - Regime Financeiro de Repartição de Capitais de Cobertura;**

**III - Regime Financeiro de Repartição Simples.**

**§1º** O Regime Financeiro de Capitalização será utilizado como o mínimo aplicável para o financiamento das aposentadorias programadas e pensões por morte de aposentado. *(Redação dada pela Portaria MPS nº 21, de 16/01/2013)*

**Original:** *§1º O Regime Financeiro de Capitalização será utilizado como mínimo aplicável para o financiamento das aposentadorias programadas.*

**§ 2º** O Regime Financeiro de Repartição de Capitais de Cobertura será utilizado como o mínimo aplicável para o financiamento dos benefícios não programáveis de aposentadoria por invalidez e pensão por morte de segurados em atividade. *(Redação dada pela Portaria MPS nº 21, de 16/01/2013)*

**Original:** *§ 2º O Regime Financeiro de Repartição de Capitais de Cobertura será utilizado como mínimo aplicável para o financiamento dos benefícios de risco de aposentadoria por invalidez e pensão por morte.*

**§ 3º** O Regime Financeiro de Repartição Simples será utilizado como mínimo aplicável para o financiamento dos benefícios de auxílio-doença, salário-maternidade, auxílio-reclusão e salário-família.

**§ 4º** O método de financiamento atuarial mínimo para apuração do custo normal dos benefícios avaliados no Regime Financeiro de Capitalização será o Crédito Unitário Projetado, devendo constar a perspectiva de crescimento das alíquotas na Nota Técnica Atuarial e no Relatório da Avaliação Atuarial. *(Incluído pela Portaria MPS nº 21, de 16/01/2013)*

### **Seção III Das Hipóteses Atuariais**

**Art. 5º** O ente federativo, a unidade gestora do RPPS e o atuário responsável pela elaboração da avaliação atuarial deverão eleger conjuntamente as hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras adequadas às características da massa de segurados e de seus dependentes para o correto dimensionamento dos compromissos futuros do RPPS, obedecidos os parâmetros mínimos de prudência estabelecidos nesta Portaria, tendo como referência as hipóteses e premissas consubstanciadas na Nota Técnica Atuarial do respectivo RPPS.

**§ 1º** A Nota Técnica Atuarial - NTA deverá ser encaminhada à Secretaria de Políticas de Previdência Social - SPPS, como fundamento de observância do equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS, devendo conter os elementos mínimos estabelecidos no Anexo desta Portaria e estar devidamente assinada pelo representante legal do ente, pelo dirigente da unidade gestora e pelo atuário responsável. *(Redação dada pela Portaria MPS nº 563, de 26/12/2014)*

**Original:** *§ 1º A Nota Técnica Atuarial deverá ser encaminhada à Secretaria de Políticas de Previdência Social - SPS, como fundamento de observância do Equilíbrio Financeiro e Atuarial do RPPS, até a data de exigência do DRAA no exercício de 2010, contendo os elementos mínimos estabelecidos no Anexo desta Portaria, devidamente assinada pelo representante legal do ente, pelo dirigente da unidade gestora e pelo atuário responsável.*



U.F.P. 128  
L  
C.P. - Portaria

§ 2º Na instituição do RPPS, a Nota Técnica Atuarial deverá ser encaminhada à SPS até a data de envio do primeiro DRAA.

§ 3º A avaliação atuarial inicial e as reavaliações do RPPS deverão ter como base a Nota Técnica Atuarial apresentada à SPS.

§ 4º No caso de segregação da massa, a Nota Técnica Atuarial deverá estar segregada por plano.

§ 5º A Nota Técnica Atuarial poderá ser alterada mediante termo aditivo e justificativa técnica apresentados à SPS pelo ente federativo, devidamente cancelados pelas autoridades previstas no § 1º.

**Art. 6º** Para as avaliações e reavaliações atuariais deverão ser utilizadas as Tábuas Biométricas Referenciais para projeção dos aspectos biométricos dos segurados e de seus dependentes mais adequadas à respectiva massa, desde que não indiquem obrigações inferiores às alcançadas pelas seguintes tábuas:

**I - Sobrevivência de Válidos e Inválidos:** Tábua atual de mortalidade elaborada para ambos os sexos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - IBGE, divulgada no endereço eletrônico do MPS na rede mundial de computadores - Internet [www.previdencia.gov.br](http://www.previdencia.gov.br), como limite mínimo de taxa de sobrevivência.

**II - Entrada em Invalidez:** Álvaro Vindas, como limite mínimo de taxa de entrada em invalidez.

**Art. 7º** A avaliação atuarial deverá contemplar as perspectivas de alteração futura no perfil e na composição da massa de segurados.

§ 1º A rotatividade máxima admitida será de 1% (um por cento) ao ano.

§ 2º A expectativa de reposição de servidores não poderá resultar em aumento da massa de segurados ativos e os critérios deverão ser demonstrados e justificados na Nota Técnica Atuarial. *(Redação dada pela Portaria MPS nº 21, de 16/01/2013)*

**Original:** § 2º A expectativa de reposição de servidores ativos será admitida, desde que não resulte em aumento da massa de segurados ativos e os critérios adotados estejam devidamente demonstrados e justificados na Nota Técnica Atuarial.

§ 3º Deverão constar do Relatório da Avaliação Atuarial os critérios definidos pela Nota Técnica Atuarial e a separação entre os compromissos, custos e demais informações relativos aos integrantes da geração atual e das gerações futuras. *(Incluído pela Portaria MPS nº 21, de 16/01/2013)*

**Art. 8º** A taxa real mínima de crescimento da remuneração ao longo da carreira será de 1% (um por cento) ao ano.

**Art. 9º** A taxa real de juros utilizada na avaliação atuarial deverá ter como referência a meta estabelecida para as aplicações dos recursos do RPPS na Política de Investimentos do RPPS, limitada ao máximo de 6% (seis por cento) ao ano.



**Parágrafo único.** É vedada a utilização de eventual perspectiva de ganho real superior ao limite de 6% (seis por cento) ao ano como fundamento para cobertura de déficit atuarial.

**Art. 10.** Os benefícios de auxílio-doença, salário-família e salário-maternidade deverão ter os seus custos apurados a partir dos valores efetivamente despendidos pelo RPPS, não podendo ser inferior à média dos dispêndios dos três últimos exercícios, exceto quando houver fundamentada expectativa de redução desse custo, demonstrada no Parecer Atuarial.

**Parágrafo único.** Na instituição do RPPS o custo dos benefícios de que trata o **caput** deverá ser apurado a partir do histórico dos pagamentos feitos pelo RGPS para os servidores do respectivo ente federativo.

**Art. 11.** Poderão ser computados, na avaliação atuarial, os valores a receber em virtude da compensação previdenciária pelo RPPS que, na condição de regime instituidor, possua convênio ou acordo de cooperação técnica em vigor para operacionalização da compensação previdenciária com os regimes de origem.

§ 1º O cálculo do valor da compensação previdenciária a receber pelo RPPS que tenha formalizado acordo de cooperação técnica ou convênio, deverá estar fundamentado em base cadastral atualizada, completa e consistente, inclusive no que se refere ao tempo de contribuição do segurado para o regime de origem.

§ 2º Na Nota Técnica Atuarial e na Avaliação Atuarial, deverá ser indicada a metodologia de cálculo utilizada para a determinação do valor da compensação previdenciária a receber, devendo ficar à disposição da SPS os demonstrativos dos valores a compensar, discriminados por benefício e a documentação correspondente, pelo prazo de cinco anos contados da data da avaliação.

§ 3º Não constando da base cadastral os valores das remunerações ou dos salários-de-contribuição de cada servidor no período a compensar com o regime previdenciário de origem, o cálculo do valor individual a receber não poderá ser maior que o valor médio per capita do fluxo mensal de compensação dos requerimentos já deferidos, vigentes na data-base da avaliação atuarial.

§ 4º Na ausência de requerimentos já deferidos, o cálculo do valor individual a receber terá como limite o valor médio per capita dos benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, divulgado mensalmente no endereço eletrônico do Ministério da Previdência Social - MPS na rede mundial de computadores - Internet - [www.previdencia.gov.br](http://www.previdencia.gov.br).

§ 5º Caso a base cadastral esteja incompleta ou inconsistente, inclusive no que se refere ao tempo de contribuição para o regime de origem, o valor da compensação previdenciária a receber poderá ser estimado, ficando sujeito ao limite global de 10% (dez por cento) do Valor Atual dos Benefícios Futuros do plano de benefícios.

§ 6º Em qualquer hipótese, é admitido o cômputo dos valores a receber em virtude da compensação previdenciária pelo RPPS apenas para a geração atual.



#### Seção IV Da Base Cadastral

**Art. 12.** A avaliação atuarial deverá contemplar os dados de todos os servidores ativos e inativos e pensionistas, e seus respectivos dependentes, vinculados ao RPPS, de todos os poderes, entidades e órgãos do ente federativo.

**Art. 13.** O Parecer Atuarial deverá conter, de forma expressa, a avaliação da qualidade da base cadastral, destacando a sua atualização, amplitude e consistência.

§ 1º Caso a base cadastral dos segurados esteja incompleta ou inconsistente, o Parecer Atuarial deverá dispor sobre o impacto em relação ao resultado apurado, devendo ser adotadas, pelo ente federativo, providências para a sua adequação até a próxima avaliação atuarial.

§ 2º Inexistindo na base cadastral informações sobre o tempo de contribuição efetivo para fins de aposentadoria, será considerada a diferença apurada entre a idade atual do segurado e a idade estimada de ingresso no mercado de trabalho, desde que tecnicamente justificada no Parecer Atuarial, respeitado o limite mínimo de dezoito anos.

§ 3º Na falta ou inconsistência de dados cadastrais dos dependentes, deverá ser estimada a composição do grupo familiar para fins de cálculo do compromisso gerado pela morte do servidor ativo ou inativo, esclarecendo-se, no Parecer Atuarial, os critérios utilizados, sempre numa perspectiva conservadora quanto aos impactos na diminuição das obrigações do RPPS.

**Art. 14.** As reavaliações atuariais, e os respectivos DRAA, deverão ter como data da avaliação o último dia do exercício anterior ao da exigência de sua apresentação, e serão elaboradas com dados cadastrais posicionados entre os meses de julho a dezembro do exercício anterior ao da exigência de sua apresentação. *(Redação dada pela Portaria MPS nº 21, de 16/01/2013)*

**Original:** *Art. 14. As reavaliações atuariais, e os respectivos DRAA, deverão ser elaborados com dados cadastrais posicionados entre os meses de julho a dezembro do exercício anterior ao da exigência de sua apresentação.*

**Art. 15.** Os documentos, bancos de dados e informações que deram suporte à avaliação e reavaliações atuariais deverão permanecer arquivados na unidade gestora do RPPS, podendo ser solicitados pela SPS a qualquer tempo.

#### Seção V Da Apuração do Resultado Atuarial

**Art. 16.** Nas reavaliações atuariais anuais deverá ser efetuada a análise comparativa entre os resultados das três últimas avaliações atuariais, no mínimo.

**Art. 17.** As avaliações e reavaliações atuariais indicarão o valor presente dos compromissos futuros do plano de benefícios do RPPS, suas necessidades de custeio e o resultado atuarial.

§ 1º O passivo atuarial do RPPS é representado pelas reservas matemáticas previdenciárias que correspondem aos compromissos líquidos do plano de benefícios.



§ 2º Na hipótese do RPPS constituir fundo previdencial para oscilação de risco este deverá compor o passivo atuarial.

§ 3º As reservas matemáticas previdenciárias serão registradas no Passivo Exigível a Longo Prazo, no grupo de contas denominado Provisões Matemáticas Previdenciárias, observado o detalhamento estabelecido no Plano de Contas aplicável aos RPPS.

§ 4º O resultado atuarial será obtido pela diferença entre o passivo atuarial e o ativo real líquido, sendo este representativo dos recursos já acumulados pelo RPPS.

§ 5º Poderão ser incluídos como ativo real líquido os créditos a receber do ente federativo, desde que:

I - os valores estejam devidamente reconhecidos e contabilizados pelo ente federativo como dívida fundada com a unidade gestora do RPPS;

II - os valores tenham sido objeto de parcelamento celebrado de acordo com as normas gerais estabelecidas pelo Ministério da Previdência Social; e

III - o ente federativo esteja adimplente em relação ao pagamento das parcelas.

§ 6º **REVOGADO** pela Portaria MPS nº 21, de 16/01/2013

**Original:** § 6º O resultado atuarial deverá ser apurado considerando as alíquotas de contribuição e outros aportes que estejam sendo efetivamente praticados pelo RPPS na data-base da avaliação atuarial, conforme lei.

§ 7º A reavaliação atuarial anual indicará o plano de custeio necessário para a cobertura do custo normal e do custo suplementar do plano de benefícios do RPPS, em relação à geração atual. *(Redação dada pela Portaria MPS nº 563, de 26/12/2014)*

**Original:** § 7º A Avaliação Atuarial indicará o plano de custeio necessário, a partir de sua realização, para a cobertura do custo normal e do custo suplementar do plano de benefícios do RPPS.

§ 8º O plano de custeio contemplará o valor necessário para a cobertura da taxa de administração definida para o RPPS.

**Art. 18.** No caso da avaliação indicar déficit atuarial deverá ser apresentado no Parecer Atuarial plano de amortização para o seu equacionamento.

§ 1º O plano de amortização deverá estabelecer um prazo máximo de 35 (trinta e cinco) anos para que sejam acumulados os recursos necessários para a cobertura do déficit atuarial.

§ 2º O plano de amortização poderá ser revisto nas reavaliações atuariais anuais, respeitando sempre o período remanescente para o equacionamento, contado a partir do marco inicial estabelecido pela implementação do plano de amortização inicial.

**Art. 19.** O plano de amortização indicado no Parecer Atuarial somente será considerado implementado a partir do seu estabelecimento em lei do ente federativo.

§ 1º O plano de amortização poderá consistir no estabelecimento de alíquota de contribuição suplementar ou em aportes periódicos cujos valores sejam preestabelecidos.



§ 2º A definição do plano de amortização deverá ser acompanhada de demonstração da viabilidade orçamentária e financeira para o ente federativo, inclusive dos impactos nos limites de gastos impostos pela Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000. *(Redação dada pela Portaria MPS nº 21, de 16/01/2013)*

**Original:** § 2º A definição de alíquota de contribuição suplementar ou aportes periódicos deverá estar fundamentada na capacidade orçamentária e financeira do ente federativo para o cumprimento do plano de amortização.

§ 3º Poderão ser aportados ao RPPS, mediante lei do ente federativo, bens, direitos e demais ativos de qualquer natureza para constituição dos fundos referidos no art. 249 da Constituição Federal, para o equacionamento do déficit atuarial, desde que garantidas a solvência e a liquidez do plano de benefícios. *(Incluído pela Portaria MPS nº 21, de 16/01/2013)*

## Seção VI Da Segregação da Massa

**Art. 20.** Na hipótese da inviabilidade do plano de amortização previsto nos art. 18 e 19 para o equacionamento do déficit atuarial do RPPS, será admitida a segregação da massa de seus segurados, observados os princípios da eficiência e economicidade na realocação dos recursos financeiros do RPPS e na composição das submassas, e os demais parâmetros estabelecidos nesta Portaria. *(Redação dada pela Portaria MPS nº 21, de 16/01/2013)*

**Original:** Art. 20. Alternativamente ao plano de amortização previsto nos art. 18 e 19, o ente federativo poderá optar pelo equacionamento do déficit atuarial do seu RPPS por intermédio de segregação da massa de seus segurados, observados os parâmetros estabelecidos nesta Portaria.

§ 1º A segregação da massa existente na data de publicação da lei que a instituir poderá tomar por base a data de ingresso do segurado no ente federativo na condição de servidor titular de cargo efetivo vinculado ao RPPS, a idade do segurado ou a sua condição de servidor em atividade, aposentado ou pensionista, admitindo-se a conjugação desses parâmetros, para fins de alocação dos segurados ao Plano Financeiro e ao Plano Previdenciário. *(Redação dada pela Portaria MPS nº 21, de 16/01/2013)*

**Original:** § 1º A segregação da massa deverá tomar por base a data de ingresso do segurado no ente federativo, na condição de servidor titular de cargo efetivo vinculado ao RPPS, não podendo a data de corte ser superior a data de implementação da segregação.

§ 2º O Plano Financeiro deve ser constituído por um grupo fechado em extinção sendo vedado o ingresso de novos segurados, os quais serão alocados no Plano Previdenciário. *(Redação dada pela Portaria MPS nº 21, de 16/01/2013)*

**Original:** § 2º Os servidores admitidos anteriormente à data de corte integrarão o Plano Financeiro e os admitidos a partir desta integrarão o Plano Previdenciário.

**§ 3º REVOGADO** pela Portaria MPS nº 21, de 16/01/2013

**Original:** § 3º Os beneficiários de aposentadorias e pensões concedidas entre a data de corte e a data de implementação da segregação da massa, se admitidos após a data de corte, poderão ser alocados ao Plano Previdenciário ou destinados em sua totalidade ao Plano Financeiro.



§ 4º A proposta de segregação da massa dos segurados do RPPS deverá ser submetida à aprovação da SPPS, acompanhada da avaliação atuarial e justificativa técnica apresentada pelo ente federativo. *(Incluído pela Portaria MPS nº 21, de 16/01/2013)*

§ 5º A justificativa técnica de que trata o parágrafo anterior deverá demonstrar a viabilidade orçamentária e financeira da segregação para o ente federativo, por meio dos fluxos das receitas e despesas do Plano Financeiro e do Plano Previdenciário, inclusive os impactos nos limites de gastos impostos pela Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000. *(Incluído pela Portaria MPS nº 21, de 16/01/2013)*

§ 6º Não serão admitidos como forma de equacionamento do déficit atuarial quaisquer outros modelos de agrupamentos ou desmembramentos de massas ou submassas de segurados ou a adoção de datas futuras, que contrariem o disposto neste artigo. *(Incluído pela Portaria MPS nº 21, de 16/01/2013)*

**Art. 21.** A segregação da massa será considerada implementada a partir do seu estabelecimento em lei do ente federativo, mediante a separação orçamentária, financeira e contábil dos recursos e obrigações correspondentes. *(Redação dada pela Portaria MPS nº 21, de 16/01/2013)*

**Original:** *Art. 21. A segregação da massa será considerada implementada a partir do seu estabelecimento em lei do ente federativo, acompanhado pela separação orçamentária, financeira e contábil dos recursos e obrigações correspondentes.*

§ 1º O relatório da avaliação atuarial deverá demonstrar como se dará a separação dos recursos entre o Plano Financeiro e o Plano Previdenciário, devendo ser observado que todos os recursos já acumulados pelo RPPS deverão ser destinados ao Plano Previdenciário. *(Redação dada pela Portaria MPS nº 21, de 16/01/2013)*

**Original:** *§ 1º O Parecer Atuarial deverá demonstrar como se dará a separação dos recursos já acumulados pelo RPPS e dos recursos a receber por débitos de contribuições passadas, parcelados ou não, entre o Plano Financeiro e o Plano Previdenciário, não se admitindo a destinação de recursos para o Plano Financeiro no caso do Plano Previdenciário apresentar déficit atuarial.*

§ 2º Uma vez implementada a segregação da massa, fica vedada qualquer espécie de transferência de segurados, recursos ou obrigações entre o Plano Financeiro e o Plano Previdenciário, não se admitindo, também, a previsão da destinação de contribuições de um grupo para o financiamento dos benefícios do outro grupo.

§ 3º A avaliação atuarial que indicar a segregação da massa e as reavaliações atuariais anuais posteriores deverão apurar separadamente, sem prejuízo de outras informações solicitadas em conformidade com o art. 15 desta Portaria: *(Redação dada pela Portaria MPS nº 21, de 16/01/2013)*

**Original:** *§ 3º A avaliação atuarial que indicar a segregação da massa e as reavaliações atuariais anuais posteriores deverão apurar separadamente:*

**I -** Para o Plano Financeiro: o resultado atuarial e as projeções atuariais de receitas e despesas avaliados a taxa real de juros referencial de 0% (zero por cento). *(Redação dada pela Portaria MPS nº 21, de 16/01/2013)*

**Original:** *I - Para o Plano Financeiro: o resultado atuarial e as projeções atuariais de receitas e despesas.*



**II** - Para o Plano Previdenciário: o resultado atuarial, o plano de custeio necessário e as projeções atuariais de receitas e despesas.

**Art. 22.** Observado o disposto no artigo 25, o RPPS que implementar a segregação da massa, somente poderá alterar os seus parâmetros ou desfazê-la, mediante prévia aprovação da SPS.

## **Seção VII**

### **Do Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial - DRAA**

**Art. 23.** Os resultados da avaliação atuarial inicial e das reavaliações anuais deverão ser encaminhados à SPS, por intermédio do Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial - DRAA, conforme modelo e instruções de preenchimento disponíveis no endereço eletrônico do MPS na Internet - [www.previdencia.gov.br](http://www.previdencia.gov.br).

**Art. 24.** No ato do preenchimento e envio do DRAA será gerado comprovante, no qual se atestará a veracidade e correspondência entre as informações contidas na avaliação atuarial e no DRAA, que deverá ser impresso, assinado pelo responsável técnico pela avaliação atuarial e pelos representantes legais do ente federativo e da unidade gestora do RPPS, e encaminhado à SPS na forma por ela estabelecida.

## **Seção VIII**

### **Das Disposições Gerais e Finais**

**Art. 25.** A revisão do plano de custeio que implique em redução das alíquotas ou aportes destinados ao RPPS deverá ser submetida previamente à aprovação da SPPS e deverá atender, cumulativamente, os seguintes parâmetros: *(Redação dada pela Portaria MPS nº 21, de 16/01/2013)*

**Original:** *Art. 25. Na hipótese do Plano Previdenciário apresentar resultado superavitário com Índice de Cobertura superior a 1,25 em, no mínimo, cinco exercícios consecutivos, poderá ser revisto o plano de custeio.*

**I** - Índice de Cobertura igual ou superior a 1,25 em, no mínimo, cinco exercícios consecutivos, para os planos superavitários; *(Incluído pela Portaria MPS nº 21, de 16/01/2013)*

**II** - a avaliação atuarial indicativa da revisão tenha sido fundamentada em base cadastral atualizada, completa e consistente, inclusive no que se refere ao tempo de serviço e de contribuição anterior dos segurados; *(Incluído pela Portaria MPS nº 21, de 16/01/2013)*

**III** - os bens, direitos e demais ativos considerados na apuração do resultado atuarial estejam avaliados a valor de mercado e apresentem liquidez compatível com as obrigações do plano de benefícios; *(Incluído pela Portaria MPS nº 21, de 16/01/2013)*

**IV** - o histórico da rentabilidade das aplicações e investimentos dos recursos do RPPS não tenha apresentado performance inferior à meta estabelecida na política anual de investimentos dos três últimos exercícios; *(Incluído pela Portaria MPS nº 21, de 16/01/2013)*

**V** - a taxa de juros utilizada na avaliação atuarial seja condizente com a meta estabelecida na política de investimentos dos recursos do RPPS, em perspectiva de longo prazo. *(Incluído pela Portaria MPS nº 21, de 16/01/2013)*



**Art. 26.** Independentemente da forma de estruturação do RPPS as eventuais insuficiências financeiras para o pagamento dos benefícios previstos no Plano de Benefícios são de responsabilidade do tesouro do respectivo ente federativo.

**Art. 27.** A SPS realizará a análise e acompanhamento dos resultados das avaliações atuariais e definirá, por meio de seus relatórios, pareceres e notificações, as situações não previstas nas Normas de Atuária Aplicáveis aos RPPS.

**Art. 28.** A Secretaria de Políticas de Previdência Social - SPS e a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - DATAPREV adotarão as medidas necessárias para a viabilização do cumprimento das disposições desta Portaria.

**Art. 29.** Os casos omissos serão dirimidos pela Secretaria de Políticas de Previdência Social.

**Art. 30.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JOSÉ BARROSO PIMENTEL**

## **ANEXO**

### **NOTA TÉCNICA ATUARIAL**

#### **Elementos Mínimos**

1. Objetivo.
2. Hipóteses Biométricas, Demográficas, Financeiras e Econômicas.
  - 2.1. Tábuas Biométricas;
  - 2.2. Expectativa de Reposição de Servidores Ativos;
  - 2.3. Composição Familiar;
  - 2.4. Taxa de Juros Real;
  - 2.5. Taxa de Crescimento do Salário por Mérito;
  - 2.6. Projeção de Crescimento Real do Salário por Produtividade;
  - 2.7. Projeção de Crescimento Real dos Benefícios do Plano;
  - 2.8. Fator de Determinação do Valor Real ao Longo do Tempo dos Salários;
  - 2.9. Fator de Determinação do Valor Real ao Longo do Tempo dos Benefícios.
3. Modalidade dos benefícios assegurados pelo RPPS.
4. Regimes Financeiros e Métodos de financiamento por benefício assegurado pelo RPPS.
5. Metodologia de cálculo para cada benefício assegurado pelo RPPS e suas evoluções dos benefícios assegurados pelo RPPS, contribuições e reservas de natureza atuarial.
  - 5.1. Expressão de cálculo do Custo Anual para os Benefícios Futuros (Benefícios a Conceder e Benefícios Concedidos), no regime de Repartição Simples.
  - 5.2. Expressão de cálculo do Custo Anual para os Benefícios Futuros (Benefícios a Conceder e Benefícios Concedidos), no regime de Repartição de Capital de Cobertura.
  - 5.3. Expressão de cálculo Valor Atual dos Benefícios Futuros (Benefícios a Conceder e Benefícios Concedidos) no regime de Capitalização.
  - 5.4. Expressão de cálculo do Valor Atual das Contribuições Futuras do Ente Federativo (Benefícios a Conceder e Benefícios Concedidos);



- 5.5. Expressão de cálculo do Valor Atual das Contribuições Futuras do Ativo, Aposentado e Pensionista (Benefícios a Conceder e Benefícios Concedidos);
- 5.6. Expressão de cálculo do Valor Atual dos Salários Futuros;
- 5.7. Expressão de cálculo e evolução das Reservas Matemáticas de Benefícios a Conceder e Concedidos;
- 5.8. Expressão de cálculo da alíquota de contribuição, segregada por Ente Federativo, por Servidores Ativos, Aposentados e Pensionistas.
6. Metodologia de cálculo da Compensação Previdenciária a Receber e a Pagar.
7. Parâmetros da Segregação da Massa, quando for o caso.





## DEPARTAMENTO JURÍDICO

### PARECER

do setor de Contas  
para providências.

05/10/2024

*[Assinatura]*

### 1 - PREÂMBULO

Vem para análise dessa Assessoria o requerimento para contratação de empresa especializada na realização de auditoria direta e presencial para realizar a análise contábil junto ao Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, qual seja, Lapaprevi, requerimento este de lavra dos membros responsáveis pela condução dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito nº 02/2024, criada através do ato nº 57/2024.

### 2 - CARÁTER OPINATIVO DESTE PARECER

Inicialmente, cumpre esclarecer que todo o exposto se trata de um parecer opinativo técnico-jurídico, o qual, segundo o renomado doutrinador HELY LOPES MEIRELLES, em sua incontestável obra Direito Administrativo Brasileiro, Editora Malheiros, ensina:

*"Pareceres administrativos são manifestações de órgãos técnicos sobre assuntos submetidos à sua consideração. O parecer tem caráter meramente opinativo, **não vinculando a Administração ou os particulares à sua motivação ou conclusões**, salvo se aprovado por ato subsequente. Já então, o que subsiste como ato administrativo, não é o parecer, mas sim o ato de sua aprovação, que poderá revestir a modalidade normativa, ordinária, negocial, ou punitiva." (Hely Lopes Meirelles, Direito Administrativo Brasileiro, 26ª ed., Malheiros, p. 185).*

### 3 - ANALISE

De início, registra-se que se trata de requerimento elaborado junto a procedimento investigatório (Comissão Parlamentar de Inquérito nº 02/2024), o qual foi criado nesta Casa de Leis em data de 01/07/2024, cujo objeto é investigar os supostos fatos narrados pelo Prefeito em Plenário na data de 18/06/2024, relativo ao Relatório Final da Comissão Multissetorial, criado no âmbito do Poder Executivo por meio do Decreto nº 27.425/2023, a qual concluiu que, em tese, o Município estaria desde o ano de 2013 deixando de realizar a integralização da folha líquida de benefícios, conforme previsto no artigo 89 da Lei Municipal nº 2183/2008, o que, segundo o relatório apresentado, isto acabou gerando um déficit de R\$ 14.096.078,34 (quatorze milhões, noventa e seis mil, setenta e oito reais e trinta e quatro centavos) até o ano de 2020.

Através do Relatório Preliminar entregue pela Comissão responsável em data de 17/09/2024 (Protocolo nº 1711/2024), a mesma, expôs vários fundamentos abordados relativo ao tema, oportunidade em que requereu, de modo preliminar e primordial, a contratação de auditoria direta presencial para a realização de análise contábil junto ao RPPS do Município, visando a obtenção de respostas para os diversos quesitos elaborados.





## DEPARTAMENTO JURÍDICO

Sobre o tema, nossa Lei Orgânica diz que:

Art. 22 - Compete à Câmara Municipal, privativamente, entre outras, as seguintes atribuições:

(...)

X - fiscalizar e controlar, diretamente, os atos do Poder Executivo, incluídos os da Administração indireta e funcional;

(...)

Art. 38 - As Comissões Especiais de Inquérito, que terão **poderes de investigação** próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos no Regimento Interno, serão criadas pela Câmara mediante requerimento de um terço de seus membros, para apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público para que este promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

A nível interno, a regulamentação dos atos praticados por Comissão Parlamentar de Inquérito encontra-se descrito no artigo 70 e seguintes de nosso Regimento Interno, nos seguintes termos:

**Art. 70** - As Comissões Parlamentares de Inquérito, criadas mediante requerimento de um terço dos Vereadores, independentemente de parecer e deliberação do Plenário, destinam-se à apuração de fato determinado e por prazo certo.

**§ 1º** - Constituída a Comissão Parlamentar de Inquérito, cabe-lhe requisitar à Mesa Executiva, os servidores do quadro do Poder Legislativo necessários aos trabalhos ou a **designação de técnicos e peritos que possam cooperar no desempenho das suas atribuições.**

(...)

**§ 4º** - No exercício de suas atribuições, a Comissão poderá determinar as diligências que reputar necessárias, ouvir acusados, inquirir testemunhas, solicitar informações e requisitar documentos. (grifou-se)

Portanto, verifica-se que se trata de requerimento cujo fundamento encontra respaldo em nosso Regimento Interno, uma vez que, devido à peculiaridade do tema objeto de investigação, entende-se plausível a solicitação em comento, uma vez que a Comissão vislumbra a necessidade de esclarecimentos técnico a respeito dos questionamentos levantados, a fim de que as respostas aos quesitos deem subsídios para melhor análise para que, então, possa ser elaborado o relatório final, conforme previsto em nosso Regimento Interno.

Ainda, à nível federal, a Lei nº 1579/52, estabelece que:

Art. 2º No exercício de suas atribuições, poderão as Comissões Parlamentares de Inquérito **determinar diligências que reputarem necessárias** e requerer a convocação de Ministros de Estado, tomar o depoimento de quaisquer autoridades federais, estaduais ou municipais, ouvir os indiciados, inquirir testemunhas sob compromisso, requisitar da administração pública direta, indireta ou fundacional informações e documentos, e transportar-se aos lugares onde se fizer mister a sua presença. (Redação dada pela Lei nº 13.367, de 2016)





## DEPARTAMENTO JURÍDICO

Portanto, os poderes próprios das Comissões Parlamentares de Inquérito a que se referem as leis, são poderes instrutórios para a obtenção de provas, elucidação dos fatos e eliminação de eventuais controvérsias.

Tarciso Aparecido Higino de Carvalho, quando aborda a produção de provas no inquérito parlamentar na Câmara dos Deputados, nos ensina que:

(...) No que se refere aos dados atinentes às provas materiais, ressalta-se que eles ficaram adstritos às solicitações da CPI no tocante à realização de perícias. A perícia, segundo Camargo Aranha (1996, p. 160), "constitui uma peça eminentemente técnica mediante a qual o experto nomeado faz uma declaração de ciência, uma afirmação de um juízo ou então de ambas conjuntamente". Assim, a perícia persegue o esclarecimento e a compreensão de um determinado fato, com vista a alicerçar uma decisão processual.

(...)

Conforme evidenciado no capítulo anterior, verifica-se que a produção de provas, no âmbito do inquérito parlamentar na Câmara dos Deputados, revela-se como uma das principais atividades desenvolvidas por essas comissões, quiçá a mais importante. Em razão disso, cabe ressaltar a necessidade de serem observadas, com o rigor de um órgão técnico, as exigências constantes do Código de Processo Penal, no que se refere a provas, bem como os ensinamentos da doutrina e os julgados dos tribunais sobre essa matéria. (fonte: [https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/42/166/ril\\_v42\\_n166\\_p329.pdf](https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/42/166/ril_v42_n166_p329.pdf) @@@download/file/ril\_v42\_n166\_p329.pdf

Desta forma, considerando que se trata de contratação de prestação de serviços técnicos, a competência para o deferimento do mesmo recai exclusivamente à Presidência desta Casa, cabendo a este Departamento apenas opinar pela pertinência do pedido com as atribuições da Comissão solicitante.

Contudo, para que seja possível a análise da viabilidade da contratação pelo superior hierárquico, preliminarmente, sugere-se que seja o pedido encaminhado ao Departamento de Compras desta Casa, para que este dê início aos levantamentos preliminares do objeto, em especial, para que verifique os custos e o prazo que as empresas do ramo levam para realizar a solicitada auditoria, e que informe, ainda, o prazo que levará para a elaboração do devido edital licitatório.

Após o levantamento das informações acima, deve o procedimento ser encaminhado para a análise do Presidente desta Casa.

Lapa, 01 de outubro de 2024.

Jonathan Dittich Junior  
OAB/PR 37.437

Câmara Municipal da Lapa - PR



PROTOCOLO GERAL 1781/2024  
Data: 01/10/2024 - Horário: 10:04  
Administrativo



CÂMARA MUNICIPAL DA LAPA  
ATO Nº 90/2024

Súmula: Prorroga o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito nº 02/2024.

O Presidente da Câmara Municipal da Lapa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando:

- As providências requeridas pelo Relatório Preliminar, protocolado sob nº 1711/2024 pela referida Comissão.

**RESOLVE**

Art. 1º - Tendo em vista que não foram concluídas as diligências solicitadas pela Comissão, fica prorrogado o prazo para apresentação de relatório final dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito nº 02/2024, constituída através do ATO nº 57/2024, até a data de 20/12/2024.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor nesta data.

Poder Legislativo Municipal em 29 de novembro de 2024.

**MARIO JORGE PADILHA SANTOS**  
Presidente

**BRENDA FERRARI DA SILVA**  
1ª Secretária

**Publicado por:**  
Robson da Silveira Maurer  
**Código Identificador:**5D7910A2

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 02/12/2024, Edição 3164  
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:  
<https://www.diariomunicipal.com.br/amp/>





Lapa-PR, 12 de dezembro de 2024.

Comunicado

Ao Presidente da Câmara Municipal  
Mário Jorge Padilha Santos

Câmara Municipal da Lapa - PR



PROTOCOLO GERAL 2231/2024  
Data: 20/12/2024 - Horário: 14:23  
Administrativo

O Departamento de Compras Almoxarifado e Manutenção informa que realizou diversos contatos por e-mail, diversas conversas por telefone, com empresa para solicitação de orçamento referente a contratação de empresa para realizar a análise contábil junto ao Regime de previdência Social – RPPS, Lapaprevi, porém não obtivemos sucesso, conforme faz prova e-mails anexados.

Informamos ainda que após enviar o e-mail, ligávamos para as empresas explicando e solicitando retorno com o orçamento e as empresas explicavam não ter interesse em analisar e realizar o orçamento solicitado.

  
Marilda Monteiro Guimarães Scholz

Departamento de Compras, Almoxarifado e Manutenção.



**Re: Câmara Municipal da Lapa - Auditoria Interna**

"Tomás Courcouvellis" <tomas.courcouvellis@premiumbravo.com.br> 25 de outubro de 2024 às 16:06 - 2 min

Para: compras@lapa.pr.leg.br

Cc: a.c.86a5bnvuv.u-44257282.dd28a3d8-17fe-49b8-bfb8-a4f96c33e024@tasks.clickup.com

Oi Nelcy, boa tarde!

Agradecemos sinceramente pelo interesse demonstrado em nossos serviços. Porém, desta forma, lamentamos informar que neste momento, teremos que declinar do processo.

Lamentamos pela indisponibilidade, e seguimos à disposição para oportunidades futuras.

Obrigado!

Att,

LogoPBRCPeq.png

**Tomás Courcouvellis**

*Inventários | Auditorias*

**Premiumbravo Riscos & Controles**

<https://calendly.com/tomas-courcouvellis/reuniao-online>

**Tel. (11) 99674-2378 | (11) 4210-3553**

**End. SP:** Av. Brigadeiro Faria Lima, 3144 / 3º andar, Itaim Bibi - São Paulo - SP

**RJ:** Av. José Silva de Azevedo Neto, 200 BL 4 / 1º andar, Centro

Empresarial O2 - Barra da Tijuca, Rio de Janeiro - RJ

[www.premiumbravo.com.br](http://www.premiumbravo.com.br)

[7HDqa19IEYhr766ZaSZE](#) [9b33RCEHOpf0z2Wd-mc4](#) [8YOie2ULvGrhhooWiM6E](#) [Bm6AatYwH7r5WJrcuTrw](#)

Em sex., 25 de out. de 2024 às 15:23, <[compras@lapa.pr.leg.br](mailto:compras@lapa.pr.leg.br)> escreveu:

Boa tarde Tomás, estamos coletando orçamentos iniciais para pesquisa de preço e de prazo para realizar os serviços, para terminarmos o edital.

Por gentileza se puder prestar orçamento com valor e o prazo que será necessário para realizar a auditoria.

Atenciosamente

Nelcy

25 de outubro de 2024 às 11:29, "Tomás Courcouvellis"

<[tomas.courcouvellis@premiumbravo.com.br](mailto:tomas.courcouvellis@premiumbravo.com.br)> escreveu:

Bom dia Nelcy, tudo bem?

Aguardo seu retorno para que possamos dar sequência com a sua demanda, obrigado!

Att,

LogoPBRCPeq.png

**Tomás Courcouvellis**

*Inventários | Auditorias*

**Premiumbravo Riscos & Controles** <https://calendly.com/tomas-courcouvellis/reuniao-online>

**Tel. (11) 99674-2378 | (11) 4210-3553**

**End.** Av. Brigadeiro Faria Lima, 3144 / 3º andar, Itaim Bibi - São Paulo - SP

**SP:**

Av. José Silva de Azevedo Neto, 200 BL 4 / 1º andar, Centro

Empresarial O2 - Barra da Tijuca, Rio de Janeiro - RJ



RJ:  
[www.premiumbravo.com.br](http://www.premiumbravo.com.br)  
[7HDqa19IEYhr766ZaSZE](#) [9b33RCEHOpfoz2Wd-mc4](#) [8YOie2ULvGrhhooWiM6E](#) [Bm6AatYwH7r5WJrcuTrw](#)



Em ter., 22 de out. de 2024 às 17:00, Tomás Courcouvellis  
<[tomas.courcouvellis@premiumbravo.com.br](mailto:tomas.courcouvellis@premiumbravo.com.br)> escreveu:  
Perfeito Nelcy, obrigado!

Poderia me encaminhar, por gentileza, o termo de referência e o edital do processo?

Att,

LogoPBRCPeq.png

Tomás Courcouvellis  
*Inventários | Auditorias*  
**Premiumbravo Riscos & Controles**<https://calendly.com/tomas-courcouvellis/reuniao-online>  
Tel. (11) 99674-2378 | (11) 4210-3553  
End. Av. Brigadeiro Faria Lima, 3144 / 3º andar, Itaim Bibi - São Paulo - SP  
SP:  
Av. José Silva de Azevedo Neto, 200 BL 4 / 1º andar, Centro Empresarial O2 - Barra da Tijuca, Rio de Janeiro - RJ  
RJ:  
[www.premiumbravo.com.br](http://www.premiumbravo.com.br)  
[7HDqa19IEYhr766ZaSZE](#) [9b33RCEHOpfoz2Wd-mc4](#) [8YOie2ULvGrhhooWiM6E](#) [Bm6AatYwH7r5WJrcuTrw](#)

Em ter., 22 de out. de 2024 às 16:45, <[compras@lapa.pr.leg.br](mailto:compras@lapa.pr.leg.br)> escreveu:  
Boa tarde, a forma de contratação será por licitação.  
Atenciosamente  
Nelcy

22 de outubro de 2024 às 14:37, "Tomás Courcouvellis"  
<[tomas.courcouvellis@premiumbravo.com.br](mailto:tomas.courcouvellis@premiumbravo.com.br)> escreveu:

Boa tarde, Nelcy! Obrigado pelo retorno.

Poderia me informar, qual seria a forma de contratação, para que eu possa encaminhar a demanda ao nosso responsável?

Att,

LogoPBRCPeq.png

Tomás Courcouvellis  
*Inventários | Auditorias*  
**Premiumbravo Riscos & Controles**<https://calendly.com/tomas-courcouvellis/reuniao-online>  
Tel. (11) 99674-2378 | (11) 4210-3553



**End.** Av. Brigadeiro Faria Lima, 3144 / 3º andar, Itaim Bibi - São Paulo - SP  
**SP:**  
Av. José Silva de Azevedo Neto, 200 BL 4 / 1º andar, Centro Empresarial O2 - Barra da Tijuca, Rio de Janeiro - RJ  
**RJ:**  
[www.premiumbravo.com.br](http://www.premiumbravo.com.br)

[7HDqa19IEYhr766ZaSZE](#) [9b33RCEHOpfz2Wd-mc4](#) [8YOie2ULvGrhhooWiM6E](#) [Bm6AatYwH7r5WJrcuTrw](#)

Em ter., 22 de out. de 2024 às 11:00, <[compras@lapa.pr.leg.br](mailto:compras@lapa.pr.leg.br)> escreveu:

Bom dia Tomás,tudo bem sim e vc?

Estou enviando o relatório, desculpa não anexeï no email anterior.

Acredito que entenderá nossa necessidade.

Qualquer duvida que reste pode perguntar, estamos a disposição.

Atenciosamente

Nelcy

22 de outubro de 2024 às 09:58, "Tomás Courcouvellis"

<[tomas.courcouvellis@premiumbravo.com.br](mailto:tomas.courcouvellis@premiumbravo.com.br)> escreveu:

Olá Nelcy, bom dia.

Sou o Tomás, da Premiumbravo. Tudo bem?

Recebemos sua solicitação através do nosso site, referente a demanda na Câmara Municipal da Lapa.

A Premiumbravo oferece uma ampla gama de serviços, incluindo auditorias contábil, financeira, de processos internos, conformidade, fraudes, entre outras. Poderia nos esclarecer qual seria exatamente a necessidade de vocês para que possamos auxiliá-los de forma mais precisa?

Se puder, por gentileza, encaminhar o relatório mencionado por aqui, eu agradeço, pois não recebi.

Aguardo seu retorno e permaneço à disposição.

Obrigado!

Att,

LogoPBRCPeq.png

**Tomás Courcouvellis**

*Inventários | Auditorias*

**Premiumbravo Riscos & Controles** <https://calendly.com/tomas-courcouvellis/reuniao-online>

**Tel. (11) 99674-2378 | (11) 4210-3553**

**End.** Av. Brigadeiro Faria Lima, 3144 / 3º andar, Itaim Bibi - São Paulo - SP

**SP:**

Av. José Silva de Azevedo Neto, 200 BL 4 / 1º andar, Centro

144



Empresarial O2 - Barra da Tijuca, Rio de Janeiro - RJ  
RJ:  
[www.premiumbravo.com.br](http://www.premiumbravo.com.br)



[7HDqa19IEYhr766ZaSZE](#) [9b33RCEHOpfoz2Wd-](#)  
[mc4](#) [8YOie2ULvGrhhooWiM6E](#) [Bm6AatYwH7r5WJrcuTrw](#)



☆ **Orçamento para contratação de empresa especializada na realização de auditoria direta presencial para Câmara Muni**  
"Financeiro - Müller & Prei" <[financeiro@mullerprei.com.br](mailto:financeiro@mullerprei.com.br)>

21 de outubro de 2024 às 14:46

Para: [compras@lapa.pr.leg.br](mailto:compras@lapa.pr.leg.br)

Spam Score:

Tags:

U.F.M. 146

Boa tarde, Marilda!

O responsável pelo setor de atendimento, estará entrando em contato com você, qualquer dúvida, estamos a disposição.

Atenciosamente,



**MÜLLER & PREI**

**Cláudia Vitória Melere**

Administrativo

+55 41 3078-9990

**Auditoria – Consultoria – Terceirização de Serviços**

Curitiba – Blumenau – Porto Alegre

[www.mullerprei.com.br](http://www.mullerprei.com.br)

Esta mensagem pode conter informação confidencial e/ou privilegiada. Se você não for o destinatário ou a pessoa autorizada a receber esta mensagem, não pode divulgar as informações nela contidas ou tomar qualquer ação baseada nessas informações. Se você recebeu esta mensagem por engano, por favor avise imediatamente respondendo o e-mail e em seguida apague-o. Agradecemos sua cooperação.

**De:** [compras@lapa.pr.leg.br](mailto:compras@lapa.pr.leg.br) <[compras@lapa.pr.leg.br](mailto:compras@lapa.pr.leg.br)>

**Enviada em:** segunda-feira, 21 de outubro de 2024 13:55

**Para:** [atendimento@mullerprei.com.br](mailto:atendimento@mullerprei.com.br)

**Assunto:** Orçamento para contratação de empresa especializada na realização de auditoria direta presencial para Câmara Municipal da Lapa Pr

Boa tarde!

Por gentileza gostaria de orçamento de auditoria previdencialista direta presencial e com valores de serviços prestado.

Estou enviando em anexo o Relatório Preliminar para análise.

Acusar recebimento

Obrigado

Att. Marilda

Tel. para contato (41) 3622-2536





## ☆ Solicitação de Orçamento - Câmara Municipal da Lapa - PR

"Leroy Moller Pereira" <[leroy.pereira@russellbedford.com.br](mailto:leroy.pereira@russellbedford.com.br)>

U.F.M. 147  
L.F.M. - D.F.M.

25 de outubro de 2024 às 13:59

Para: [compras@lapa.pr.leg.br](mailto:compras@lapa.pr.leg.br)

Cc: "Comercial | Russell Bedford" <[comercial@russellbedford.com.br](mailto:comercial@russellbedford.com.br)>

Spam Score: \_\_\_\_\_

Tags:

Prezada Nelcy, boa tarde!

Recebemos o pedido de cotação referente ao serviço de Auditoria Independente, gostaria de questionar se tens algum TR ou documento que descreve melhor o serviço.

Agradecemos o contato e vamos atender da melhor forma.

Atenciosamente,

**LEROY MOLLER PEREIRA**

LICITAÇÃO | RS

[leroy.pereira@russellbedford.com.br](mailto:leroy.pereira@russellbedford.com.br)  
(11) 4007.1219 | (51) 3037.5034  
[www.russellbedford.com.br](http://www.russellbedford.com.br)

 Russell Bedford  
taking you further





[compras@lapa.pr.leg.br](mailto:compras@lapa.pr.leg.br)

3. 148

Tags:

Departamento de compras/atendimento geral

1. para contato (41) 3622-2536





☆ ! **Solicitação de orçamento para auditoria direta presencial previdenciária - Câmara Municipa...**  
[compras@lapa.pr.leg.br](mailto:compras@lapa.pr.leg.br)

21 de outubro de 2024 às 14:58

Para: [agenda@agendaassessoria.com.br](mailto:agenda@agendaassessoria.com.br)

Tags:

U.F.N. 149  
E. D. P. A.

Boa tarde,

Por gentileza gostaria de orçamento de auditoria previdenciária direta presencial e com valores de serviços prestado.

Estou enviando em anexo o Relatório Preliminar para análise e conhecimento para que a empresa possa prestar orçamento de acordo com o que é solicitado.

Acusar recebimento.

Qualquer duvidas estamos a disposição.

Obrigada

Atenciosamente

Nelcy Camargo

Departamento de compras/atendimento geral

Tel. para contato (41) 3622-2536



## ! Solicitação de orçamento para auditoria previdenciária

[compras@lapa.pr.leg.br](mailto:compras@lapa.pr.leg.br)

U.F. 150  
Lapa - Paraná

21 de outubro de 2024 às 14:54

Para: roberto@audilink.com.br

Tags:

Boa tarde,

Por gentileza gostaria de orçamento de auditoria previdenciária direta presencial e com valores de serviços prestado.

Estou enviando em anexo o Relatório Preliminar para análise e conhecimento para que a empresa possa prestar orçamento de acordo com o que é solicitado.

Acusar recebimento.

Qualquer duvidas estamos a disposição.

Obrigada

Atenciosamente

Nelcy Camargo

Departamento de compras/atendimento geral

 para contato (41) 3622-2536





## PARECER

**Ref. Arquivamento de Comissão Parlamentar de Inquérito nº 02/2024.**

### **1 – PREÂMBULO**

Trata-se da análise do procedimento da Comissão Parlamentar de Inquérito nº 02/2024, criada através do ato nº 57/2024, cuja justificativa para constituição foi a de investigar os fatos narrados pelo Prefeito em Plenário desta Casa de Leis em data de 18/06/2024, relativo ao Relatório Final da Comissão Multissetorial (Decreto nº 27.425/2023), a qual concluiu que, em tese, o Município estaria desde o ano de 2013 deixando de realizar a integralização da folha líquida de benefícios, conforme previsto no artigo 89 da Lei Municipal nº 2183/2008, o que, segundo o relatório apresentada gerou um déficit de R\$ 14.096.078,34 (quatorze milhões, noventa e seis mil, setenta e oito reais e trinta e quatro centavos) até o ano de 2020.

No desempenho de suas atribuições, houve, em data de 17/09/2024, por parte dos membros da referida Comissão, um requerimento para contratação de empresa especializada na realização de auditoria direta e presencial para realizar a análise contábil junto ao Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, conforme as justificativas apresentadas em seu Relatório Preliminar (Protocolo nº 1711/2024).

Considerando a pertinência do pedido com as atribuições da Comissão e para ser possível a análise da viabilidade da contratação pelo superior hierárquico, preliminarmente, foi o pedido encaminhado ao Departamento de Compras desta Casa, o qual deu início aos levantamentos preliminares para verificar os custos e o prazo para a realização da solicitada auditoria.

Em data de 20/12/2024, o Departamento de Compras informou que realizou diversas providências para a obtenção de orçamentos junto a empresas do ramo, porém, não obtiveram respostas, conforme documento protocolado sob nº 2231/2024.

Por esta razão, não foi possível efetivar, até o final da legislatura 2021/2024 a referida contratação, conforme prevê a Lei Licitatória.

### **2 - CARÁTER OPINATIVO DESTES PARECER**

Inicialmente, cumpre esclarecer que todo o exposto se trata de um parecer opinativo técnico-jurídico, o qual, segundo o renomado doutrinador HELY LOPES MEIRELLES, em sua incontestável obra Direito Administrativo Brasileiro, Editora Malheiros, ensina:

“Pareceres administrativos são manifestações de órgãos técnicos sobre assuntos submetidos à sua consideração. O parecer tem caráter meramente opinativo, não vinculando a Administração ou os particulares à sua motivação ou conclusões, salvo se aprovado por ato subsequente. Já então, o que subsiste como ato administrativo, não é o parecer, mas sim o ato de sua aprovação, que poderá

Recebido em 13/01/2025





revestir a modalidade normativa, ordinária, negocial, ou punitiva.' (Hely Lopes Meirelles, Direito Administrativo Brasileiro, 26ª ed., Malheiros, p. 185).

### 3 – ANÁLISE DO TEMA

Uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) é um instrumento utilizado pelo Poder Legislativo para investigar situações específicas que exigem esclarecimentos mais detalhados, para então, posterior comunicado às autoridades competentes e/ou responsabilização própria pelo Legislativo local, a depender da conduta apurada, conforme prevê o Decreto-Lei nº 201/67.

De acordo com a doutrina, as comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros requisitos previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pelo Poder Legislativo mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado **e por prazo certo**, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores. (CF/88, ART 58, § 3º).

Sobre o tema, nossa Lei Orgânica diz que:

Art. 38 - As Comissões Especiais de Inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos no Regimento Interno, serão criadas pela Câmara mediante requerimento de um terço de seus membros, para apuração de fato determinado **e por prazo certo**, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público para que este promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

No que se refere a tramitação das Comissões Parlamentares de Inquérito, nosso Regimento Interno determina que:

Art. 68 - **As Comissões Temporárias, que se extinguem com o término da Legislatura** ou logo que tenham alcançado o seu objetivo, serão compostas por 03 (três) membros e são:

I - Especiais;

**II - Parlamentar de Inquérito;**

III - de Representação;

IV - Processantes.

A lei 1579/1952, que dispõe sobre as comissões parlamentares de inquérito, trata do tema de forma semelhante, senão vejamos;

Art. 5º. As Comissões Parlamentares de Inquérito apresentarão relatório de seus trabalhos à respectiva Câmara, concluindo por projeto de resolução.

§ 1º. Se forem diversos os fatos objeto de inquérito, a comissão dirá, em separado, sobre cada um, podendo fazê-lo antes mesmo de finda a investigação dos demais.





**§ 2º - A incumbência da Comissão Parlamentar de Inquérito termina com a sessão legislativa em que tiver sido outorgada, salvo deliberação da respectiva Câmara, prorrogando-a dentro da Legislatura em curso.**

No mesmo sentido é a lição de Pinto Ferreira:

“As comissões de inquérito são criadas por parlamentares com mandato predeterminado. Extinto o mandato, extinguem-se as comissões de inquérito. Esta é a opinião dos tratadistas, inclusive a do Prof. Giese. A lei brasileira de 1952, já cita, foi expressa a respeito da matéria: as atribuições das comissões de inquérito acabam quando se extingue a sessão legislativa. Contudo, admitiu a ponderação de motivos, impondo a dilatação temporal de suas atividades, que podem prorrogar-se por toda a legislatura; porém, nesse caso, de acordo com deliberação expressa da Câmara respectiva.” (FERREIRA, Pinto. Comentários à Constituição Brasileira, p. 94).

Nossa Lei Orgânica, sobre a duração das legislaturas diz que:

Art. 16 - O Poder Legislativo é exercido pela Câmara Municipal, composta de Vereadores eleitos para cada legislatura entre cidadãos maiores de dezoito anos, no exercício dos direitos políticos, pelo voto direto e secreto.  
Parágrafo Único - Cada legislatura terá a duração de quatro anos.

#### 4 – CONCLUSÃO

Desta forma, considerando o encerramento da legislatura 2021/2024, deve ser determinado o arquivamento do procedimento investigatório criado através do ato nº 57/2024 (Comissão Parlamentar de Inquérito nº 02/2024)

Contudo, deve ser dado conhecimento aos Vereadores da atual legislatura para que, querendo, procedam a abertura de nova Comissão Parlamentar de Inquérito com o mesmo objetivo, bem como seja dado conhecimento ao nobre representante do Ministério Público da Comarca, anexando-se cópia integral do procedimento.

É o parecer.

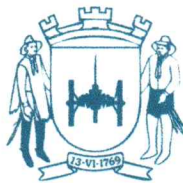
Lapa, 13 de janeiro de 2025.

Jonathan Dittrich Junior  
OAB/PR 37.437

Câmara Municipal da Lapa - PR



PROTOCOLO GERAL 23/2025  
Data: 13/01/2025 - Horário: 14:54  
Administrativo



# CÂMARA

## MUNICIPAL DA LAPA - PR



Lapa, 15 de janeiro de 2025.

Circular Interna nº 01/2025.

Senhor(a) Vereador(a),

O Presidente da Câmara Municipal da Lapa, no exercício de suas atribuições legais e regimentais, vem informar o ARQUIVAMENTO da Comissão Parlamentar de Inquérito nº 02/2024, criada através do Ato 57/2024, para apurar os fatos narrados pelo Prefeito Diego T. Ribas na Sessão Plenária de 18/06/2024, referente ao Lapaprevi, conforme o disposto no Regimento Interno desta Casa:

**Art. 68** - As Comissões Temporárias, que se extinguem com o término da Legislação ou logo que tenham alcançado o seu objetivo, serão compostas por 03 (três) membros e são:

- I - Especiais;
- II - Parlamentar de Inquérito;
- III - de Representação;
- IV - Processantes.

Encaminho ainda, cópia do referido processo para vosso conhecimento, e para que querendo, proceda a abertura de nova Comissão Parlamentar de Inquérito com o mesmo objetivo.

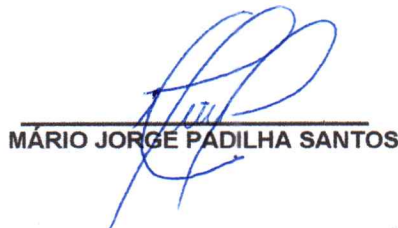
Certo da colaboração dos Edis desta Casa, desde já agradeço.

**ARTHUR BASTIAN VIDAL**  
Presidente

  
ACYR HOFFMANN

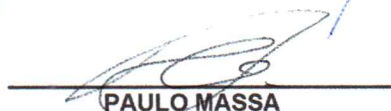
  
BRUNO BUX

  
CAMILA SCHEFER PIERIN

  
MÁRIO JORGE PADILHA SANTOS

  
MARCO ANTONIO BORTOLETTO

  
MARCOS JOSÉ LECH

  
PAULO MASSA

  
VILMAR FÁVARO PURGA



## CI nº 01/2025 - CPI 02/2024 - Lapaprevi

"Cláudia Jankovski - Câmara Municipal da Lapa" <claudia@lapa.pr.leg.br> 17 de janeiro de 2025 às 09:28

Para: vereadoracyr@lapa.pr.leg.br, vereadorarthur@lapa.pr.leg.br, vereadorbrunobux@lapa.pr.leg.br, assessoriabux@lapa.pr.leg.br, vereadoracamila@lapa.pr.leg.br, vereadormario@lapa.pr.leg.br, vieira@lapa.pr.leg.br, vereadormarcobortoletto@lapa.pr.leg.br, rodrigo@lapa.pr.leg.br, vereadormarcoslech@lapa.pr.leg.br, emilli@lapa.pr.leg.br, vereadorpaulomassa@lapa.pr.leg.br, pauloturmina66@gmail.com, vereadorpurga@lapa.pr.leg.br, vereadorpurgapsl@hotmail.com, claudia@lapa.pr.leg.br, arnaldo@lapa.pr.leg.br, juridico@lapa.pr.leg.br, jonathanditrich@yahoo.com.br, larissa@lapa.pr.leg.br, ricardo@lapa.pr.leg.br

Bom dia

Encaminho a Circular Interna nº 01/2025, referente ao Arquivamento da CPI nº 02/2024, sobre o Lapaprevi.

O processo completo pode ser acessado pelo link abaixo:

[https://sapl.lapa.pr.leg.br/media/sapl/public/documentoacessorio/2024/13646/cpi\\_02\\_2024\\_completo.pdf](https://sapl.lapa.pr.leg.br/media/sapl/public/documentoacessorio/2024/13646/cpi_02_2024_completo.pdf)

O relatório referente aos repasses ao Lapaprevi, elaborado pela Comissão Multidisciplinar (Decreto nº 27.425/2023), pode ser acessado pelo link:

[https://drive.google.com/drive/folders/1z3NdoldDPQO-Z8v5gGHh5iX\\_hBAIhVh4?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/drive/folders/1z3NdoldDPQO-Z8v5gGHh5iX_hBAIhVh4?usp=drive_link)

Qualquer duvida estou a disposição.



CLAUDIA JANKOVSKI

41 3622.2536 | 41 99828.1387

[www.lapa.pr.leg.br](http://www.lapa.pr.leg.br)

Alameda David Carneiro, 390 - Lapa - PR